

Pricila Cupello
(Org.)

MULHERES DEBATEM
MICHEL FOUCAULT

EDIÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DO DISCURSO

..... Volume III

 **Pedro & João**
editores

Mulheres debatem Michel Foucault

Volume III

Edição especial: Análise do Discurso

**Priscila Cupello
(Org.)**

**Mulheres debatem
Michel Foucault**

Volume III

Edição especial: Análise do Discurso

Copyright © Autoras

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Priscila Cupello [Org.]

Mulheres debatem Michel Foucault. Vol. III. Edição especial: Análise do Discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 195p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1921-9 [Digital]

1. Mulheres. 2. Michel Foucault. 3. Parresía. 4. Filosofia Política. I. Título.

CDD –410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

SUMÁRIO

Apresentação <i>Priscila Céspedes Cupello</i>	7
Prólogo <i>Rosemeri Passos Baltazar Machado</i>	9
Prefácio <i>Rosângela Tenório de Carvalho</i>	11
Capítulo I: Discursos de exclusão: um estudo sobre pichações racistas em universidades à luz do pensamento foucaultiano <i>Mayara Cristina Aparecido Santos</i> <i>Rosemeri Passos Baltazar Machado</i>	17
Capítulo II: Pichação: a mulher no discurso urbano <i>Ana Carolina Bernardino</i> <i>Rosemeri Passos Baltazar Machado</i>	33
Capítulo III: Igualdade de gênero na ciência: projeto Stages <i>Rosângela Carvalho</i>	45
Capítulo IV: O movimento feminista sob a leitura de Michel Foucault: a crítica ao patriarcado <i>Carla Watanabe</i>	69
Capítulo V: Intere\$seira: deslegitimação feminina e resistência na canção de Luísa Sonza <i>Marcela Aianne Rebouças</i> <i>Rafaela Cláudia dos Santos</i>	91
Capítulo VI: A racionalidade neoliberal e a reatualização de discursos: uma análise do filme Guardiões da Galáxia vol.1 <i>Nicaelle Jesus</i>	109

Capítulo VII: “Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020) <i>Priscila Céspedes Cupello</i>	123
Capítulo VIII: “Se Você Não For Minha, Também Não Vai Ser de Mais Ninguém”: discurso machista, feminicídio e relações de poder <i>Isabel Cristina Cordeiro</i> <i>Josyelle Bonfante Curti</i>	147
Capítulo IX: O ensino de língua inglesa em escolas públicas: Multimodalidade, relações de poder e a construção do saber <i>Gildete Cecilia Neri Santos Teles</i>	167
Sobre as autoras	191

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Mulheres Debatem Michel Foucault* chega ao seu terceiro volume com edição especial “Análise do Discurso”, sendo o resultado do encontro de 12 pesquisadoras dos escritos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) pertencentes a diferentes Programas de Pós-graduação no Brasil.¹

Outra característica que marca esta coletânea é ser um desdobramento das palestras virtuais que ocorreram durante o período do isolamento do COVID-19 no canal do YouTube Parresiando, que teve por título “Mulheres debatem Michel Foucault”. A primeira palestra ocorreu em 07 de dezembro de 2020 e contou com a participação de mais de 40 professoras, obtendo mais de 30 mil visualizações nas redes sociais.²

Para a construção desta trilogia é importante destacar a política de alianças como uma estratégia de luta para resistir ao apagamento epistêmico que corpos femininos e trans sofrem em ambientes universitários nos quais são historicamente excluídos.

Neste ponto, o filósofo Michel Foucault nos é um autor muito caro para chamar atenção para as injustiças e desigualdades sociais, destacando o corte de racismo que operam, formam e constituem as bases das sociedades modernas. O filósofo francês é o autor que conduz os olhares dos distintos trabalhos contidos nesta coletânea, demonstrando a pertinência de suas pesquisas para uma ontologia crítica do presente.

Priscila Céspedes Cupello

Doutora em Filosofia pela UFRJ,
criadora do Canal de YouTube Parresiando
e organizadora da trilogia “Mulheres debatem Michel Foucault”

¹ É possível baixar todos os volumes do “Mulheres debatem Michel Foucault” no site do Parresiando: <https://parresiando.com/>

² Para visualizar todas as palestras entre no canal de YouTube do Parresiando: <https://www.youtube.com/channel/UCop9boQAHadUmO7eWvdG9Jw>

PRÓLOGO

Conforme o título já nos revela, essa é uma obra que evidencia a força do pensamento crítico da mulher e sua capacidade de provocar deslocamentos e resistências. Nesse sentido, esse livro nos traz diferentes autoras que discutem e atravessam a obra do filósofo francês com o propósito de analisar e discutir temas relativos à contemporaneidade, como temas relacionados ao racismo, neoliberalismo, resistência, entre outros.

Em “Mulheres debatem Foucault”, há uma diversidade de abordagens que revelam a potência dos conceitos foucaultianos e, ao mesmo tempo, nos mostra como é importante revisitar aspectos que constituem a sociedade, transformam a realidade e ressignificam os modos de existência. Assim, diante de discursos de exclusão presentes em pichações ao papel da mulher na sociedade urbana; de crítica ao patriarcado à deslegitimação da mulher na cultura pop; de maquinarias neoliberais, tanto da mídia como no cinema, à precarização e desvalorização do trabalho docente – cada um dos capítulos nos disponibiliza uma série de pensamentos que nos permitem olhar não só para a estrutura, mas, principalmente, para o funcionamento das articulações de poder.

Mais do que uma simples aplicação da teoria de Foucault aos temas desenvolvidos e aos corpora pesquisados, a presente Organização se mostra como uma importante ferramenta no que diz respeito ao tensionamento de conceitos, à ampliação e ao aprofundamento de debates referentes ao gênero, ao poder e à exclusão na atualidade.

Enfim, o livro nos faz um convite à reflexão e a conhecer Foucault através das lentes de mulheres que, ao embasarem seus estudos na teoria foucaultiana e utilizarem-na como ferramenta de análise, também lançam mão de seus modos de interpretação, enfatizando a ideia de que pensar com Foucault vai além de revisitar seu legado; é, também, reinventá-lo a partir das insurgências do presente e projetá-lo para além dos seus limites.

Rosemeri Passos Baltazar Machado

Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

PREFÁCIO

O nosso desejo com este livro é apresentar possibilidades de análise do discurso do ponto de vista da arqueologia foucaultiana empreendidas por pesquisadoras do *Grupo Mulheres debatem Foucault*. Dizemos *possibilidades* pelo que o termo traz de contingência da experiência no trato com o conhecimento.

Nos últimos anos, O *Grupo Mulheres debatem Foucault* tem apresentado uma relevante reflexão no campo das ciências humanas e sociais sobre os efeitos de práticas discursivas na modelagem de formas de vida. Esse grupo tem uma produção que privilegia a confluência entre o pensamento feminista em suas diversas disposições e os estudos arqueológicos, genealógicos e arqueogenealógicos de Michel Foucault. Campos formais da filosofia, psicologia, educação, antropologia, sociologia, do direito, entre outros, são acionados nas análises pelo fato de terem a função de instâncias de delimitação de temas caros a esse grupo. Afinal, não se pode desenvolver o discurso apenas pelo desejo de dizer, pois é preciso entrar na ordem do discurso. Nas palavras de Foucault (1999, p. 7):

O desejo diz: “Eu queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso, não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma, eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço, feliz.” E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém”.

Estamos atentas tal, como observa essa proposta arqueológica, ao fato de que esse desejo e essa instituição são duas réplicas de uma mesma inquietação que envolve aspectos como: o discurso em sua realidade material; a existência transitória do discurso; uma duração que não nos pertence; “a inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; [...] lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de

tantas palavras cujo uso há tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 1999, p. 8). Essa inquietação, de certo modo, reverbera na maneira como a análise é desenvolvida por Foucault.

A arqueologia de Michel Foucault é objeto de reflexão desde quando as suas análises foram sendo divulgadas, com destaque para o campo da filosofia. Destacamos o modo como ela é tratada pelo filósofo Eduardo Lourenço, quando registra, no prefácio do livro *As Palavras e as coisas*, que “a arqueologia de Foucault se revela como algo mais que uma simples metodologia, mesmo revolucionária. Essa arqueologia é tributária de uma filosofia, ou com mais precisão de uma teoria da Linguagem” (LOURENÇO, 1988, p. 16).

Ao tratar sobre o modo de análise Michel Foucault, Scarlett Marton (1985) observa como ele trata a história do saber a partir do que é contemporâneo e em termos de condições de *a priori* constituídos no tempo. E ainda trata da leitura que Foucault faz de Nietzsche, realçando o tema da interpretação como tarefa infinita – e esse seria um encargo da genealogia, ou seja, interpretar as interpretações, investigar as forças que dominam num dado momento, imponto uma nova direção a sistemas de regras estabelecidas” (MARTON, 1985, p. 44).

Gilles Deleuze (2005) ressalta a arqueologia como um apelo a uma teoria geral das produções. O seu projeto é possibilitar um distanciamento entre a formalização e a interpretação (aqui não no sentido nietzschiano), desde que Foucault proclama a legitimidade de um outro projeto, ou seja, “chegar a essa simples inscrição do que é dito enquanto positividade do *dictum*, o enunciado” (Deleuze, 2005, p. 16). Destaca a visão de Foucault de que “nenhum enunciado pode ter existência latente, já que se refere ao efetivamente dito; mesmo as lacunas ou brancos que nele existem não devem ser confundidos com significações ocultas, e marcam apenas sua presença no espaço de dispersão que constitui ‘a família’” (DELEUZE, 2005, p. 17).

Pode-se dizer, com Roberto Machado (1981), que, em sua arqueologia, Foucault trata de cortes, falhas, solta os fios ligados pelos historiadores, mapeia sistemas de pensamento ou práticas discursivas e, com destaque, questiona os discursos da sociedade ocidental branca, judaico-cristã e heterossexual, ofertando um conjunto de ferramentas potentes para análises sociais e culturais, singularmente para as questões das subjetividades multidimensionais.

Pode-se inferir que os problemas de pesquisa orientaram o modo de análise de Michel Foucault quando trata de domínios diferentes. Quando tratou do domínio do saber, usou a arqueologia; ao operar com o domínio da disciplina dos corpos e do controle da população, trabalhou com a genealogia e a biopolítica; sobre o domínio da produção do sujeito, tratou de construir uma arqueogenealogia.

Alfredo Veiga-Neto (2009, p. 91) observa que:

[...] se Foucault silencia sobre a arqueologia já no segundo domínio, isto é, se parece haver uma substituição dessa pela genealogia, a rigor não ocorreu um abandono do método arqueológico. O que se passa é algo semelhante a uma “incorporação” metodológica sucessiva — e não, certamente, uma substituição; e também não progressiva... — que vai do primeiro ao terceiro domínio. [...] O que há, no máximo, é um “englobamento” temporal e até mesmo uma articulação entre ambas.

É de se referir que os artigos que compõem este livro, em sua pluralidade, atestam observâncias sobre a ferramentas conceituais dadas pela arqueologia foucaultiana em diálogo com os estudos genealógicos, as reflexões biopolíticas e as análises arqueogenealógicas de Michel Foucault. Impõe-se, então, reconhecer a ideia de incorporação metodológica sucessiva para compreender o movimento reflexivo dado pelas autoras em seus artigos apresentados neste livro. De todo modo, há uma regularidade que se mantém: a função do discurso na produção dos objetos e sujeitos a respeito dos quais se enuncia.

O primeiro artigo, *Discursos de exclusão: um estudo sobre pichações racistas em universidades à luz do pensamento foucaultiano*, de Mayara Cristina Santo e Rosemeri Machado, trata das regularidades formativas do discurso racista em pichações em banheiros universitários, analisando os efeitos dos enunciados e as condições de possibilidade de seu surgimento. As autoras utilizam na sua análise o conceito de biopolítica em Michel Foucault, para tratar do controle do Estado sobre a vida dos indivíduos, e a ele associam o conceito de necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe, mostrando como o poder é capaz de expor certos grupos à morte simbólica e física.

Os cinco artigos que seguem têm como foco questões relacionadas a temas caros ao feminismo. Tendo como material empírico pichações postas em circulação na *internet*, o trabalho *Pichação: a mulher no discurso urbano*, de Ana Carolina Bernardino,

Isabel Cristina Cordeiro e Rosemeri Passos Baltazar Machado, traz como objeto o sujeito/corpo/mulher para, em uma análise do discurso com elementos da genealogia do sujeito em Michel Foucault, fazer pensar sobre os processos de subjetivação do sujeito mulher, com foco no controle social do corpo feminino. O artigo *Igualdade de gênero na ciência: Projeto Stages*, de Rosângela Tenório de Carvalho, convida-nos a pensar sobre práticas discursivas que operam em oposição a ações que subalternizam as mulheres no campo da ciência, tendo como arquivo o discurso de igualdade de gênero na ciência. Com foco no processo metodológico de inspiração foucaultiana, trabalha com os enunciados considerando a função autor, a materialidade do discurso e as regularidades enunciativas. Carla Watanabe, em seu artigo *O movimento feminista sob a leitura de Michel Foucault: a crítica ao patriarcado*, trata da luta feminista contra o patriarcado na perspectiva crítica foucaultiana. Mostra como o desmascaramento dos discursos e práticas do patriarcado é contingente – ressaltando, ao mesmo tempo, como a luta performada pela mulher desestabiliza as estruturas assimétricas nas quais o patriarcado se assenta. O artigo de Marcela Ariane Rebouças e Rafaela Claudia dos Santos, *Intere\$eira: deslegitimação feminina e resistência na canção de Luísa Sonza*, ao tempo em que discute a deslegitimação feminina, trata da resistência no campo artístico musical. Fazem um cotejamento com um campo musical associado a partir de uma música de Luísa Sonza. A análise utiliza elementos da arqueogenealogia de Michel Foucault em associação com os estudos feministas para dar visibilidade à música como uma ação de resistência. Em *Se você não for minha, também não vai ser de ninguém: discurso machista, feminicídio e relações de poder*, Isabel Cristina Cordeiro e Josyelle Bonfante Curti levantam questões instigantes sobre a violência de gênero e sua relação imanente com a linguagem machista operando nas práticas de feminicídio. Utilizam como ferramentas analíticas os conceitos de discurso e relações de poder em Michel Foucault como argumentos potentes sobre a violência de gênero no Brasil nos anos recentes.

A racionalidade neoliberal é o foco de dois instigantes artigos. No primeiro, sob o título *A racionalidade neoliberal e a reatualização de discursos: uma análise do filme Guardiões da Galáxia vol. 1*, Nicaelle Jesus faz uma análise discursiva de um dos filmes que integram as produções do Universo Cinematográfico Marvel (UCM), sob a direção de James

Gunn. Essa análise tem como foco as relações de poder/saber na produção de discursos científico-tecnológicos e armamentistas perpassados na trama, supondo sua associação à racionalidade neoliberal. Trata a autora do cinema como um dispositivo na perspectiva de Michel Foucault, com destaque para as táticas e estratégias que fazem uma determinada forma de poder funcionar em um momento histórico pondo em jogo o cruzamento de relações de poder/saber. Já o artigo *Sem salas de aulas, sem professores: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010-2020)*, de Priscila Céspedes Cupello, oferta-nos um diagnóstico crítico da expansão universitária no Brasil com forte atuação de grupos empresariais e sua repercussão na plataformização do ensino, na heteromação do trabalho e sua precarização em função de uma racionalidade neoliberal. Utiliza como ferramentas conceituais a perspectiva de Michel Foucault no que diz respeito aos seus estudos de biopolíticas e a ontologia crítica do presente para poder dar a ver as formas de resistência às políticas educacionais do período do estudo.

Por fim, o artigo de 'Gildete Cecilia Neri Santos Teles, *O ensino de língua inglesa em escolas públicas: multimodalidade, relações de poder e a construção do saber*, recorre ao conceito de relações de poder de Michel Foucault para analisar práticas discursivas no contexto do ensino de inglês em escolas públicas. Com um estudo autoetnográfico, analisa a agência docente ao tempo em que enfatiza a importância da multimodalidade no ensino de inglês.

Os textos que compõem este livro, em sua singularidade plural, levam-nos a pensar sobre a relação entre linguagem, discurso e produção de sujeitos, através de análises instigantes de arquivos diversos tratados por férteis confluências entre discursos e múltiplos campos de saber.

Rosângela Tenório de Carvalho

Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MARTON, Scarlett. Foucault leitor de Nietzsche. In: RIBEIRO, Janine Renato (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.

CAPÍTULO I

Discursos de exclusão: um estudo sobre pichações racistas em universidades à luz do pensamento foucaultiano

Mayara Cristina Aparecido dos Santos¹
Rosemeri Passos Baltazar Machado²

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro é formado por uma grande mistura de raças, resultando em diversos grupos étnicos. No entanto, essa diversidade não impede a persistência da discriminação racial, especialmente contra negros e indígenas. Provenientes de uma história marcada pela escravização e exploração, esses grupos ainda enfrentam diversas formas de racismo, presentes no comportamento e pensamento da sociedade brasileira.

Dessa forma, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de discutir o racismo. As desigualdades construídas historicamente ainda alimentam as estruturas sociais, manifestando-se não apenas nas relações interpessoais, mas também nas instituições públicas e privadas. Embora a universidade pública seja vista como uma instituição progressista, ainda ocorrem manifestações racistas em seu ambiente, através de diferentes meios de comunicação, incluindo as pichações,

¹ Mestre em Estudos da Linguagem pelo programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina (UEL) – E-mail: maya.chyo@gmail.com

² Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina; Líder do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; Membro do LABEDISCO/CNPq - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo; Pós-Doutoranda no Programa em Estudo de Linguagens - PPGEL, da Universidade Estadual da Bahia, campus I – Salvador; Membro do GESTELD – Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos, da UNESP; na Linha de Pesquisa Educação, Diversidade, Subjetividades e Discursos.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4807654796089331> ID Lattes: 4807654796089331 – E-mail: rosemeri@uel.br

que são o foco desta pesquisa. Essas manifestações são prontamente apagadas e repudiadas, mas a solução não se resume à remoção da materialidade discursiva. Enquanto existirem condições que permitam a expressão de discursos racistas, sexistas e preconceituosos, esses discursos continuarão a ser reproduzidos, e a inclusão e igualdade de oportunidades permanecerão um sonho a ser alcançado.

Dadas essas considerações, esta pesquisa se propôs a analisar três grafitos de cunho racistas encontrados em banheiros de universidades brasileiras no período compreendido entre os anos 2015 a 2018, buscando identificar elementos que possibilitem uma análise das condições de possibilidade que caracterizam os enunciados selecionados. Da mesma forma, os discursos não se concebem apenas em dizeres isolados em determinados contextos, mas carregam condições políticas, históricas e sociais que determinam sua singularidade enunciativa. Por conseguinte, devemos considerar um sujeito que não é fonte de seu dizer, mas sim uma posição ocupada no processo discursivo, levando em conta seu contexto histórico, social e cultural.

É válido ressaltar que este estudo é um recorte da Dissertação intitulada *“Negros, a vida não tem cotas’: uma análise discursiva sobre grafitos em banheiros de universidades à luz do pensamento foucaultiano”*, defendida em 2023, no Programa de Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Estadual de Londrina, o qual, por agora, tem como objetivo principal analisar o racismo discursivo expressos em três pichações de banheiros de universidades públicas, retiradas da internet. Seguindo pelo viés teórico proposto pelo pensamento foucaultiano buscamos atingir o seguinte objetivo: utilizar os conceitos de biopolítica (FOUCAULT, 2005) e necropolítica (MBEMBE, 2018) para relacionar o racismo aos problemas de desigualdade social e à noção de "limpeza racial" presentes nos discursos racistas, considerando que esses discursos são derivados de processos históricos e de contextos políticos.

Outra consideração relevante é que o pensamento foucaultiano problematiza sobre o processo de construção e desenvolvimento da pesquisa, levando em conta quem escreve, para quem escreve, sua posição social enquanto pesquisador e sujeito discursivo. Diante disso, o que foi selecionado e até mesmo o que não foi selecionado para a

composição do corpus de pesquisa, e por que ele ocorreu de determinada maneira e não de outra são relevantes para as análises.

A constituição do corpus para esse estudo se deu por meio da observação e seleção de pichações em paredes de banheiros, de universidades públicas, presentes na internet. Pensando na temática, partimos da importante reflexão a respeito da forma como o racismo de Estado vem sendo abordado, buscando colocá-lo em diálogo com outros aspectos teóricos, como a forma de governar, tratada por Foucault (2005), com destaque para a biopolítica, por exemplo, e estudos subsequentes, como a necropolítica abordada por Mbembe (2018). Tendo em vista que o racismo, segundo esse segundo autor, é o grande responsável por assegurar a função da morte na economia do biopoder, conseqüentemente, devemos entender que a morte do outro assegura o fortalecimento do indivíduo enquanto membro de uma raça ou de uma população.

Além disso, visto que para as análises discursivas é preciso um olhar historiográfico, esperamos considerar: primeiro, as razões daqueles dizeres significarem da maneira que significam; depois, o que proporcionou que aquele dizer tenha surgido e não outro em seu lugar. A fim de compreendermos melhor o próprio objeto de pesquisa que está sendo analisado, o respaldo teórico de estudiosos tanto dos estudos discursivos, como das ciências sociais e filosofia é muito importante, pois influenciam diretamente na maneira como o objeto será analisado, bem como nos possíveis efeitos de sentidos que dele conseguimos extrair.

DISCURSO: rede de enunciados

Indubitavelmente, um grande teórico que consagrou a linha da Análise do Discurso (AD), através dos seus estudos filosóficos, foi o autor Michel Foucault. Optamos por seguir um viés alimentado pela luz do pensamento foucaultiano, não só pelas contribuições que o autor fez para o campo, mas também por sua diversidade de estudo, que inclui questões que contribuem com temáticas levantadas por grupos minoritários, tais como o racismo de Estado e biopolítica, como discutido em obras como "Vigiar e Punir", publicada em 1975, e "Em Defesa da Sociedade", publicada em 1976.

Podemos considerar que o discurso se configura em uma rede de enunciados que possibilita significações. De acordo com Foucault em "A Arqueologia do Saber", publicada pela primeira vez em 1969, a prática discursiva não pode ser confundida com uma atividade racional ou com a competência de um sujeito falante. Como descrito pelo autor, o discurso pode ser definido como: "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2020, p. 144).

Sendo assim, todo o discurso nasce então da retomada, de um já-dito. Não simplesmente pela retomada a um texto escrito, mas por elementos que configuram o rastro de sua existência. O processo arqueológico promove uma maneira de descrever os acontecimentos discursivos, buscando unidades que compõem o discurso. O acontecimento discursivo torna-se a condição de existência do discurso, isto é, as condições de possibilidade que ligam os enunciados às práticas discursivas. Como explorado em "A Ordem do Discurso", as relações entre enunciados, por vezes, podem escapar da consciência do autor, ou mesmo algumas relações de enunciados não possuem o mesmo autor, ou possuem autores que não se conhecem. Para o filósofo, mais do que olhar quem diz, é necessário olhar o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos, não o fechando em si, mas descrevendo seu jogo de relações.

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2020, p.32).

Diante de um racismo à brasileira, isto é, que acontece de forma velada e onde o mito da hegemonia racial mascara as desigualdades estruturais, buscamos uma forma de racismo mais aberta e direta. Ao considerarmos as reflexões a respeito do racismo estrutural - desse conjunto de práticas, políticas e de normas que perpetuam a desigualdade racial, independentemente da intenção individual - entendemos que o racismo no Brasil não é apenas um conjunto de práticas discriminatórias, mas sim uma estrutura que permeia todas as esferas da sociedade e está enraizado nas instituições sociais,

econômicas e políticas, de forma que as discriminações e exclusões raciais passem a ser sistemáticas. Não só por isso, mas também devido a tais relativizações que destacam as desigualdades enraizadas em nossa sociedade, que grupos historicamente marginalizados, como os negros e indígenas no Brasil, enfrentam obstáculos em diversas áreas, como educação, emprego, saúde, segurança; enfim, em seu existir. Lembrando Ribeiro (2019), o racismo estrutural está interligado com o poder e a formação das instituições, não é um evento isolado ou um desvio de comportamento, mas sim uma característica central do sistema social que afeta de forma desigual as oportunidades de diferentes grupos raciais. A autora reforça que, para combater o racismo estrutural, é necessário repensar as instituições e dismantelar os privilégios que mantêm essas desigualdades, abordando as questões de poder e representação de forma ampla e interseccional.

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2009, p.09).

Ainda nos deparamos com políticas de extermínio da população negra brasileira e os negros ocupando os lugares mais desprivilegiados da sociedade brasileira, o que nos faz perceber que o cerne da questão não é mais se há racismo ou não, mas quais as condições de possibilidade que, infelizmente, determinam a multiplicação de dizeres/comportamentos racistas. Diante de tal colocação, surgiu, então, a busca por um corpus que desse conta de nos mostrar o racismo operando de maneira livre, sem censura e sem se preocupar com o fato de ser crime. Começamos, então, a pensar nos gêneros que trazem os contradizeres, como gênero pichação. Orlandi (2004, p. 98), ao comentar sobre o discurso que movimenta o urbano, destaca que “não há cidade sem pichação, sem grafite atualmente. O grafite, a pichação, por sua vez, são discursos da cidade em que a letra – a grafita – em sua materialidade é a ordem própria discursiva que significa pelo (por ser) urbano”.

A respeito do gênero estudado, conforme mencionado, optamos por uma busca virtual. Sabemos que, conforme a Lei Afonso Arinos (Lei

1390/51 de 3 de julho de 1951), proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951, a discriminação racial no Brasil é proibida; sendo assim, pichações de cunho racista são logo repudiadas e apagadas, tornando-se um material fugidio. Como pudemos ver em alguns momentos de nossa pesquisa, é um corpus que frequentemente sai do ar, é excluído, apagado, mas do mesmo modo e com a mesma rapidez é substituído por outro. Quando não, as pichações são acompanhadas por notas de repúdio das instituições, ou mesmo de pessoas que utilizam as próprias paredes para estabelecerem sua recusa àquele dizer. O que despertou uma atenção especial, entretanto, foi a frequência dessas pichações justamente em universidades, um ambiente que é tido como progressista e revolucionário.

Sendo assim, a noção de racismo adotada em nossa pesquisa revela que ele é um produto socio-historicamente construído que reparte colocando em posições hierárquicas, as quais permitem o acesso de alguns e a negação de outros a posições de poder. Ao levarmos em consideração o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (MBEMBE, 1999), podemos entender como o Estado exerce seu poder de matar ou deixar viver sobre a população negra, controlando quais corpos têm o direito à vida. Logo, é necessário rever o espaço da educação como um lugar que valorize as pluralidades culturais. Desconstruir a crença persistente de que o negro não ocupa a posição de destaque por falta de esforço. Admitir que o racismo ainda organiza o poder socioeconômico. E, sobretudo, compreender que o fato de que o racismo persiste na sociedade contemporânea não ocorre por acaso, mas é importante olhar a história e observar quais as condições de possibilidade que tornam possíveis haver ainda as manifestações racistas.

ANÁLISE: racismo e biopolítica

Segundo Foucault (2005), no livro *Em defesa da sociedade*, no sistema da biopolítica, o poder se desloca, formando dispositivos que estão centrados na população, isto é, a forma de domínio exerce o poder sobre a vida. Considerando a lógica da biopolítica, o racismo de Estado pode ser uma estratégia para o exercício do poder sobre o corpo social. Ainda na esteira foucaultiana, nos deparamos com um Estado

que utiliza o racismo como uma ferramenta para justificar o controle e a regulação das populações, promovendo uma divisão entre os que devem ser protegidos e os que são considerados ameaças à ordem social. Assim, o racismo de Estado legitima formas de violência e de exclusão, garantindo que certos grupos sejam sistematicamente prejudicados enquanto outros são privilegiados dentro da estrutura social. Assustadora e cruamente falando, o Estado acaba por se servir da raça, da eliminação e purificação dela, para o exercício de seu poder.

Desse modo, é justificável que um dos temas recorrentes nos enunciados encontrados seja o tema da morte, tal como expresso na figura 1. Além da temática, a lembrança do estilo de caligrafia, juntamente com o movimento de sua escrita, evoca novamente as características angulares e retas do emblema associado ao nazismo (suástica), um sistema político autoritário e violento que compartilha a mesma ideologia de erradicação e purificação nas figuras a seguir.

Figura 1 – Grafito na UPF



Fonte: <https://rduirapuru.com.br/policia/upf-apura-pichacoes-racistas-e-de-odio-em-banheiro-do-campus-i-de-passo-fundo/> Acesso em: 15 de novembro de 2022

Figura 2 – Grafito na UNISC



Fonte: Universidade particular em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 2018
<https://www.geledes.org.br/banheiro-da-unisc-e-pichado-com-frases-racistas-pela-segunda-vez/>

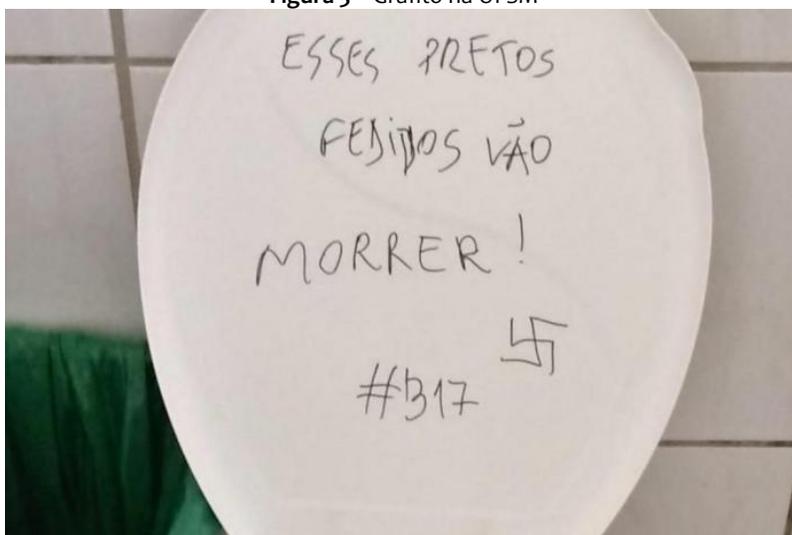
A biopolítica organiza os viventes, conduz preocupações com o cuidado da saúde, educação, natalidade e trabalho, buscando formas de movê-los seguindo os interesses do poder. Para Foucault (2005), essa forma de governar é mais que disciplinar, é um conjunto de estratégias que tem como intuito manter a relação de dominação da população, estando ligada a todas as relações da vida social. Não se trata unicamente de agir sobre os corpos dos seres vivos, mas manter em equilíbrio os aspectos voltados à população. Na leitura de Barros (2018, p. 60) sobre o filósofo francês: “A biopolítica faz medições, estimativas, e cálculos, não se trata de agir sobre o corpo dos indivíduos, mas manter um equilíbrio e uma otimização de aspectos voltados à vida da população.”

Entretanto, essa mesma política da vida atua em paradoxo com o exercício das mortes causadas pelo próprio Estado, pois mesmo em uma política de aprimoramento da vida, pode-se causar mortes, como nos regimes totalitários, por exemplo. Enfim, estamos falando de políticas que institucionalizam a discriminação racial, promovendo a exclusão e a marginalização de grupos, os quais sabemos bem serem majoritários, mas que são minorizados. Esse tipo de racismo está embutido nas leis, nas decisões judiciais, nas políticas públicas e na

atuação de instituições estatais, resultando em desigualdades estruturais que afetam todas as áreas que contribuem para o desenvolvimento humano, como saúde e educação, principalmente.

A lógica do racismo, expresso na imagem anterior, é a mesma que opera no interior do Estado, onde se promove uma divisão política que tem por base uma divisão biológica. Essa relação causa uma positividade entre a morte do outro e a minha vida. Para isso, é necessário que o outro represente perigo, isto é, seja visto como uma raça degenerada e anormal, que pode representar um impedimento para o crescimento de uma raça superior e sadia. Não por acaso, essas ofensas aparecem, por vezes, acompanhadas de posicionamentos políticos de uma direita extremista.

Figura 3 – Grafito na UFSM



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/10/frase-racista-e-escrita-em-banheiro-do-colegio-politecnico-da-uferm-em-santa-maria-cjnues3nt09bvo1pi8pklmovs.html>

Relembrando os dizeres de Foucault, na teoria clássica da soberania, o direito da vida e da morte era um atributo fundamental. Ter esse direito implicava que os soberanos poderiam fazer morrer e deixar viver. Assim, o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Nesse sentido, o direito da vida só é exercido porque se tem o poder de

autorizar a morte: a expressão “#B17” refere-se ao candidato à presidência, na época, Jair Bolsonaro, o qual é colocado como o detentor de um poder capaz de provocar a morte do outro (“pretos fedidos vão morrer”). Nas palavras de Foucault, “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Para o filósofo francês, durante a segunda metade do século XVIII, surgiu uma nova tecnologia de poder, diferente do poder disciplinar, porém que não o desconsidera ou elimina. Diferentemente da disciplina que se dirige ao corpo, essa nova forma tenta reger a multiplicidade dos homens, na medida em que essa multiplicidade forma uma massa global que é afetada por processos próprios da vida, tais como, nascimento, produção, doença e, também, a morte. Diferente do poder disciplinar que é individualizante, o poder da biopolítica é massificante. Não lida nem com a sociedade, nem com o indivíduo-corpo, mas com um corpo múltiplo, isto é, com a noção de população.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de urna "biopolítica" da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Essa nova tecnologia se instala por meio de um conjunto de processos que controlam a proporção de nascimentos, óbitos, reprodução, fecundidade, entre outros. Áreas, como a medicina, por exemplo, vão ter uma função maior de higiene pública, centralizando a informação e a normalização dos saberes produzidos. Da mesma forma, outro problema importante a ser pensado por esse sistema é o indivíduo que cai em consequência fora do campo da capacidade, da atividade. Ou ainda, acidentes, enfermidades e anomalias, que exigirão uma política responsável por abarcar os mecanismos necessários para a segurança e a seguridade coletiva. Mais do que gerenciamento de vida, chegamos ao ponto da desumanização, àquela velha conhecida da desde a época da escravidão, ou seja, a partir da pichação da

figura 3, um dos efeitos de sentido está diretamente ligado ao contraponto caracterizado pelo trinômio “bom cheiro” / “boa saúde” / corpo “não negro” o que resulta, portanto, na segurança daquele que fala (o racista).

Foucault (2004), em *O nascimento da clínica*, por exemplo, se propôs a elaborar uma arqueologia do olhar médico, por meio de relações históricas que permitiram determinadas formações discursivas na modernidade. Questões sobre o saber, sobre o corpo, a vida e a morte foram discutidas. Diferente do que é comumente propagado, o surgimento da medicina, a partir da clínica, é uma ideia falaciosa. A clínica formou um campo estruturado dentro do campo da medicina e, quando surgiram as pandemias, por exemplo, ela exigiu que desfocasse a atenção de certos membros mais ricos e abrangesse todos os seus membros.

É válido lembrar que foi um longo processo que passou por várias etapas. O discurso médico opera na mudança do enfoque do ‘si’ para o ‘consigo’, do ‘doente’ para a ‘doença’. Começou-se a pensar que talvez houvesse um elemento externo e o doente passou a ser um intermediário entre a doença e a solução. Com isso, houve uma desumanização, na qual o sujeito era um hospedeiro.

[...] As figuras da dor não são conjuradas em benefício de um conhecimento neutralizado, foram redistribuídas no espaço em que se cruzam os corpos e os olhares. O que mudou foi a configuração surda em que a linguagem se apoia, a relação de situação e de postura entre o que fala e aquilo de que se fala (FOUCAULT, 2004, p. VII).

No que antes tínhamos a doença como algo natural e contranatural (acidente que acomete o indivíduo), alterou-se para uma constância que se relaciona entre a vida e a morte, agora pertencendo às duas, a doença se individualizou e se especializou. O discurso médico tenta fazer a doença falar, o corpo falar, e isso implica em um processo que torna a doença aberta à investigação e ao olhar médico. Nasce uma medicina que se dá como uma ciência que trabalha em prol da humanidade, acreditando em sua potência e a valorizando, compreendendo como funciona o seu corpo, entendendo as causas de sua morte etc., buscando distanciar-se da morte, e a utilizando como promoção da vida, por intermédio dos estudos anatômicos. Com isso, percebemos que a biopolítica opera em todas as relações sociais, até

mesmo na medicina. Ela busca mecanismos para a promoção da vida, não uma vida em específico, mas o bem-estar de um corpo coletivo.

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. E a noção de "população". A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 2005, p. 293).

Além disso, o filósofo destaca a importância de se compreender a natureza dos fenômenos que são levados em consideração dentro do sistema da biopolítica. Podemos perceber, primeiramente, que se trata de fenômenos coletivos, que aparecem por meio dos seus efeitos políticos e econômicos; em segundo lugar, podem ser vistos como aleatórios e imprevisíveis, quando vistos de maneira individual, mas que ganham importância no plano coletivo. Por último, são fenômenos que se desenvolvem em sua duração. Na leitura de Souza (2017) sobre Foucault, a biopolítica surge como uma forma de governo que torna eficaz e gerenciável o controle das vidas:

Nesse sentido, a biopolítica surge contemporaneamente como uma forma de governo que não pretende reprimir ou negar a vida, mas torná-la eficiente, gerenciável, produtiva e lucrativa, e as principais instituições modernas que se propuseram a "cuidar" da vida foram o Estado e o mercado. O mercado nunca ocultou seu principal e único objetivo: aproveitar a vida como recurso humano biológico para aumentar a lucratividade dos processos produtivos – o capitalismo nos mostra isso a todo instante (SOUZA, 2017, p. 16).

Por conseguinte, o grande poder da soberania, que consistia em poder fazer morrer, aparece agora com a tecnologia do biopoder, um biopoder que opera sobre a população pela forma de fazer com que se obtenha um equilíbrio, de otimizar um estado de vida. Um poder que opera por meio da regulamentação e que consiste em fazer viver e deixar morrer. Dentre algumas medidas que podem dar conta de suprir as necessidades de que se incube esse sistema biopolítica, segundo Foucault, estão os sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice, regras de higiene, higiene da família, escolaridade, pressões sobre a sexualização e, conseqüentemente, à procriação, entre outros.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, e evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (FOUCAULT, 2005, p. 295-296).

Além disso, como esperado, a morte nessa biopolítica aparece como um objeto indesejado. Segundo o filósofo, o poder exercido por esse sistema aparece concretamente nessa desqualificação da morte, pensar em um desejo de morte nesse sistema torna-se algo bem mais significativo. Percebe-se que não mais se vê ritualizações públicas da morte, desde o fim do século XVIII. A morte deixou de ser uma cerimônia da qual participavam os indivíduos de forma aberta e tornou-se algo mais privado, aquilo que se procura esconder, quase que uma razão de vergonha, ou de derrota. A razão da morte tornar-se aquilo que se esconde está numa transformação das tecnologias do poder que se exerce através do domínio da vida. Por isso, ela torna-se indesejada, porque ela está do lado de fora em relação ao poder, o que extrapola o seu domínio. Além disso, o “deixar morrer” o qual o biopoder se incube não é sobre a morte em si, mas sim sobre a mortalidade.

Todavia, como essa tecnologia de poder que coloca a vida com o objetivo de prolongar sua duração vai exercer o direito de matar? É o que o autor irá questionar no decorrer de sua explanação. Que papel tem a morte dentro dessa política? Apesar de ser objeto de rejeição, a morte encontrará outro papel dentro da lógica da biopolítica. Como questiona o filósofo: “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (FOUCAULT, 2005, p. 304). É na resposta a essa questão que Foucault atribuiu ao racismo a função de interventor, mecanismo capaz de dar lógica para a morte no domínio da vida.

O racismo acaba implicando funções diretamente ligadas ao Estado: uma delas se refere a uma divisão fruto do aspecto biológico da espécie humana, a qual estabelece hierarquização das raças; a outra, diz respeito ao estabelecimento de uma relação positiva com a morte do outro, isto é, a morte daquele que eu caracterizo como adversário, degenerado, anormal, inferior (inclusive intelectualmente); enfim tudo que não atende à norma e, "como a

norma é branca, tudo que difere é visto como o que não é bom" (RIBEIRO, 2019, p. 90). E, conforme dito, não devemos deixar de destacar que essa morte deve garantir a segurança do indivíduo e das pessoas próximas a ele, garantindo o pleno desenvolvimento do grupo ao qual esse indivíduo pertence ou julga pertencer.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo se propôs a investigar a presença e a persistência do racismo nas instituições de ensino superior no Brasil, particularmente por meio das pichações racistas encontradas em banheiros universitários entre 2015 e 2018. Utilizando o arcabouço teórico de Michel Foucault, com ênfase na biopolítica e na necropolítica de Achille Mbembe, a pesquisa demonstrou que essas manifestações discursivas não são meras expressões isoladas de preconceito, mas sim reflexos de uma estrutura social profundamente enraizada no racismo. As universidades, embora vistas como espaços de progressismo e de inclusão, ainda carregam as marcas de uma sociedade que historicamente marginaliza grupos étnicos.

O estudo ressalta a necessidade de enxergar o racismo como uma questão estrutural, que permeia todas as esferas da sociedade, inclusive as acadêmicas. A análise dos enunciados racistas mostrou como esses discursos se conectam a práticas históricas de exclusão e violência, revelando as condições sociais e políticas que permitem sua reprodução contínua. Diante disso, é essencial que a educação, especialmente em ambientes universitários, adote uma postura ativa na desconstrução dessas narrativas, promovendo a valorização da diversidade e combatendo as desigualdades que ainda persistem.

Portanto, para além de medidas punitivas ou de remoção de material racista, é fundamental uma mudança estrutural no modo como a sociedade e suas instituições lidam com as questões raciais. Somente assim será possível interromper o ciclo de violência simbólica e física que continua a afetar as chamadas "minorias" no Brasil. Acreditamos que essa produção científica pode provocar impacto tanto social como cultural e contribuir para que outras reflexões aconteçam de modo a enfrentarmos toda e qualquer forma de preconceito existente e fomentar as discussões para a criação de

políticas públicas efetivas que visem ao desenvolvimento e aprimoramento humano.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, G. *Grafitos de banheiro: a literatura proibida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BARROS, J. R. *O Racismo de Estado em Michel Foucault*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, V.15, N.1, p.01-16 jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6312985.pdf>
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAPÍTULO II

PICHAÇÃO: a mulher no discurso urbano

Ana Carolina Bernardino¹

Rosemeri Passos Baltazar Machado²

INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo investigar a posição da mulher no ambiente urbano, utilizando as pichações como material empírico e focando na compreensão dos processos de subjetivação do corpo feminino, à luz da Análise de Discurso e dos estudos foucaultianos. Ao recorrer à perspectiva teórica de Michel Foucault, especialmente no que diz respeito à constituição e ao cuidado de si na genealogia do sujeito, evidenciamos as complexas relações de poder e as formações discursivas que atuam na construção social e simbólica da figura feminina. Neste sentido, entendemos corpo como discurso, que por sua vez constitui-se numa prática social que estabelece significados e é determinada por contextos históricos e linguísticos.

Nas três imagens escolhidas, notamos a possibilidade de dizeres que ilustram a posição do sujeito/corpo/mulher em nossa sociedade. A partir do conceito de biopoder, abordamos a disciplinarização dos

¹ Doutora em Estudos da Linguagem pela UEL, membro do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; professora colaboradora do Projeto de Pesquisa PAD III - Pesquisas em Análise de Discurso: a genealogia/(des)construção do corpo feminino e as dissimetrias de poder nas práticas sociais. Professora de Ensino Fundamental II e Médio. CV: <http://lattes.cnpq.br/6725023757666224>. ID Lattes: 6725023757666224
carol.bernardino@uel.br

² Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina e desenvolve Projeto nas áreas de Análise de Discurso e Estudos Discursivos Foucaultianos. É Líder do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; Membro do LABEDISCO/CNPq - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo; Pós-Doutoranda no Programa em Estudo de Linguagens - PPGEL, da Universidade Estadual da Bahia, campus I – Salvador; Membro do GESTELD – Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos, da UNESP. CV: <http://lattes.cnpq.br/4807654796089331> ID Lattes: 4807654796089331 rosemeri@uel.br

corpos e a influência das estruturas de poder sobre o sujeito mulher, destacando o papel do discurso como mecanismo regulador na produção de identidades e na normatização dos comportamentos. Por isso, com base nas três pichações, é evidente como o controle social opera de maneira sutil e eficaz por meio da linguagem e das práticas discursivas. Ao enfatizar que os sujeitos falam de diferentes lugares de enunciação, refletimos sobre como isso resulta em uma apreensão plural dos sentidos, que se transformam conforme as posições e as formações discursivas em que os enunciados são produzidos.

Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica acerca do aporte teórico escolhido, além de uma reflexão do suporte teórico aplicado ao *corpus* selecionado. Assim, para finalizar, analisamos como esse corpo pode nos levar a reflexões que problematizam e, ao mesmo tempo, reconfiguram esse sujeito feminino dentro da sociedade.

O GÊNERO PICHÇÃO

As pichações, de acordo com Orlandi (2004, p.60), são formas de discurso urbano, é a cidade produzindo sentidos através dos sujeitos, isto é, “não é só a produção de sentidos que constitui o processo de significação, mas também, e eu diria, sobretudo, seu modo de circulação, seu modo de existência”, uma vez que o espaço citadino se transforma em espaço para emergir múltiplos efeitos de sentidos, despertando reflexão e produção de significados nos sujeitos que ali circulam.

A pichação é, em todas as formas de manifestação, caracterizada por uma expressão dos sujeitos face ao contexto sociocultural. Nesse ponto, o sujeito encontra a pichação como uma manifestação em resposta à negação de bens e serviços básicos, por exemplo. Essa manifestação cria um estranhamento a quem não está inserido nas mesmas condições de produção, o que reforça o caráter transgressor da pichação. Assim, a pichação mostra-se como uma possibilidade da cidade se apresentar como um aglomerado de dizeres com teor crítico, nem sempre positivos e, na maioria das vezes, relacionado a assuntos políticos, os quais desencadeiam movimentos de atravessamentos e ressignificações diversos.

Dessa forma, o discurso urbano desenvolve-se em um espaço que lhe é próprio e, por isso, procuramos refletir os diversos efeitos de

sentido que existem nesse espaço que é urbano, mas que o social se sobrepõe. Assim, o espaço urbano é um espaço material e funciona como lugar para significar e ressignificar o tempo todo, é um espaço simbólico no qual o social toma forma e sentido. Na cidade, portanto, o simbólico – pela linguagem – e o político – pelo poder – se entrelaçam para formar o discurso urbano.

Nesse sentido, a escolha pelo gênero pichação se deu pelo interesse em apresentar esse modo de dizer, pois, na pichação, o dito está na busca de uma intervenção social, com o objetivo de despertar reflexão a respeito do corpo feminino no social.

Seu cenário é a cidade. Seu modo de existência é o muro, a parede urbana. Sua forma é uma forma que denuncia os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se praticam. O modo como o Estado os individualiza e que resulta em seus processos de identificação: na falta de acesso às instituições, ao ensino, à formação, à privacidade e até mesmo ao espaço público (ORLANDI, 2016, p. 209).

O dizer grita. A pichação é a própria manifestação desse sujeito que está abafado, buscando, no muro, espaço para dizer. Os discursos desenvolvidos nesse espaço – o urbano – constituem-se das relações estabelecidas entre os sujeitos que se significam e que significam as relações de sua própria existência. Na cidade, que representa o urbano, o social se sobrepõe.

BIOPODER E CONTROLE SOCIAL: a disciplinarização do corpo feminino no espaço urbano

A noção de biopoder refere-se, principalmente, ao modo como as estruturas de poder podem atuar sobre os corpos e, conseqüentemente, sobre a sociedade, controlando a vida nas suas diversas esferas, promovendo normatizações, sobretudo, no que diz respeito ao gênero e à atuação dos corpos segundo um modelo ditado pelas regras de controle social. Diferentemente das formas tradicionais de poder baseadas na soberania, o biopoder incide sobre os aspectos biológicos e cotidianos da sociedade, produzindo uma rede de controle que opera nos mais diversos âmbitos da sociedade.

Segundo Foucault (2012, p. 156), “o homem, por milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política

sua vida de ser vivo está em questão”. No âmbito do biopoder, o corpo feminino se torna um foco privilegiado de regulação, visto tanto como um recurso biológico (reprodução) quanto como um marcador de normas socioculturais, ou seja, as relações de poder moldam não apenas as dimensões políticas, mas também as condições de vida e existência do sujeito. Quando esse pensamento é relacionado à posição da mulher na sociedade e às mensagens veiculadas por pichações, evidencia-se que o corpo feminino não é apenas atravessado por discursos normativos, mas também é politizado, tornando-se um campo de disputa.

No que tange ao contexto urbano, as pichações devem ser encaradas como formas de resistência a essa tentativa de normatização, funcionando, assim, como um modo de resistência no espaço público. Nesse sentido, o biopoder traduz uma tecnologia de poder que visa ao controle e à regulação dos corpos, criando subjetividades condizentes aos padrões sociais e de gêneros vigentes. No caso do corpo feminino, por exemplo, o biopoder se manifesta por meio de discursos que ditam regras e normas, não só de comportamento, mas, também, de aparência, de emoções e de posição social, restringindo, assim, a liberdade das mulheres e reforçando as estruturas de dominação. Dessa forma, as pichações podem desafiar essas imposições sobre esse corpo, ao inscrever no espaço urbano vozes que questionam e trazem à tona possíveis contradiscursos.

Por essa razão alguns desses discursos podem desestabilizar o discurso dominante, evidenciando a tensão entre o controle social e as subjetividades. No que se refere aos discursos de resistência, a escrita de certas pichações pode servir como um ato político, no qual o sujeito/corpo/mulher rompe com discursos pré-estabelecidos, disciplinarizações impostas pelo biopoder, reivindicando visibilidade a esse corpo e revelando sentidos múltiplos de resistência e existência diante de normas sociais repressivas, por isso o gênero pichação constitui-se em manifestação de corpos que resistem, transformam e ressignificam a sociedade nas suas mais variáveis relações de poder. Além disso, as pichações podem trazer à tona também constatações de discursos preconceituosos, os quais deslegitimam o corpo feminino, enfatizando dizeres de ódio, submissão e desvalorização da mulher.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter corpo, condições de existência, probabilidade de vida. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete no político [...]. É o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça de morte, que lhe dá acesso ao corpo (FOUCAULT, 2012, p. 155).

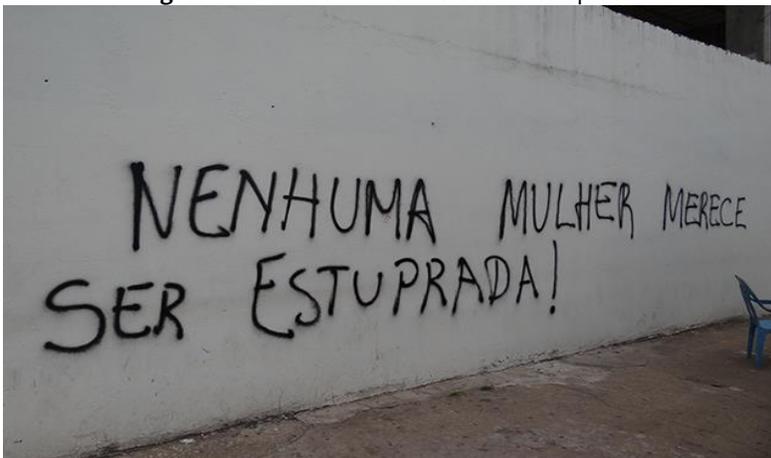
Quando aplicado ao corpo feminino no contexto urbano, esse conceito revela mecanismos de disciplinarização que moldam não apenas o comportamento, mas também a presença e o uso do espaço pelas mulheres.

As pichações revelam como a disciplinarização do corpo feminino no espaço urbano pode servir de exemplo para, também, compreender como o biopoder opera na contemporaneidade, transformando corpos e espaços em objetos de controle e regulação. No entanto, essa mesma dinâmica cria oportunidades para a contestação e a ressignificação, revelando o potencial político das práticas femininas de resistência. Ao problematizar essas questões, é possível desnaturalizar os mecanismos de poder que estruturam a cidade, promovendo debates que ampliem o direito à cidade para todos os corpos.

SUJEITO/CORPO/MULHER NAS PICHAGENS

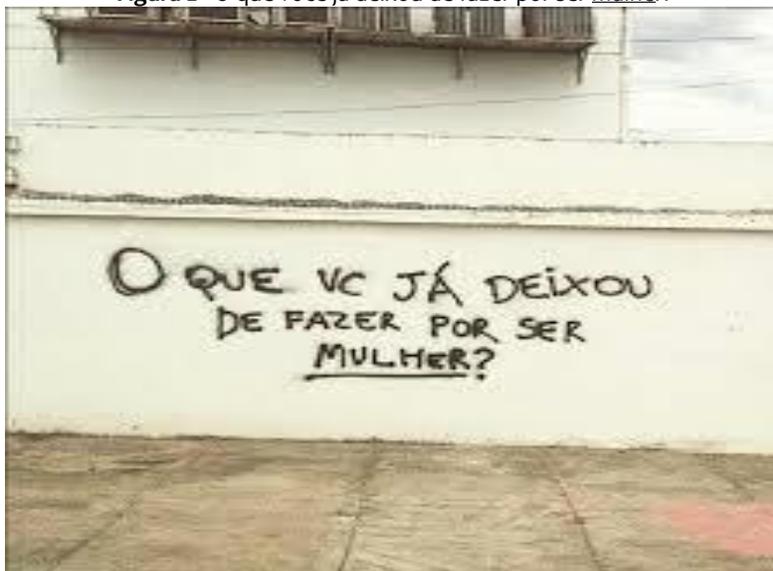
Nosso trabalho analisa três pichações, retiradas da internet.

Figura 1 - Nenhuma mulher merece ser estuprada!



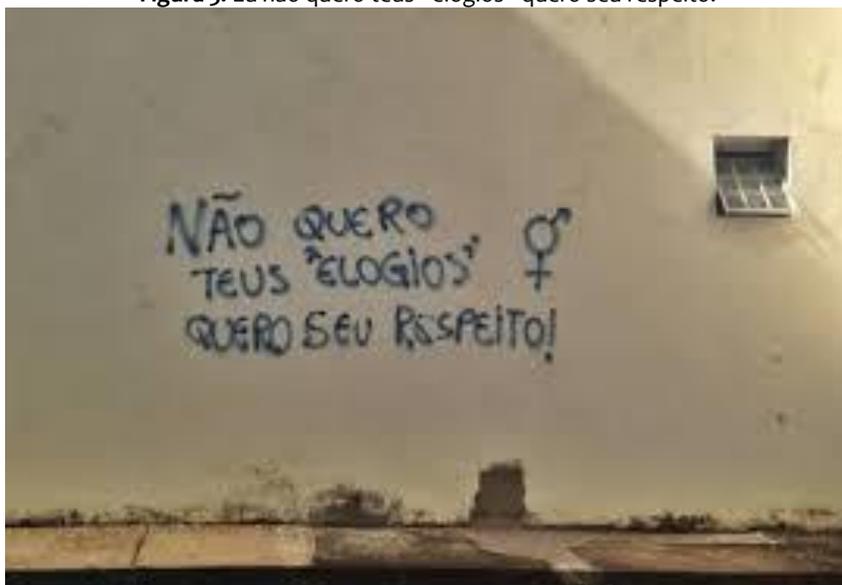
Fonte: IMPERATRIZ (2014).

Figura 2 - O que você já deixou de fazer por ser mulher?



Fonte: FERDINAND (2017).

Figura 3: Eu não quero teus “elogios” quero seu respeito!



Fonte: ARONOVICH (2015).

As três pichações trazem à tona a posição do sujeito mulher na sociedade contemporânea, revelando as condições de possibilidade que as moldam e os processos de subjetivação que as atravessam. Sob a perspectiva de Michel Foucault, essas manifestações discursivas podem ser compreendidas como efeitos de relações de poder-saber, que constroem e delimitam o lugar do sujeito mulher nos jogos de verdade que permeiam a sociedade.

Apesar dos avanços históricos — como o direito ao voto, a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, que busca garantir uma dignidade mínima às mulheres, e a implementação de canais de denúncia contra assédio moral e sexual em empresas —, é evidente que essas práticas discursivas continuam operando em meio a regimes de verdade que revelam estigmas e moldam as subjetividades femininas. Assim, o sujeito mulher é constantemente confrontado por relações de poder que configuram sua existência, revelando a permanência de mecanismos de controle e normatização na contemporaneidade.

Conforme Foucault, essas representações não são apenas reflexos de um consenso social, mas produções discursivas articuladas em relações de poder, que configuram verdades e delimitam práticas no interior de regimes de saber. Logo, o discurso opera como um campo de batalha onde os sentidos são negociados, reforçando ou desestabilizando as normas sociais, os quais podem ser vistos como ferramenta de controle sobre os sujeitos, normalizando comportamentos e identidades, enquanto oculta as dinâmicas de poder que o sustentam.

É notável, a partir das análises, como esse sujeito mulher, que é constituído sócio-historicamente, é colocado em uma posição de inferioridade ao homem e como, por meio da pichação, a busca pelos direitos e por igualdade de oportunidade sai do lugar da obviedade para assumir um caráter emancipatório. O sócio-histórico constitui o sujeito, logo, os sujeitos atravessados pelo discurso da emancipação saem do silêncio e vão às ruas estampar sua voz no muro, provocando uma ruptura com os discursos estigmatizados instaurados no histórico e, ao mesmo tempo, uma reflexão, na sociedade.

As condições de possibilidade tendem a proporcionar, por exemplo, que mulheres tragam à tona a reflexão em torno do seu real papel na sociedade, extinguindo a ideia de fragilidade, incompetência

e incapacidade, de modo a validar a sua produtividade perante as relações de poder construídas historicamente na sociedade. Afinal, os discursos, ao mesmo tempo que refletem os jogos de poder, também os sustentam e legitimam. Por isso, é tão necessário reverter essa situação de jogo, uma vez que as formações discursivas não são permanentes, elas surgem, transformam-se e desaparecem conforme as mudanças históricas (o que é válido em um período pode ser deslocado por novas condições de enunciação em outro dado momento). Segundo Machado (2022, p. 172),

Assim como os lugares, os discursos também são múltiplos, heterogêneos e seus deslocamentos diversos. Deslocamento: talvez seja esse o termo chave para um possível desembaralhar de ideias que foram sendo colocados e que, agora, faz-se necessário desenvolvê-las. São os deslocamentos que permitem uma certa atualização dos saberes e, por sua vez, das (re)significações. Os sentidos se dão a partir do seu real e da relação com os interlocutores.

Nessa mesma perspectiva, formações discursivas revelam a sociedade atual que, depois de muitas mudanças, abre espaço para que o eu feminino tenha voz, saia do silenciamento. E esse silêncio é o discurso do sujeito que foi oprimido, é a própria resistência contra os tipos de poder que estão instaurados, bem como a continuidade da luta. Afinal, esse sujeito não está só dizendo, mas está saindo da sua posição que era silenciada para mostrar à sociedade que é necessário respeito. Evidentemente, o espaço (aqui, a cidade e o muro) é um lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera socialmente.

Na primeira imagem, observamos uma negação plena no início da frase “nenhuma”, na busca por uma sensibilização maior da sociedade. Além disso, quando o sujeito escolhe dizer que “não merece” (= nenhuma mulher merece), está afirmando em seu discurso que esse sujeito mulher tem direito e merece a condição de ser livre e poder andar sem medo no espaço urbano. No mesmo sentido, na segunda imagem, por exemplo, notamos o mesmo desejo de busca por condições mais justas de vida em sociedade. Quando o discurso sinaliza o “deixou de fazer”, é porque já fez e foi/é impedida de continuar com suas próprias escolhas – evidenciando a necessidade de emancipação desse sujeito mulher perante as condições impostas pela sociedade. Nesse enunciado, no nível linguístico, é possível perceber a “angústia” feminina revelada no marcador de pressuposição “deixou de”, reforçando a ideia de que a mulher “já” não pode fazer o que fazia

antes, pelo simples fato de “ser mulher”. Já na terceira imagem, é evidenciado – direta e indiretamente – o efeito de sentido na busca de respeito; quando o enunciador despreza os “elogios” (já aspeado, por ironizar a situação na qual o elogio ocorre que se torna depreciativo, ao invés de ser algo positivo). O termo entre aspas (“elogios”) é revelador da opinião feminina; de modo contundente, e implicitamente, significa que a mulher anseia por respeito acima de qualquer outra forma de expressão sentimental.

Fica evidente, portanto, que os discursos apreendidos das pichações relevam um desejo de respeito, de luta, de mudança social e a busca incessante por melhores condições. Também devemos ressaltar que os sentidos captados nas análises se constituem a partir de atravessamentos e determinações, podendo existir inúmeros outros efeitos de sentido. Além do mais, considerando as três pichações, é necessário pensarmos na regularidade dos enunciados, sistemas de dispersão que apresentam a construção das formações discursivas, que são, por sua vez, identificadas pela repetição dos padrões não só de enunciação, mas também de discursos e práticas que incluem as condições sob as quais os enunciados se tornam possíveis e legítimos.

CONSIDERAÇÕES

Por toda a perspectiva traçada ao longo do texto, podemos perceber que as formações discursivas são fundamentais para a determinação dos efeitos de sentido, ou seja, a posição que o sujeito ocupa – enquanto sujeito social – irá determinar seu posicionamento acerca de determinado assunto; os sentidos podem ser construídos de diversas maneiras, porque os sujeitos que enunciam/apreendem os discursos não são atravessados pelos mesmos contextos históricos e sociais, bem como não compartilham das mesmas condições de possibilidade. Segundo Souza (2006, p. 89), a formação discursiva

é marcada por regularidades que funcionam como mecanismos de controle que determinam o que lhe pertence e o que não lhe pertence. Esses mecanismos mostram que o que se diz não provém de uma infinidade de significados, mas de condições de possibilidades de dizer específicas.

Desse modo, os discursos não são frutos de uma expressão subjetiva livre, mas estão ancorados em relações de poder e de conhecimento, que moldam o que pode e deve ser enunciado. Além disso, é importante mencionar que mesmo com todas as conquistas femininas que aparentam ter ocorrido, a necessidade de dizer – através dos muros – evidencia que ainda é preciso lutar muito mais na busca da quebra dos estigmas instaurados acerca do sujeito mulher, uma vez que as construções discursivas refletem, ainda, preconceito e discriminação do sujeito/corpo/mulher.

Nesse sentido, temos, de um lado, a sociedade patriarcal que interpela o feminino e busca colocá-lo em uma posição de submissão e, do outro lado, os discursos emancipatórios, que interpelam os sujeitos a construir posicionamentos outros: sujeito que luta, sujeito que tem desejos, sujeito que resiste.

REFERÊNCIAS

- ARONOVICH, Lola. *O feminismo tem sido minha força e o blog, meu refúgio*. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2015/11/guest-post-o-feminismo-tem-sido-minha.html>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- BEZERRA, Juliana. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- FERDINAND, Lincoln. “Ah, mas isso não é machismo!”: E alguns relatos de quem realmente sofre com ele. Disponível em: <<https://medium.com/neworder/mas-isso-nao-e-machismo-10d064ea9f72>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhaon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- IMPERATRIZ, Laís Ferreira. *Mensagem contra o estupro é pichada nos muros do centro de ITZ: A pichação foi feita para conscientizar as pessoas sobre o machismo*. Disponível em: <<http://imirante.com/imperatriz/noticias/2014/04/15/mensagem-contra-o-estupro-e-pichada-nos-muros-do-centro-de-itz.shtml>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar Machado. Por entre as audiovisuais: elaborar com Nilton Milanez. In: SOARES, Thiago Barbosa; MILANEZ, Nilton (org). *Espaços discursivos: políticas de vida na atualidade*. Campinas: Pontes, 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2016.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire. *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

CAPÍTULO III

IGUALDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA: PROJETO STAGES¹

Rosângela Tenório de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Iniciarei este artigo com um pequeno trecho da entrevista de Ecléa Bosi a Mariluce Moura, realizada em 2014, na qual abordou temas como memória, seu instigante livro *Leituras de Operárias* e a alegria de fazer um estudo para uma universidade e ver sua repercussão numa política pública. Nesse caso, a oportunidade de ir à Organização Internacional do Trabalho (OIT), na ONU, em Genebra, fazer uma denúncia do trabalho operário feminino:

Todo ano aparecem agentes químicos novos, nocivos, e não estudados de maneira alguma quanto à repercussão no organismo feminino. No caso das fábricas que trabalham com radiação, esta afeta o tecido embrionário nos três primeiros meses de gravidez, fase em que em geral a operária não sabe que está grávida. A criança vai sofrer os efeitos dessa radiação em sua saúde anos mais tarde. E os culpados ficam impunes. O que seria preciso fazer? Estudar os agentes nocivos nas fábricas em que a mulher trabalha. (BOSI, 2014, p. 50).

O aspecto reflexivo do enunciado de Bosi chama-nos a atenção pela relação com a ética, questão crucial no debate sobre gênero e ciência, entendida como uma prática nas relações sociais e culturais, como defende Foucault (2004, p. 221). No campo dos estudos feministas e de gênero, essa questão emerge quando, nos anos 1970, assume-se a não existência de “ciências que não sejam ciências humanas”. Tais estudos afirmam também que as ciências são vistas como culturas científicas construídas, engendradas, situadas,

¹ A primeira versão deste artigo foi publicada na Revista Latino-Americana e Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 157 - 176, jan. / jul. 2018.

² Professora Titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal e Pós-Doutorado na dell'Università degli Studi di Milano, Itália.

contingentes com suas historicidades específicas (LOPES; SOMBRIO, 2017, p. 1).

Notem-se aqui dois desafios no que se refere a gênero e ciências: um do ponto de vista da ética, no sentido de que não há produção do conhecimento que se justifique sem considerar as relações de poder nela implicada; o outro diz respeito à contingência do conhecimento. Desafios que estão no cerne das intervenções dos estudos feministas e de gênero no âmbito da relação entre gênero e ciência. Com efeito, desde os anos 1970 nos Estados Unidos³, 1980 na Europa⁴ e 1990 na América Latina⁵, os estudos feministas e de gênero têm tratado dessas questões a propósito de uma série de práticas recorrentes de desigualdade de gênero. São problematizadas a invisibilidade da produção das mulheres, as relações hierárquicas e de assimetria na produção e na ocupação de cargos em instituições de pesquisa, a preterição em carreiras acadêmicas por gênero, estereótipos e práticas de subalternização diversas nas ciências em razão do gênero. Estudos de cunho qualitativo (entrevistas em profundidade, estudos de memórias e de trajetórias) e de cunho quantitativo ou qualiquantitativo (fontes em dados numéricos e análise interpretativa) desenvolvidos nesse período trazem como elemento comum o discurso da igualdade de gênero na ciência.

Contudo, não podemos pensar o tema da igualdade de gênero na ciência como uma temática adstrita a períodos específicos. Esse aspecto é elucidado no instigante dossiê *Gênero em Ciências: história e políticas no contexto iberoamericano*, no ano em curso, da Revista *Cadernos Pagu*. O que ocorre é a entrada em cena, em cada contexto específico, de novos problemas, de novos modos de interpretação de questões recorrentes, a exemplo da emergência das teorias pós-colonialistas ao problematizarem olhares marcados pelo colonialismo. Essas teorias, assinaladas no dossiê como ferramentas teóricas das ciências humanas e sociais e das teorias feministas, têm ajudado a se

³ A obra de Evelyn Fox Keller tem sido citada como uma referência para o período, tal como está no instigante estudo de Maria Teresa Citelli, *Mulheres na Ciência: Mapeando campos de estudo* (Cadernos Pagu. 2000).

⁴ O estudo 1986 e dintorni. *La doppia assenza di femminismo e scienza in Italia, un'eredità che dura ancora oggi* de Alessandra Alegrini trata dessa temática, situando a experiência da Itália com o tema.

⁵ Ver Dossiê Gênero em Ciências: história e políticas no contexto ibero-americano em *Cadernos Pagu* 2017.

repensar relações e significados de gêneros e as desigualdades produzidas por essas divisões (LOPES; SOMBRIO, 2017).

Uma brevíssima revisão do conceito de igualdade indica enunciados que remetem ao idêntico, ao uniforme, à relação entre dois termos, em que um pode substituir o outro no mesmo contexto, sem que mude o valor do contexto. Podem ser visualizadas também, dentre outras, relações puramente formais de equivalência ou de equipolência quanto às relações políticas, morais e jurídicas que se denominam de igualdade; uma desigualdade que se desvanece no campo da matemática; e um conceito associado a justiça e a dignidade ou a uma exigência moral (ABBAGNANO, 2007).

No campo filosófico e sociológico, a igualdade tem uma coexistência com enunciados de emancipação e integração social (SANTOS, 1995); como uma ação de conquista (ARENDETT, 1997); como uma pressuposição a ser discernida nas práticas, na visão de Rancière, e como uma condição necessária, mas não suficiente, da política para Foucault (LAZZARATO, 2011).

Quando associado aos usos no discurso feminista e de gênero, o discurso da igualdade potencializa um campo de reflexão poderoso ao associar a desigualdade social à desigualdade cultural de gênero. Na literatura, o tema é amplo e sob diferentes versões nesses campos vem sendo muito problematizado em momentos históricos distintos e por grupos feministas distintos. Parte da literatura observa que: “A demanda da igualdade entre mulheres e homens no plano jurídico coincide, historicamente, com a afirmação da igualdade dos homens entre eles [...] A atuação da mulher não implica uma participação no poder masculino, se não questionar o conceito de poder” (LONZI, 2004, p. 5)⁶. Outras versões enfatizam temas como marginalidade, alteridade e identidade. Dá-se assim visibilidade a um problema tanto no plano conceitual como no plano prático das lutas feministas e de gênero. Contudo, o “problema pode não ter uma valência tão negativa”, como defende Butler (2014a, p. 7), sobre a ambiguidade do conceito de gênero que trazemos para a questão da igualdade. O que temos é um tema tensionado pelo debate sobre igualdade e diferença;

⁶ Tradução do espanhol: “*La demanda de igualdad entre mujeres y hombres en el plano jurídico coincide, históricamente, con la afirmación de la igualdad de los hombres entre ellos. [...] La actuación de la mujer no implica una participación en el poder masculino, sino cuestionar el concepto de poder*”.

o desafio da identidade; a contingência histórica da igualdade; a correlação entre identidades de grupo e a percepção plena da individualidade; e ainda o fato de os termos da exclusão sobre os quais a discriminação está amparada serem, ao mesmo tempo, negados e reproduzidos nas demandas por inclusão (SCOTT, 2014).

Se o gênero é produzido como resultado de uma tecnologia (LAURENTIS, 1994, p. 208) ou melhor, como resultado de um aparato de produção e normalização do masculino e do feminino (BUTLER, 2014b, p. 253), sugere-se que a igualdade de gênero está associada a esses modos de operação do masculino e feminino. Esse é um aspecto relevante no contexto do discurso de igualdade de gênero, inclusive na ciência.

Trata-se de aspectos relevantes no âmbito da produção do conhecimento sobre igualdade de gênero na ciência: vigilância epistemológica no reconhecimento da historicidade, contingência e incompletude da ciência; e da ética no que se refere à relação entre o que é verdadeiro e o que é justo. Esses têm sido temas caros ao campo dos Estudos Culturais, nos quais os Estudos Feministas e os Estudos de Gênero estão em coexistência.

Esses campos têm oferecido formas de problematizar e um mapa conceitual para analisar estruturas particulares de dominação e subordinação ao tratarem “a cultura como um campo de luta em torno do significado e a teoria como campo de intervenção política” (SILVA, 2000, p. 55). É deles a inspiração para análise apresentada neste artigo.

O objeto empírico de análise é o Projeto *Stages - Structural Transformation to Achieve Gender Equality in Science*. Coordenado pelo Departamento de Igualdade de Oportunidades da Presidência Italiana do Conselho de Ministros, é assistido por um centro de pesquisa especializado em gênero e ciência – ASDO, e envolve cinco institutos de pesquisa de universidades da Itália, Alemanha, Dinamarca, Romênia e Holanda. Essas universidades implementam um plano de ação em três áreas estratégicas: ambiente amigável às mulheres, ciência consciente do gênero e liderança feminina na ciência.

Além das razões estritamente acadêmicas para o estudo, debruçarmo-nos sobre esse projeto tem também uma motivação de ordem política, pois permite-nos apreendermos práticas discursivas que operam em oposição a ações que subalternizam as mulheres no campo da ciência.

O corpus selecionado está circunscrito a um dos materiais de divulgação do *Projeto Stages*: o *newsletter* do período de 2012 a 2014. Esse material evidencia formas de operar e a gramática discursiva que circula no discurso da igualdade da mulher na ciência. Compuseram o corpus analisado enunciados advindos do Dipartamenti de Ugualianza di Oportunidades (DPO), da Assembleia delle Donne per lo Sviluppo e la Lotta all'Esclusione Sociale – ASDO); do **GENDERS – Gender & Equality in Research and Science da Università Degli Studi di Milano**; da Fraunhofer Gesellschaft, Germany; da Aarhus Universitet, Denmark; da Universitatea Alexandru Ioan Cuza, Romania; e da Radboud Universiteit, The Netherlands.

Do ponto de vista metodológico, é uma aproximação com a análise do discurso, nesse sentido, o objeto de saber são os enunciados. Toma-se como referência a ideia de função enunciativa para dar conta de dois movimentos: no primeiro, dar visibilidade aos enunciados e espaços de diferenciação de forma a fazer aparecer as diferenças, uma determinação da posição de sujeito em sua função, autor do seu lugar de enunciação, a identificação de um campo associado, isto é, o interdiscurso e a identificação de um regime de materialidade repetível (FOUCAULT, 1995, p. 121).

No segundo momento, fazemos uma análise desses enunciados, considerando as regularidades enunciativas com as homogeneidades enunciativas e as oposições intrínsecas. A regularidade enunciativa designa uma ordem, posições, correlações; especifica um campo singular de aparecimento. A análise dessas regularidades implica na verificação das homogeneidades enunciativas, prática discursiva com formulações verbais enunciativamente equivalentes, assim como a identificação das hierarquias internas às regularidades enunciativas. Quanto às oposições intrínsecas que acontecem no interior do próprio discurso, consideram-se as divergências de modalidades enunciativas e as incompatibilidades no campo teórico. Quer evidenciar-se que as oposições segundo as mesmas condições de exercício da função enunciativa estão sujeitas a formas de articulação e coexistência discursiva em seu campo de presença (enunciados já formulados e que são retomados a título de verdade admitida), em seu campo de concomitância, ao se referirem a domínios de objetos inteiramente diferentes, mas que atuam entre os enunciados estudados, e, no domínio de memória, isto é, no que se refere aos enunciados em relação

aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese e transformação, continuidade e descontinuidade histórica (FOUCAULT, 1995).

UM REFERENTE: O CAMPO CIENTÍFICO COMO POSSIBILIDADE DE RELAÇÕES IGUAIS ENTRE GÊNEROS

O princípio de diferenciação que sustenta o discurso de igualdade de gênero no âmbito do *Projeto Stages* está associado ao discurso de igualdade de gênero na ciência, advindo do discurso feminista e de gênero. Defende-se a igualdade de gênero na ciência como contraponto às práticas de desigualdade, à permanência de valores patriarcais nas instituições de produção do conhecimento e às práticas de discriminação de mulheres na ciência. A justificação discursiva, do projeto do ponto de vista substantivo, indica que, em países europeus, nas carreiras científicas, apenas algumas mulheres, mesmo representando a maioria dos estudantes e cerca da metade nos cursos de doutoramento, alcançam posições superiores (*Newsletter 1*).

No contexto do projeto, analisa-se a estrutura de poder no campo da ciência, organizada em torno dos interesses masculinos, mesmo em sociedades com forte tradição de luta feminista, como é o caso da Itália. Reflete-se como estruturas acadêmico-científicas funcionam na desigualdade de gênero consolidada por práticas de classificação, exclusão e de inserção controladas em função da divisão de campos de saber por sexo, feminilização de disciplinas, divisão sexual do trabalho e práticas sistemáticas de assimetria associadas ao gênero e práticas de silenciamento, no que se refere à produção das mulheres. Ao mesmo tempo, indica-se também como tais práticas sustentadas nos campos de saber do patriarcado, da meritocracia e da naturalização têm funcionado como uma amálgama poderosa para ações de discriminação, constrangimento e estereotipia. Compõem o que indicamos na Tabela 1 os elementos enunciativos que justificam em geral o *Projeto Stages*.

Tabela. 1 - Justificação discursiva . Operadores da Desigualdade de gênero no discurso da ciência

Sistema de classificação/exclusão/inserção controlada	Técnicas de poder que incidem sobre os corpos	Campos de saber
Divisão das disciplinas por sexo/Feminilização das disciplinas Divisão sexual do trabalho Práticas de assimetria associada ao gênero Silenciamento	Discriminação Constrangimento Estereotipia	Patriarcado Meritocracia Naturalização

Fonte: a pesquisa

O discurso de igualdade de gênero na literatura feminista demonstra que o campo científico contrapõe-se à possibilidade de igualdade nas oportunidades dadas aos diferentes gêneros. Utilizando os mesmos indicadores, entram em cena outras práticas relacionadas à disputa de poder da mulher na ciência:

Tabela. 2 - Espaço de Diferenciação: o campo científico como possibilidade de igualdade de oportunidade de gênero

Sistema de classificação/exclusão/inserção controlada	Técnicas de poder que incidem sobre os corpos	Campos de saber
Igualdade de oportunidade Ocupação de postos Liderança de mulheres Mudança Luta/resistência Diversidade de gênero Gênero-igual	Visibilidade da cientista Representatividade Reconhecimento	Estudos feministas Estudos de gênero Diversidade de gênero Diferença de gênero

Fonte: a pesquisa

A tabela mostra uma síntese do discurso que, do ponto de vista da dinâmica do Projeto Stages, incorpora fatores de igualdade de gênero na ciência: igualdade de oportunidade de melhorar o papel das mulheres na ciência; a luta contra a exclusão das mulheres; mudança em carreiras científicas; diversidade de gênero e inovação; gênero-

igual. Pesquisas sustentadas nos estudos feministas e de gênero com foco nos enunciados de diversidade e diferença são utilizadas para produção de um acervo de conhecimentos em disputa pelo poder de dizer sobre o papel das mulheres na ciência, que dê visibilidade a cientistas femininas, representatividade e reconhecimento.

A sustentação na diversidade e diferença advindas do discurso feminista indica uma ambivalência no discurso no contexto do *Projeto Stages*. Na literatura dos Estudos Culturais, entende-se a diferença associada à política de identidade e dos movimentos sociais culturais, a exemplo do movimento feminista. Pode referir-se a uma situação social dada e que deve ser respeitada, ou pode ser vista como um processo social ligado a práticas de significação. A diversidade cultural estaria relacionada a um “processo de enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural (...) é o reconhecimento de contextos e costumes pré-datados”. A diferença cultural relaciona-se a “um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, de referência, aplicabilidade e capacidade” (BHABHA, 2000, p. 63).

Outros termos que estão em oposição na literatura: estereótipo e representação, que aparecem com a mesma função. Contudo, o estereótipo foca no indivíduo com um efeito mais psicologizante e não como processo social e histórico. No campo dos Estudos Culturais, faz-se a opção pela representação por realçar relações de poder e o papel central da linguagem na produção de visões sobre a alteridade (SILVA, 2000, p. 54).

Embora os conceitos de diversidade e diferença; estereótipo e representação tenham sentidos diferentes no debate teórico, no âmbito do *Projeto Stages*, têm a função de indicar uma potência das mulheres no campo científico.

FUNÇÃO AUTOR: FUNÇÃO POLÍTICA

Um referente está implicado com a função autor exercida, que é complexa e variável. A análise da função autor indica não o autor da ação no projeto, mas, sim, a função que exerce, a posição que ocupa em um lugar institucional. Por esse caminho, interessa a função

política, ou seja, quem está autorizado a dizer e de qual instância para que se torne o enunciado da igualdade de gênero um enunciado verdadeiro e, assim, funcione. Afinal, o pensamento científico pretende ser o enunciado da verdade.

Tabela. 3 - Função autor: política

Lugares de enunciação	Posições	Enunciados
Governo da Itália -Dipartamenti de Ugualianza di Oportunidades (DPO); Assemblea delle Donne per lo Sviluppo e la Lotta all'Esclusione Sociale (ASDO); GENDERS - Gender & Equality in Research and Science/Università Degli Studi di Milano; Fraunhofer Gesellschaft, Germany; Aarhus Universitet, Denmark; Universitate Alexandru Ioan Cuza, Romania; Radboud Universiteit, The Netherlands.	Coordenador Avaliador Financiador Pesquisador Consultor Assessor	Ambiente amigável às mulheres Ciência consciente do gênero Liderança feminina na ciência

Fonte: a pesquisa

A tabela acima indica os lugares de enunciação com autoridade, ou seja, lugares sociais que oferecem aos atores sociais uma posição privilegiada nas relações de poder de enunciação; as posições que ocupam para poder enunciar e os enunciados autorizados.

Dentre esses lugares, o *Dipartamenti de Ugualianza di Oportunidades* (DPO) responde pela coordenação ampla do projeto e enuncia da Estrutura da Presidência do Conselho de Ministros do governo da Itália (NEWSLETTER, 1, 20xx). O fato de ser responsável pelas atividades do projeto no âmbito da gestão administrativa e financeira lhe confere estatuto de enunciador privilegiado, seja pelo papel que desempenhá na rede discursiva de política pública social, seja pelas competências que lhes são atribuídas (NEWSLETTER, 1, 2012).

A *Assemblea delle Donne per lo Sviluppo e la Lotta all'Esclusione Sociale* (ASDO), associação de pesquisa social, sem fins lucrativos com sede em Roma (Itália), tem estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Fundada nos anos 1980 por um grupo de pesquisadoras e militantes feministas, essa organização tem como missão “promover a consciência sobre a mulher como sujeito chave, essencial para a compreensão e a solução de algumas das

questões cruciais da sociedade contemporânea”. É importante ressaltar o poder que advém dessa função, considerando-se um outro aspecto diferente do DPO. Aqui temos o poder do saber no campo do discurso feminista e de gênero, reconhecido, inclusive, pelo lugar que ocupa nas Nações Unidas e por sua atuação nas linhas de pesquisa: ação social das mulheres, gênero, bem-estar e exclusão social; pesquisa-ação sobre trabalho de conciliação familiar e políticas familiares; necessidades de formação de mulheres ao retornar ao mercado de trabalho, com foco especial em habilidades, experiências e *expertises* de mulheres; mulheres e políticas; mulheres e liderança no mundo do trabalho; mulheres e ciências; epistemologia, teoria e metodologia das ciências sociais (*Newsletter* 1). A institucionalidade vinculada a um organismo transnacional e associada às ações de produção de conhecimento confere a autoridade para conduzir o discurso pela igualdade de gênero, avaliar, monitorar, controlar e regular o discurso.

Sob a coordenação do DOP e assitência da ASDO, cinco Institutos de Pesquisas/Universidades da Itália, Alemanha, Dinamarca, Romênia e Holanda atuam em três áreas estratégicas: ambiente amigável às mulheres, ciência consciente do gênero, e liderança feminina da ciência. As universidades e os institutos de pesquisa representam o lugar onde se produz conhecimento com autoridade – o cânone universitário. É na universidade onde se dão o princípio de agrupamento do discurso científico e a legitimidade de quem enuncia.

Na Universidade de Milão, Itália, o Projeto *Stages* está sob a responsabilidade do *Centro Studi e Ricerche Donne e Differenze di Genere* do Departamento de Ciência Política, primeiro centro universitário na Itália com foco no tema da igualdade de gênero na carreira científica. A condição de exercício da função política dá-se pela experiência na pesquisa de gênero desde 1995, por atuar como um centro de pesquisa interdepartamental, com os estudos Mulher e Ciência em 2006 e mais três projetos a partir de 2008: Praticar a Igualdade de Gênero na Ciência; Carreira das mulheres acertar o alvo: Gestão de Gênero na Pesquisa Científica e Tecnológica; e Transformação estrutural para alcançar a Igualdade de Gênero em Ciência com o plano de sustentabilidade. Desde 2012, o referido centro faz parte do *Projeto Stages*.

O Instituto Fraunhofer, considerado a maior organização de aplicação orientada de pesquisa na Europa, desenvolve pesquisas com foco nas necessidades das pessoas em relação a temas como saúde, segurança, comunicação, energia e meio ambiente. Desde 2003, atua na pesquisa com temas associados à diversidade de gênero. Com essa perspectiva, assume fortemente sua função política no discurso da igualdade de gênero.

A capilaridade da função autor da Aarhus University da Dinamarca está na ampliação de suas práticas no campo da igualdade de gênero. Em 2008, instituiu uma *Task Force* para atuar sobre igualdade de gênero e, com o *Projeto Stages*, tem como foco a pesquisa de evolução da igualdade de gênero. Busca uma ação de controle das práticas desenvolvidas.

De forma semelhante ocorre na Radboud University, em Nijmegen, na Holanda, que também apresenta um histórico de ações para a igualdade de gênero. Seus programas no contexto do *Projeto Stages* são caracterizados por ações de estímulo a carreiras de pesquisa de mulheres talentosas, como financiamentos, procedimentos neutros de gênero, redes de mulheres professoras, entre outros (NEWSLETTER, 1).

Com foco na pesquisa qualiquantitativa, a Universidade Alexandru Ioan Cuza da Romênia, com seu núcleo de mulheres acadêmicas, desenvolve pesquisas e produção de conhecimento, considerando a percepção de pesquisadoras jovens e experientes. E com essas práticas acadêmicas, assume a autoridade do conhecimento da problemática da desigualdade de gênero no campo científico e para propor ações no contexto do *Projeto Stages*.

O discurso da igualdade de gênero na ciência no contexto do *Projeto Stages* põe os sujeitos em determinadas posições: coordenador, financiador, avaliador, pesquisador, consultor e assessor. Essas posições na rede discursiva sobre igualdade de gênero na ciência correspondem ao lugar institucional ocupado e às interpelações que recebem como sujeitos enunciativos. Essas posições não são fixas, há trocas de posições, reelaborações das mesmas, respondendo a demandas externas e internas ao discurso.

Os enunciados ambiente amigável às mulheres, ciência consciente do gênero, liderança feminina na ciência, no contexto da função política, fazem parte da rede interna do discurso da igualdade

de gênero na ciência. Representam aqueles enunciados relacionados ao sistema epistemológico do que pode ser dito e acolhido pelos sujeitos enunciadorees no contexto do projeto e por aqueles que são interpelados por ele. “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não estiver, à partida, qualificado para o fazer” (FOUCAULT, 1996, p. 37).

INTERDISCURSO: RACIONALIDADES SOCIOPOLÍTICA, ECONÔMICA E EPISTEMOLÓGICA

O interdiscurso remete ao entendimento de que um discurso não pode ter sua existência em um discurso particular, mas, sim, na sua relação de interdependência com outros discursos. Assim, interessa identificar o campo associado à coexistência com enunciados de outros discursos.

A Tabela 4 resume os discursos que compõem a rede interdiscursiva que sustenta o discurso da igualdade de gênero na ciência. Essa síntese não representa a totalidade dessa rede interdiscursiva. É uma aproximação, considerando-se os limites do acervo eleito para análise aqui apresentada.

Tabela. 4 - Interdiscurso

Lugares de enunciação	Discurso	Enunciados em dispersão
Governo da Itália -Dipartamenti de Ugualianza di Oportunidades (DPO); Assemblea delle Donne per lo Sviluppo e la Lotta all’Esclusione Sociale (ASDO); GENDERS - Gender & Equality in Research and Science/Università Degli Studi di Milano; Fraunhofer Gesellschaft Germany; Aarhus Universitet Denmark; Universitate Alexandru Ioan Cuza Romania; Radboud Universiteit - The Netherlands.	Sociopolítico Econômico Epistemológico	Direitos Humanos Consciência de gênero Mudança Práxis transformacional Inovação Produtividade Mercado Diferença cultural Diversidade de Gênero

Fonte: a pesquisa

A emergência do discurso da igualdade de gênero na ciência está condicionada à entrada em cena de discursos que atuam como forças em luta permanente contra os campos de saber que agem na dispersão do que se pretende consolidar. Nesse sentido, evidenciamos as racionalidades sociopolítica, econômica e epistemológica que atuam como rede interdiscursiva no contexto do discurso da igualdade de gênero na ciência. Para identificar os enunciados, “o ambiente amigável de gênero na ciência, ciência consciente do gênero e liderança feminina na ciência” (Newsletter 1), defende-se que a igualdade de gênero na ciência seja feita via direitos humanos. Nesse sentido, para alcançar melhorias nas práticas de relações humanas, nos processos de liberdade e na emancipação, são necessárias ações de intervenção nas práticas das universidades e institutos de pesquisa, mas também devem ser buscadas por conta de consequências positivas no desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, a produtividade e a inovação gramático-discursiva da economia de mercado entram em cena.

A esses discursos aliam-se os enunciados da consciência de gênero. Esse enunciado, forte no âmbito do *Projeto Stages*, tem suas raízes no discurso feminista e de gênero desde a germinação desses campos. E tem como memória o discurso que identifica a consciência com a capacidade de o ser humano, pela autoreflexividade, apreender o mundo e a si próprio com a possibilidade de autojulgar-se (ABBAGNANO, 2007). É uma noção que tem um efeito prático pela possibilidade de construção da criticidade. No caso do gênero, permite o reconhecimento da desigualdade como obstáculo para a transformação das estruturas com vistas à igualdade. Contudo, com a virada linguística, a consciência é deslocada pela linguagem e pelo discurso. Essa crítica decorre de uma problematização, por exemplo, do intelectual que assumia dizer a verdade “àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência”. Para Foucault e Deleuze, a questão é que as pessoas sabem, não são alienadas, o que impede a ação é o sistema de poder do qual aqueles que são agentes da consciência também fazem parte. Há aqui um deslocamento do sujeito consciente para se entender o sujeito como uma posição de sujeito (FOUCAULT; DELEUZE, 1979). Nesse sentido, a luta parece ser aquela contra as formas de poder, tal como os campos de estudos de gênero e do feminismo têm assumido.

A análise do interdiscurso leva-nos a sugerir que as condições de existência do discurso da igualdade de gênero na ciência no contexto do *Projeto Stages* é de ordem mais política e institucional do que teórica, embora sustentadas pelos discursos da conscientização e da diferença e diversidade de gênero. O discurso de igualdade foi construído com base nos arranjos históricos da modernidade, em particular as ideias de direitos humanos, conscientização, mudança e transformação, além dos arranjos discursivos do pensamento pós-moderno, que realçam as culturas locais, as contingências e os sujeitos. Tal discurso apresenta, assim, pontos de convergência com os estudos de gênero em seu debate sobre diversidade e diferença.

ESCRITOS SOCIAIS: MATERIALIDADE REPETÍVEL

Na literatura de gênero, é lugar-comum o uso do argumento de que “o gênero está inscrito no corpo”, no sentido de afirmar as marcas que definem o masculino e o feminino. Essa inscrição performática, fruto do efeito no discurso nos corpos, está associada ao que Foucault destacou no discurso como materialidade repetível, condição de existência de um discurso. No caso do *Projeto Stages*, esta é uma das características principais: as técnicas de inscrição são abundantes nos planos de ação desenvolvidos no âmbito do projeto – sites, pesquisas, relatórios, estudos, estatísticas, tabelas, gráficos, organizações de grupos e outros (ver Tabela 5).

Tabela. 5 - Materialidade discursiva

Lugares de enunciação	Materialidade discursiva
Governo da Itália -Dipartamenti de Ugualianza di Oportunidades (DPO); Assemblea delle Donne per lo Sviluppo e la Lotta all'Esclusione Sociale – ASDO); GENDERS - Gender & Equality in Research and Science/Università Degli Studi di Milano; Fraunhofer Gesellschaft Germany; Aarhus Universitet Denmark; Universitate Alexandru Ioan Cuza Romania; Radboud Universiteit - The Netherlands.	Pesquisa de avaliação Instrumentos de avaliação Monitoramento bilateral Instrumentos de observação Relatórios Sites Workshops Conferências internacionais Genderisation Distribuição de Gênero Estudos de gênero no currículo Mestrado e doutorado em gênero Instituto para Estudos de Gênero Caixa de ferramentas

Código de condutas
Comitê da diversidade
Conselhos de Carreira
Rede de Mulheres
Rede feminina de Jovens Cientistas
(Radboud)
Dia das Mulheres
Centro para igualdade de gênero
Prêmios pela Excelência em Ciências
Sites
Banco de dados de códigos abertos
Group Model Building
Relatos de experiências de vida de
mulheres cientistas (Radboud)

Fonte: a pesquisa *Newsletter* 2, 3 e 4.

Os registros diversos possibilitam a repetição ampla do discurso, sua condição de ser citado. Tal como afirma Derrida, o que caracteriza a escrita é sua “citationalidade” (apud SILVA, 2000, p. 26). O texto é também o significante. Com ele o *Projeto Stages* constrói sua identidade. A significativa materialidade discursiva, ou seja, o uso de diversas linguagens culturais, a exemplo das ferramentas mais recentes no campo da comunicação e da informação, como *websites*, e a participação em grandes eventos, como a Cúpula Europeia de Gênero de 2012 em Bruxelas, a Terceira Cúpula da Igualdade de Gênero, em 2013, em Washington, e a Conferência Europeia sobre Mudanças Estruturais para Melhorar a Igualdade de Gênero na Ciência, indicam a capacidade de comunicação e distribuição dos enunciados do *Projeto Stages*. A participação em outros eventos como Conferência de Lançamento, o curso “Igualdade de Oportunidades e Carreiras Científicas” e o *workshop* “Medicina de gênero na Europa: desenvolvimentos e perspectivas”, todos realizados em 2012 pela Universidade de Milão, também indicam o mesmo. Nesses espaços, dá-se grande visibilidade aos resultados das ações de pesquisa, intervenção nas organizações de pesquisa e sobre os instrumentos criados para concretização da política de igualdade de gênero na ciência.

As pesquisas e seus registros em relatórios, *papers* e jornais de divulgação, práticas desenvolvidas por todos os atores do projeto, seja do ponto de vista da pesquisa para o conhecimento da problemática da desigualdade de gênero ou da avaliação e monitoramento do

projeto, conferem a força dessa materialidade do discurso vinculado pelo *Projeto Stages*. Destacamos as pesquisas que envolvem relatos de experiências de vida de mulheres cientistas da Universidade de Radboud. Essas pesquisas em sua materialidade estão implicadas também no aspecto performático de gênero. O falar de si pode ser uma prática de dessubjetivação (no caso de ver-se na condição de desigualdade) e de novas subjetivações (ver-se na igualdade de gênero), se partimos do pressuposto de que a subjetividade é “linguística e discursivamente construída e deslocada ao longo da gama de discursos nos quais os indivíduos concretos participam” (SILVA, 2000, p. 93). Quanto às estratégias de avaliação, estas são das mais importantes no que se refere às técnicas de inscrição e aos processos de regulação e controle do discurso, assim como a criação do código de conduta pela Aarhus.

As ações relacionadas à *genderisation*, a exemplo da medicina de gênero da Universidade de Milão e a inclusão de gênero no currículo, os cursos pontuais com temáticas específicas de gênero, os mestrados e doutorados e a criação de institutos de estudos de gênero, expressam também a materialidade discursiva do discurso de igualdade de gênero. Têm efeitos visíveis de imediato, a médio e longo prazos pela formação de quadros e possibilidade de reverberação do discurso.

Do mesmo modo, a criação ou reforço ao prosseguimento de ações como comitês, redes e centros de mulheres implicam em uma replicação de instrumentos escritos sociais, criação de sites, ações de divulgação como eventos e criação de jornais numa significativa multiplicação de enunciados em espaços institucionais poderosos na sociedade do conhecimento como as universidades.

Destacamos ainda a caixa de ferramentas com os exemplos de boas práticas na Frahofer, divulgada para outros grupos no site do *Projeto Stages*. (NEWSLETTER, 3). Ela é feita a partir de um formulário no qual é solicitado o nome de uma determinada atividade de diversidade de gênero realizada, para que foi implementada, quais são os benefícios, como é aceita no instituto, como foi implementada e como têm sido facilitadas as condições para realizá-la. O formulário possui ainda um campo para que sejam indicados quais obstáculos a pessoa poderia enfrentar se tentasse criar algo parecido (*Newsletter* 3).

A organização de um banco de dados de códigos abertos e de um *Group Model Building*, como as outras ações, substancia e dá suporte ao discurso da igualdade de gênero, dá conta do discurso e do comentário, ou seja, de diferentes e diversos modos de leitura da problemática de gênero no que se refere à desigualdade e à luta pela igualdade de gênero na ciência, até mesmo porque utiliza as ferramentas da própria ciência. Cria, na verdade, novos espaços de apropriação do discurso de gênero em campos de utilização como a estatística e a informática.

REGULARIDADES ENUNCIATIVAS

A regularidade enunciativa refere-se a uma ordem, posições, correlações entre enunciados; e especifica um campo singular de aparecimento. Essa regularidade não se apresenta de maneira definitiva, isto é, está sujeita a mudanças e transformações que ocorrem resultantes das formas de articulação e coexistência discursiva. A análise dessas regularidades, como já indicado neste artigo, implica a verificação das homogeneidades enunciativas (enunciados que se cruzam com relação de interdependência), assim como a identificação das hierarquias internas às regularidades enunciativas, no caso, as oposições intrínsecas ao discurso.

A tabela seguinte sintetiza como o discurso Igualdade de gênero na ciência funciona como um enunciado reitor no *Projeto Stages*, ou seja, como a partir desse discurso um conjunto de enunciados é reescrito em função do interdiscurso, da memória discursiva que é acionada para atender as demandas dos sujeitos em sua função autor. Essa reescrita, derivação no modo de dizer, contudo, não altera as regras do discurso da igualdade. O enunciado reitor assegura a existência do discurso como um acontecimento em um determinado contexto histórico, no caso do *Projeto Stages* a decisão no contexto da Comissão Europeia e dos Estados-Membros de que “a promoção da igualdade de gênero na investigação é uma prioridade [...] porque apenas com a plena participação das mulheres no setor científico e tecnológico será possível apoiar o crescimento econômico e criar uma sociedade baseada no conhecimento e na excelência”. (Newsletter 1:1). Contudo, a sua derivação enunciativa assegura a participação de

diferentes sujeitos em sua função autor e assim a continuidade e amplitude da existência do discurso da igualdade de gênero na ciência.

Tabela.6 -Regularidades Enunciativas

Homogeneidades Enunciativas		Oposições Intrínsecas	
Enunciados Reitores	Derivação enunciativa	Divergência de modalidades	Incompatibilidade de enunciados
Igualdade de gênero na ciência	Oportunidade de gênero Direito humano de gênero Inclusão de gênero Gênero-igual Gênero consciente Participação Mudança nas relações de gênero Mercado interno para gênero Inovação Gênero e crescimento econômico Liderança feminina	Regulação Assessoria e Formação Premiação Organização <i>Genderrisation</i> Falar de si	Melhoria x Mudança Oportunidade x Gênero igual Participação x Liderança

Fonte: Dados da Pesquisa identificados nos quatro números da Newsletter do Projeto *Stages*

Entre o enunciado reitor e os enunciados derivados, estabelece-se uma relação condicionada à ordem do discurso (quem está autorizado a dizer e o que se pode dizer em determinado contexto histórico). Se o enunciado reitor igualdade de gênero na ciência emprega as regras dessa ordem de uma forma mais geral e mais largamente aplicável, os enunciados derivados empregam as regras de forma mais flexível, atualizando o contexto de interesse. Sabe-se que o discurso da igualdade de gênero na ciência é transdisciplinar e nesse sentido aciona tanto campos de saber diversos como a o campo da economia (Mercado interno para gênero na ciência, Inovação, Gênero e crescimento econômico); do direito (Direito humano de gênero na ciência); da política (Inclusão de gênero na ciência, Participação da mulher na ciência, Mudança nas relações de gênero na ciência); dos estudos feministas e de gênero (Gênero-igual, Liderança feminina da

ciência); como também aciona outros discursos já formulados e que são retomados como verdade admitida (Gênero consciente).

No que se refere às oposições intrínsecas, ressaltamos que o discurso pela igualdade de gênero analisado compõe enunciados que ora se cruzam, ora se ignoram, ora se excluem. Dar visibilidade a essas oposições é importante, porque evidencia a não unidade do discurso, formas diferentes de argumentação, e de certa maneira assegura-se com essas oposições a força de uma rede discursiva, ou seja, a força se dá pela aglutinação da diferença.

As oposições intrínsecas ao discurso se apresentam no modo de enunciação do discurso e na incompatibilidade dos conceitos no interior dos enunciados. Nos modos de enunciação, identificamos práticas divergentes nos sujeitos enunciadorees em sua função autor, como práticas discursivas reguladoras; de Assessoria; de formação; de organização; de *Genderisation*; e de falar de si.

A regulação remete ao sentido de controle ou governo da conduta por meio de regras. Desde os anos 1990, há várias formas de regulação do discurso da diferença cultural nas diferentes dimensões de gênero, sexualidade, raça, etnia, geração. Seja por razões de ordem econômica, com a economia de mercado transformando as demandas de gênero em produtos de consumo, seja por razões de ordem demográfica, com a imigrações e o impacto nas questões de gênero (LEONINI, 2007), seja pelo avanço da tecnologia de comunicação e informação. No caso específico do *Projeto Stages*, está justificada com o discurso da mudança e da emancipação. Há que se considerar a presença de uma organização não governamental, a ASDO, assumindo esse processo de regulação com as pesquisas de avaliação e monitoramento. Esse fato pode ser interpretado como uma prática inovadora nos processos de regulação, em mão dupla desenvolvida pela sociedade civil para com o Estado com vistas a assegurar o projeto de igualdade de gênero na pesquisa.

A modalidade de formação e assessoria está implicada com a mudança na forma de pensar das novas gerações que chegam às universidades. O foco desses modos de enunciação do discurso da igualdade de gênero na ciência é a conscientização de gênero relativa às formas de opressão e desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo, quer-se formar quadros de mulheres cientistas que possam competir nesse nicho que é o campo da ciência.

Ao assumir a prática de premiação, o *Projeto Stages* incorpora uma prática sedimentada no campo da ciência, e esta, por sua vez, incorpora uma prática que tem sua gênese no discurso religioso. Confere uma credibilidade ao binômio punição *versus* recompensa. Identificamos esse parentesco com elementos advindos da amálgama do discurso religioso com o discurso cientificista da modernidade, que funciona como operadores de subjetividades. O enunciado da premiação em sua materialidade é performático, porque acontece em um ritual de cerimônia, lugar onde o dizer é também fazer.

Grupos, centros, núcleos e redes de mulheres, e organizações com foco na atividade de política de identidade de gênero dentro das universidades e de institutos de pesquisa retomam experiências de solidariedade vividas em movimentos sociais de gênero ou de organizações não governamentais e se misturam com a vida acadêmica. Essa modalidade enunciativa do discurso da igualdade de gênero na ciência tem papel relevante no fortalecimento das lutas por igualdade de gênero. Esses grupos, centros, núcleos e redes de mulheres podem ser identificados como espaços heterotópicos, no sentido dado por Foucault, espaços que, ao contrário das utopias, são “lugares sem um lugar real”, são “espaços reais, utopias realizadas nas quais todos os outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos” (FOUCAULT, 1967, p. 2-3).

Genderisation tem sido um ponto de referência para problematizar a desigualdade de gênero. No caso do *Projeto Stages*, a difusão da medicina de gênero foi feita por meio de um *workshop*, ação da Universidade de Milão que se consubstancia como uma opção pelo conhecimento sobre a mulher no campo da saúde.

O modo de enunciação falar de si envolve as ações de pesquisa qualitativa que retomam histórias de vida, trajetórias profissionais ou atividades de grupos com escuta das experiências. Vale dizer que, no *Projeto Stages*, as práticas de falar de si funcionam como ferramentas importantes para viabilidade do discurso da igualdade de gênero na ciência, afinal, ao dizer de si mesmo, falar as “verdades” de si na condição de gênero, de seus saberes, suas experiências, há um processo de subjetivação, pois não se está falando em qualquer lugar, mas em uma instituição para intelectuais, por intelectuais que conhecem as regras da institucionalidade. Atua como uma prática de

tornar-se objeto de si mesmo e do outro (o pesquisador, o avaliador, o coordenador), ou seja, torna-se objeto de conhecimento. Nesse processo, temos a justificativa da conscientização, pelo argumento da libertação do sujeito de gênero, mas também um processo de regulação de controle desse processo.

Quanto à incompatibilidade de conceitos, observamos uma tensão na gramática discursiva quando da análise das regularidades: melhoria, oportunidade, participação são enunciados que se contrapõem à mudança, gênero igual e liderança. Há aqui uma luta cultural pelo dizer da igualdade de gênero. Uma que parece silenciar o discurso da desigualdade de gênero na ciência; parece pedir licença para entrar no mundo da ciência. O discurso pode ser entendido pelo que está silenciado. Com Sontag, em seu ensaio *A Estética do Silêncio*, aprendemos sobre alguns efeitos do uso da linguagem e do discurso. Para além de esclarecer, liberar, confundir, exaltar, corromper, hostilizar, gratificar, afligir, aturdir ou animar, ele também silencia (SONTAG, 2015a, p. 27). Os enunciados da mudança, do gênero igual e liderança fazem ressoar que há desigualdade e que é preciso fazer a mudança estrutural, o que é, aliás, o objetivo do *Projeto Stages*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] não acredito que a emancipação das mulheres seja apenas uma questão de ter direitos iguais. É uma questão de ter poderes iguais, como elas vão conseguir os mesmos poderes se não participarem de estruturas já existentes? (SONTAG, 2015b).

Intentamos com este artigo uma aproximação com o discurso da igualdade de gênero no contexto do *Projeto Stages*. Estamos assumindo na análise que o gênero tal como conhecemos na atualidade é um efeito de um discurso produzido historicamente. Na modernidade, esse discurso toma visibilidade maior com os sistemas de classificação evidenciados no modo de produzir e divulgar o conhecimento. Tais sistemas funcionam como operadores desde que constroem um discurso do verdadeiro, sustentam-se na racionalidade instrumental, supõem uma segurança na ordem do discurso no campo do conhecimento, validam proposições, são incorporados nos discursos do conhecimento moderno e pós-moderno e têm efeitos devastadores, capilares, no corpo social.

A análise do discurso da igualdade de gênero na ciência no âmbito do *Projeto Stages* confirma como sistemas de classificação têm produzido eles próprios processos de exclusão ou de inserção controlada de gênero na ciência, a exemplo das práticas de distribuição hierárquica entre homens e mulheres. Há uma sub-representação da mulher, uma segregação vertical pelo domínio masculino do conhecimento e posições inferiores na pesquisa, indicando uma relação de poder vertical com predomínio masculino. Tais práticas, por terem a função de técnicas de poder e por incidirem nos corpos, constringem, discriminam, isolam, silenciam. Práticas que precisam ser problematizadas, principalmente porque incidem diretamente nos processos de subjetivação e dessubjetivação, pelo sentimento de inferioridade, vergonha que provocam quando dos processos de exclusão ou de inclusão controlada e da estereotipia, além do que provocam também nos processos de subjetivação. Essas práticas estão sustentadas na visão patriarcalista, naturalista e meritocrática que ainda predomina no pensamento social.

O cenário no qual se dá o discurso de igualdade de gênero na ciência no contexto do *Projeto Stages* é complexo por envolver uma crise paradigmática e um imperativo político de incertezas que, na verdade, parece contribuir para as condições de emergência do discurso de igualdade de gênero na ciência. Há uma coexistência discursiva e não discursiva de diferentes domínios da prática social com o desejo de conquistar reconhecimento e validade. Um discurso que emerge nos anos 1970 como indicado na introdução deste artigo toma força nas últimas décadas, a nosso ver em função da existência de uma penetração das mulheres na academia, dos estudos pioneiros nos campos feminista e de gênero, o que foi aos poucos dando visibilidade às mulheres na ciência, fazendo uma verdadeira arqueologia da produção de conhecimento das mulheres e também das lutas dos movimentos sociais e culturais desde o final dos anos 1960. Há ainda uma interlocução discursiva entre conhecimentos acadêmicos, lutas culturais, organizações feministas e de saberes locais que, durante muito tempo, foram marginalizados tal como o discurso feminista, o discurso de gênero e discursos de diversos campos do conhecimento.

Nesse discurso, destacamos o combate às desigualdades de gênero; o *status* das instituições que assumem a função autor em seu

amplo poder discursivo na Europa, como as universidades, e com significativa materialidade discursiva, ou seja, o uso de diversas linguagens culturais, a exemplo das ferramentas mais recentes no campo da comunicação e da informação; o seu poder enquanto rede discursiva para responder por diversas funções enunciativas e assim atender a diferentes coenunciadores em suas diferentes expectativas.

Há, então, necessidade de voltarmos ao que afirmávamos no início deste artigo sobre os desafios restritos ao discurso da igualdade de gênero na ciência, no plano ético e no plano epistemológico. Interessa problematizar a própria ciência ou as ciências, as relações entre as pessoas, homens x mulheres e mulheres x mulheres no jogo de poder do discurso científico. O estudo apresentado mobiliza-nos a pensarmos em inserir outras possibilidades, a exemplo de fazer genealogia dos rituais da escolarização com a potência para produzir representações de distribuição de carreiras por gênero.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALEGRINI, Alessandra. 1986 e dintorni. La doppia assenza di femminismo e scienza in Italia, un'eredità che dura ancora oggi. *La rivista*. Napoli. Numero 13, 2015.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BOSI, Eclea. *Narrativas Sensíveis sobre grupos fragilizados*. Entrevista a Mariluce Moura. Pesquisa Fapesp. 2014. p. 46-53.
- BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. Nova York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014a.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu* (42), Campinas, janeiro-junho de 2014b, p. 249-274.
- CITELLI, Maria Teresa. Mulheres na Ciência: Mapeando campos de estudo. *Cadernos Pagu*, n. 15, Campinas, 2000, p. 39-75.

- CITELLI, Maria Teresa. O feminismo mudou a ciência? *Cadernos Pagu*, n. 17-18, Campinas, 2002.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTA, Manuel B. da (Org.). *Michel Foucault, ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.
- LAURENTIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco: 1994.
- LAZZARATO, Mauricio. Enunciação e Política: uma leitura paralela da democracia – Foucault e Rancière. In: VEIGA-NETO, Alfredo; CASTELO BRANCO, Guilherme. *Foucault: Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.
- LEONINI, Luisa. *Partiamo dalla domanda. Prostituzione: oltre i luoghi comuni*. Torino. 2007.
- LONZI, Carla. Escupamos sobre Hegel. *Escritos di Rivolta Femminili*. México. fem-e-libros / creatividadfeminista.org. 2004.
- LOPES, Maria Margaret; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. Apresentação. Homenagem a Fanny Tabak, Eulalia Pérez Sedeño, Mariza Corrêa. Dossiê Gênero em Ciências: História e Políticas no Contexto Iberoamericano. *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017.
- SANTOS, Sousa. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto. Afrontamento, 1995.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SONTAG, Susan. *A Vontade radical*. Sao Paulo: Companhia das Letras. 2015a.
- SONTAG, Susan. *Entrevista completa para a Revista Rolling Stone por Jonathan Cott*. São Paulo: Autêntica. 2015b.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO FEMINISTA SOB A LEITURA DE MICHEL FOUCAULT: A CRÍTICA AO PATRIARCADO

Carla Watanabe¹

INTRODUÇÃO

Este artigo busca construir correlações entre as conquistas do movimento feminista e as perspectivas foucaultianas de crítica e de resistência. A pergunta de pesquisa objeto deste texto busca verificar se a perspectiva de Michel Foucault acerca do que seja crítica seria hábil para oferecer explicações acerca da luta feminista contra o regime do patriarcado. Com esse intuito, deve-se frisar que a luta performada pela mulher objetiva alcançar a igualdade entre os gêneros; portanto, desestabiliza as estruturas assimétricas nas quais o patriarcado se assenta. Sua expressão se manifesta por meio da crítica às instituições, discursos e práticas vigentes. Estes subalternizam não apenas as mulheres, mas também os homens, ao atribuir-lhes papéis fixos e hierarquizados.

A luta da mulher ocorre contra determinados discursos e práticas que se afirmam existentes desde o nascimento da espécie humana. Com base em pressupostos biológicos que destacariam diferenças essenciais entre os dois gêneros, o patriarcado afirma serem a mulher e o homem *naturalmente* destinados a exercer papéis suplementares na sociedade. Há ainda discursos religiosos que afirmam ser essa repartição de tarefas decorrente da vontade divina.

Essa perspectiva essencializada é desconstruída pelo movimento feminista. Nesse ponto, cabe recordar que esse desmonte remete à leitura genealógica de Michel Foucault. Essa metodologia busca investigar as condições que permitiram o surgimento de um determinado regime de verdade como o do patriarcado; se interessa

¹ Doutoranda em Direito Constitucional pelo IDP. Titular do 28. Tabelião de Notas de SP/SP. Email: carla.watanabe@yahoo.com

em verificar as redes de poder e os discursos e práticas contingentes que deram origem a ele. Assim, constata que essas estruturas são atualmente de determinada forma, mas poderiam ser de outra. Portanto, não há nada de divino, de necessário ou de natural nelas.

A partir dessa conclusão, verifica-se que essas pretensas *verdades* nas quais se baseia o patriarcado podem ser objeto de *crítica*. Assim, é estudada a *crítica foucaultiana* como uma prática que teve origem na modernidade, como uma atividade filosófica inovadora que busca questionar a forma de governo das condutas existente. Ao pesquisar sobre a governamentalidade, o artigo conclui acerca das oportunidades de criação e de transformação que essa prática carrega consigo.

Este artigo utilizou-se da metodologia da pesquisa bibliográfica. Para estabelecer conexões entre o feminismo e a obra de Michel Foucault, procurou-se inicialmente analisar a perspectiva histórica daquele movimento. Em seguida, abordou-se o patriarcado e as subordinações por ele criadas. Essas conexões, obtidas a partir da literatura feminista se encontram na primeira sessão do artigo.

Em seguida, abordou-se a obra de Michel Foucault. O enfoque emprestado acerca do poder e das formas de resistência a ele estão nessa etapa. É realizado um estudo acerca da crítica em Michel Foucault, mormente a partir de artigos nos quais ele aprofunda o sentido dela, situando-a temporalmente a partir da modernidade, em textos escritos por Kant. Na última parte, o feminismo é interpretado de acordo com as chaves de leitura foucaultianas. Nesse sentido, são construídas correlações com as temáticas da liberdade e da transformação, perfeitamente adequadas ao quadro perseguido pelo movimento feminista e à crítica em Foucault.

O MOVIMENTO FEMINISTA E O PATRIARCADO

O feminismo parte da constatação de que o patriarcado é uma construção histórica, social e cultural, embora fossilizada na história da humanidade ocidental. Por esse motivo, ele é formado por discursos repetidos à exaustão, que defendem a inalterabilidade de suas estruturas (BUTLER, 2017). Estas são reforçadas continuamente e quotidianamente por meio de falas, gestos, atitudes e costumes que permeiam o convívio social, por intermédio de normas escritas e não

escritas, e expressões, tais como: “Isso é coisa de menina”; ou “homem não chora”. Esses modos de pensamento e de comportamento são reiterados à criança desde antes de esta aprender a falar; são disseminados pela sociedade, pelos pais, pelos parentes, pelos amigos, repetidos pela mídia. Eles remetem a uma percepção de que essa estrutura sempre teria existido desde o início dos tempos. Assim, criam esferas ditas impermeáveis entre dois universos supostamente distintos: o feminino e o masculino; os quais seriam formados por uma pretensa ordem natural ou pelo desejo divino, como se fossem universos inacessíveis à autonomia humana.

Desde o nascimento, são oferecidos às crianças instrumentos para perpetuar esse estado de coisas. À menina, cabem as bonecas – normalmente brancas e loiras –, sobre as ela quais poderá exercitar sua futura maternidade; a ela também são destinados os brinquedos relacionados ao cuidado de seu futuro lar, como panelas, talheres e cozinhas. Ao menino são reservados instrumentos de ação, como carrinhos, espoletas e naves espaciais. Essa organização da loja de brinquedos é uma forma de reiterar um discurso que induz à organização dos papéis sociais esperados para homens e para mulheres em nossa sociedade. Refletem o binarismo de gênero, que é a maneira pela qual é esperado que cada pessoa se encaixe no mundo.

Assim, nessa perspectiva binária, sob a alegação de suas estruturas biológicas serem diferentes, os papéis sociais da mulher e do homem seriam diversos. Em termos gerais, ao homem é reservada a tarefa da produção, enquanto à mulher, a da reprodução. Daí derivam as demais repartições de lugar, espaço e tempo. De acordo com essa concepção, a mulher deveria se restringir ao espaço doméstico, onde lhe é reservado o papel do cuidado não-remunerado com a prole, com o esposo, com a casa, com os idosos e com os doentes. Ao homem seria reservado o espaço público da produção, do trabalho remunerado e da participação política. Na família, essa divisão de tarefas adquire contornos de uma ordem afirmada como *natural*, uma vez que ao marido e à esposa seriam destinados papéis complementares e hierarquizados: o homem é considerado o chefe da família, responsável por providenciar os recursos de subsistência; a mulher é sua auxiliar.

Essa função subalterna da mulher reverbera em todas as demais dimensões da sua vida. O trabalho doméstico e o do cuidado são

considerados inferiores; portanto, não são remunerados, nem socialmente valorizados. O espaço público, por ser considerado masculino, é regido por normas que têm o homem como destinatário final. Em contraponto, as normas referentes à mulher são consideradas *especiais*, como se criassem exceções específicas para esse grupo – que representa ao menos metade da população. A consequência é que o esforço legislativo de produção de regras atinentes à mulher deve ser mais aprofundado; e a hermenêutica das leis produzidas dessa forma exige interpretação mais direcionada e específica.

Na esfera do trabalho, essa estrutura se eterniza por meio da construção de estereótipos, tais como aqueles que afirmam que a mulher não foi talhada para a liderança. Deveria, assim, exercer cargos relacionados a serviços subalternos e auxiliares. Mesmo quando exerce funções idênticas ao do homem, ela recebe menor remuneração. A maternidade, nesse contexto, é menosprezada; os cuidados e a atenção por ela demandadas são consideradas em uma perspectiva patriarcal que atinge diretamente o trabalho da mulher. Por ser considerada uma tarefa exclusivamente feminina, não se cogita a criação de uma licença parental, que atribuiria a ambos os pais as mesmas prerrogativas e obrigações, com o mesmo tempo de afastamento do trabalho. Em sentido contrário, adota-se apenas uma licença mais estendida para a mulher, como forma de reforçar sua exclusividade nos papéis de cuidado com a prole. Ao homem, no ordenamento jurídico brasileiro, é outorgada uma licença breve, como a reafirmar sua função produtiva e de sustento da família, a qual não deveria ser interrompida, exceto por um curto período. Essa disparidade acarreta a desvalorização do trabalho feminino, uma vez que a tarefa essencial de reprodução da espécie fica atribuída apenas a ela, sem que ao homem sejam exigidas as correspondentes obrigações.

A desconstrução dessas ideias tem sido realizada lentamente ao longo da história, mormente a partir do advento da modernidade. Desde Olympe de Gauges, que tentou construir uma ordem jurídica igualitária de gênero durante a Revolução Francesa, por meio da *Carta de Direitos da Mulher e da Cidadã* (MORAES, 2021), seguidos movimentos de resistência foram erigidos pelas mulheres na busca pela igualdade de direitos. Manifestam-se por meio de série de

episódios denominados *ondas*. A denominação da primeira confunde-se com a de seu principal pleito: a aquisição dos direitos políticos. Eram as *sufragistas*, que lutavam desde o Século XIX pelo direito de votar e de ser votada em um momento histórico no qual o voto era censitário, uma vez que apenas ao homem branco e proprietário era reservada essa prerrogativa. Nesse processo, muitos outros direitos foram conquistados, tais como a possibilidade de a mulher titular a propriedade de bem imóvel, a de frequentar escolas e a de exercer determinadas atividades profissionais remuneradas.

A segunda onda versou sobre direitos sexuais e reprodutivos. A partir de meados do Século XX, devido à Grande Guerra, a mulher passou a executar muitos trabalhos que eram anteriormente privativos do homem, como aqueles realizados nas instalações fabris. Com o restabelecimento da paz, não mais era cabível que ela retornasse à anterior ordem que a restringia ao espaço doméstico. Ela deveria expandir suas perspectivas. Daí o slogan daquela onda ser o *personal é político*, como forma de demonstrar que o espaço público também pertencia à mulher; e que a intimidade e a vida privada também proporcionariam temas legítimos para análise e mudança da sociedade. Nesse contexto, foram discutidos temas como a legalização do divórcio, o direito ao aborto, a igualdade no local de trabalho e o direito ao controle de natalidade, como decorrência da invenção da pílula anticoncepcional. A partir desse cenário, aprofundaram-se as críticas à desigualdade entre os gêneros, as quais passaram a ser vistas como consequência de estruturas sociais e culturais, não mais como decorrentes de uma pretensa adequação biológica para as tarefas reservadas como típicas para cada um dos sexos.²

A terceira onda, iniciada nos anos 1980, foi denominada *feminismo da diferença*. A principal discussão foi sobre a virtual existência da mulher como um sujeito político único. É dessa época que floresce o tema da interseccionalidade, a indicar vetores que distinguem as opressões sofridas pela mulher nas mais variadas dimensões da vida (COLLINS e BILGE, 2021). Assim, revelou-se o hiato entre os diversos grupos de mulheres, ao considerar questões que entrelaçam gênero, classe, raça e origem, por exemplo. Dessa forma, a luta pela igualdade

² Nesse aspecto, é relevante relembrar a obra de Simone de Beauvoir, que defendia a desvinculação entre uma ordem biológica pretensamente determinante e a realidade cultural imposta à mulher (BEAUVOIR, 2019).

deveria também abraçar esses temas, pois as subalternizações sofridas por uma mulher branca de classe média são diversas das pertinentes a uma mulher negra oriunda das camadas mais populares da população, por exemplo. A partir desse enfoque, verificou-se a pluralidade dos feminismos, os quais não mais eram vistos como um movimento único, mas multifacetado. Surgiram o feminismo negro, o neoliberal, o trans, o lésbico e o radfem, entre outros. Cada um desses com suas respectivas pautas de reivindicações – às vezes incongruentes entre si –, embora portadores das mesmas raízes.

Como se percebe a partir desse rápido histórico das lutas do feminismo, a mulher enfrenta continuamente estruturas que se pretendiam fixas e inatacáveis. Estas foram revestidas de uma roupagem supostamente natural, como se fossem criadas por Deus; portanto, eventuais mudanças nessa ordem representariam autênticos sacrilégios contrários à vontade divina. Nesse sentido, o movimento feminista atua ao desconstruir continuamente essas ideias, ao causar fissuras em uma ordem que se pretendia estável. Esse modelo de desconstrução lento dessas estruturas – mas que às vezes se manifesta de forma abrupta e que também suporta retrocessos – possibilita uma leitura sob a lente da teoria de Michel Foucault, notadamente aquela que se situa na intersecção da obra daquele autor entre as fases genealógica e ética.

FOUCAULT E SUA OBRA: A CRÍTICA COMO MODALIDADE DE RESISTÊNCIA

O filósofo francês Michel Foucault apresenta uma obra vasta e multifacetada. De forma resumida, seus estudos passaram por fases notórias: arqueologia, genealogia e ética; e, a partir do conjunto de suas obras, o conceito do que seja poder é fundamental. Nesse sentido, a teoria de Foucault é inovadora, foge das compreensões tradicionais. O poder, na sua perspectiva, não é visto como algo estático, detido exclusivamente por um ente fundador, fruto de uma estrutura estatal soberana em determinado território, como nas teorias tradicionais. De forma contrária, Foucault enxerga o poder como uma rede descentralizada, como uma teia que perpassa todas as dimensões da vida social. Ele possui um caráter dinâmico, cujas manifestações ocorrem no cotidiano das relações intersubjetivas, em

todos os espaços sociais como (mas não apenas) na escola, no hospital, na família, na fábrica. Essa compreensão do que seja o poder faz com que ele seja visto como algo fluido e onipresente. Assim, ele não pode ser propriedade de determinado sujeito e não vem de cima, como seria o poder estatal, mas se infiltra em todas as interações (FOUCAULT, 1998).

A perspectiva foucaultiana não considera a repressão como elemento fundamental do poder. Com efeito, em quaisquer situações nas quais é retirada qualquer possibilidade de liberdade, de reação do sujeito, há apenas opressão e total subordinação. É fato que a hipótese repressiva é central em diversos campos do conhecimento, como na psicanálise e no direito, em enfoques que obrigam o ato reprimido a permanecer oculto, sob o temor de severas sanções sociais. Porém, nesse aspecto, a teoria de Foucault é mais sofisticada. O poder, para ele, não é apenas negativo, mas também carrega consigo positivities. Com efeito, ele destaca a existência de um caráter *produtivo* do poder, que gera subjetividades, práticas e discursos pertinentes a determinados contextos (FOUCAULT, 1997).

Para compreender com maior abrangência essa análise, é necessário perceber a estreita ligação entre poder e saber. Eles estão entrelaçados e servem para criar regimes de verdade, que são os consensos existentes em determinado contexto, delimitados pela época, pela conjuntura de forças e pelo lugar. O saber psiquiátrico, por exemplo, adota critérios acerca do que seja normal e do que seja patológico: o louco, nessa perspectiva, é um personagem criado por aquele discurso (FOUCAULT, 2019). Sobre ele age o poder derivado daquela forma de saber, que é aquele que incide primeiramente sobre os indivíduos segregados nos manicômios, embora não se restrinja a eles. Com efeito, nestas incide o poder disciplinar, que estabelece padrões rígidos de controle de horários, seja para acordar, para tomar sol, para realizar refeições ou mesmo para ingerir remédios. O louco é objeto de severa vigilância enquanto está no asilo. Técnicas derivadas desse saber moldam os contornos de um sujeito específico que é objeto desse dispositivo. Todavia, esse poder não se expressa apenas por essa supervisão direta de médicos e de enfermeiros. Ele está onipresente no internato, uma vez que a equipe do manicômio está sempre atenta aos internos, supervisiona seus afazeres e monitora

seus comportamentos. O louco deve se adequar ao esperado pelo poder psiquiátrico, mesmo que não haja ninguém a observá-lo.³

Outro exemplo mais sofisticado é o do saber médico que estabelece padrões de saúde válidos para toda a população. Aliada a controles, como exames médicos de sangue, de pressão arterial e de peso, a medicina cria um discurso no qual são estabelecidos padrões de normalidade e de anormalidade para todos os corpos. Estabelece dietas adequadas para manter determinadas faixas de peso corporal, além de níveis desejáveis de gordura e de glicose esperados no organismo. Todo esse processo tem o intuito de produzir *corpos saudáveis*. Para que essa estrutura funcione, percebe-se que a realização dos exames e mesmo a presença física do médico são supérfluos. O próprio indivíduo busca unilateralmente aderir a esses padrões, independentemente de qualquer ordem ou controle. Ele mesmo adere a esses discursos e adota comportamentos que o tornam uma pessoa *normal*.

Como último exemplo, destaca-se o padrão de binarismo de gênero vigente na sociedade. Nele, os comportamentos e os papéis sociais são rigorosamente regradados. Da mesma forma como do homem são esperadas determinadas atuações na sociedade, dele é exigido um papel de gênero adequado a essas performances. Não é admissível que ele use qualquer vestimenta ou acessório que seria teoricamente pertinente ao gênero feminino. Da mesma forma, da mulher, é esperado um papel submisso, pois ela deve ficar restrita à esfera privada da sociedade. Qualquer uma que destoe desse papel corre o risco de ser vista como anormal, como destinada a permanecer nas fronteiras do que seja considerada uma pessoa digna. Para tanto, há regras sociais não ditas e não escritas que normatizam o comportamento de cada um na sociedade. Homem não pode usar a cor rosa na sua indumentária; mulher não pode frequentar ambientes

³ Essa estrutura de monitoramento lembra a arquitetura do *panóptico*, criada pelo inglês Jeremy Bentham como um modelo ideal de prisão. Nela, havia uma construção central onde se situava o guarda, com janelas envoltas por cortinas translúcidas. Ao redor, estaria uma construção em forma de anel, em cujos segmentos se encontravam as celas dos presos, com janelas transparentes e sem cortinas. Do centro, onde se situa o guarda, seria possível ver todos os presos; estes, todavia, apesar de poderem ver o vulto do guarda, nunca tinham certeza de que estariam a ser observados por ele. Dessa forma, os presos tinham a sensação de estarem sendo continuamente observados, mesmo se não o estivessem realmente (FOUCAULT, 1997).

mal iluminados; homem não deve usar roupas andróginas; mulher não deve sentar-se com as pernas abertas. O controle dessas condutas não é privativo de algum órgão central ou mesmo de toda a sociedade. Ele é exercido por meio de *governamentalidades*, que é a forma como o *biopoder* e o *poder disciplinar* se manifestam sobre o indivíduo (FOUCAULT, 2008). Nesse ponto, para entender esse conceito, é relevante recorrer a um breve resgate histórico, presente na genealogia de Michel Foucault.

O poder pastoral se encontra na gênese desses conceitos. Cuida-se de uma forma de poder cujas origens se encontram no Oriente próximo, nos povos babilônico e hebreu. Estes, ao contrário das demais civilizações antigas, como a grega, desenvolveram uma modalidade de exercício de poder que se centrava na figura de um pastor que guiava seu povo até um determinado objetivo, fosse esta a salvação eterna, fosse a terra prometida por Deus. Nessa forma de exercício do poder, o pastor era responsável por todo o rebanho e por cada ovelha em particular, por meio de uma contínua vigilância. Era sua responsabilidade salvar todos e cada um. Nesse sentido, ele deveria, no extremo, abandonar todo o rebanho se fosse para recuperar determinada ovelha que se desgarrasse, ou até mesmo sacrificar-se pessoalmente por cada ovelha (FOUCAULT, 2008).

Esse modelo de poder teria sido aperfeiçoado e adotado pela Igreja Católica desde suas origens para guiar a Cristandade. Cada membro da hierarquia daquela instituição deveria velar por todos os fiéis que estivessem sob sua responsabilidade. Da mesma forma como nos primórdios do poder pastoral, o religioso deveria cuidar de todo o rebanho e de cada fiel em particular, mantendo-os sempre sob sua supervisão. Era exigido que o religioso, como pastor, se dedicasse integralmente ao rebanho, de sorte a servir a todos os seus membros. Esses sacrifícios do pastor tinham como contrapartida a obediência irrestrita ao que ele falasse, de sorte que este deveria exercer uma *direção de consciência* sobre cada um de seu rebanho. Importante instrumento utilizado pela Igreja era a *confissão*. Por meio dela, era possível que o religioso conhecesse o que se passava na mente do fiel, o que tornaria possível o monitoramento e o controle do rebanho (FOUCAULT, 2008).

A partir do Século XVI, com o surgimento dos Estados Nacionais, essa modalidade de poder se secularizou. Foi apropriada pelo Estado,

que passou a adotar técnicas que até então eram restritas à Igreja. Nesse período, teria surgido um incremento de diversas formas de governar condutas, fosse na casa, no Estado ou nas famílias (FOUCAULT, 2008). O modelo que vigorava anteriormente era o do poder soberano, que se expressava especialmente por meio da imposição de leis e por punições, por execuções públicas e pela aplicação dos suplícios perante toda a população. Ou seja, pela autoridade centralizada do soberano e pelo direito de vida e morte sobre seus súditos. Por meio dessa forma de exposição de poder, expressa nesses espaços públicos, esperava-se garantir a obediência do povo. Contudo, com o crescimento da população e com a assunção de diversas funções pelo Estado, o exercício desse poder soberano se tornou custoso demais, além de demonstrar-se pouco eficiente. Afinal, o soberano não conseguia alcançar todos os ilícitos e muitos comportamentos delituosos permaneciam sem punição, ou sequer eram levados ao conhecimento da estrutura estatal.

A seu turno, o modelo do poder pastoral, de acordo com Foucault, uma vez laicizado, permitia o controle das populações e de cada indivíduo em particular, à semelhança do modelo outrora exercido pela Igreja. Nesse modelo, o cuidado pastoral evoluiu para formas de governamentalidade, nas quais o Estado cuidava de seus cidadãos da mesma forma como um pastor apascenta suas ovelhas, com o intuito de promover-lhes bem-estar e produtividade. De forma similar, o Estado passou a exercer funções de cuidado com os indivíduos, ao proporcionar-lhes bens públicos, como saúde, educação e segurança. Esse cuidado se manifestava por meio de técnicas de governo de condutas, de condução de comportamentos com determinadas finalidades (FOUCAULT, 2008).

Nessa governamentalidade laica, diversos instrumentos do poder pastoral ganharam novas formas. A confissão católica permaneceu sob outras bases. Afinal, muitos dos novos saberes criados na modernidade exigiam uma nova espécie de fala verdadeira na qual o paciente, o louco ou o preso tinham que *confessar* seus atos e pensamentos, como forma de se adequar aos discursos e às práticas da instituição à qual estavam subordinados (hospital, manicômio ou presídio). Era uma forma de submissão voluntária, como no regime do pastorado da Igreja e, da mesma forma que naquela, permitia a produção de saberes sobre o indivíduo. Ademais, essa confissão era

aliada a uma coleta intensa de informações sobre o interno, como forma de produzir saberes sobre ele.

Essa nova modalidade de governo de grandes contingentes de pessoas poderia ser exercida por meio de instituições ou pelo biopoder. Aquelas moldavam diretamente comportamentos, especialmente em estabelecimentos como escolas, hospitais e prisões. Era o exercício do poder disciplinar, como antes explicitado, em uma constante vigilância do corpo nas suas interações com o tempo e com o espaço. O biopoder, a seu turno, era exercido sobre populações, ao prover-lhes cuidado, mas também com o intuito de controlar e monitorar suas condutas. Este se utilizava de determinados indicadores, provenientes de uma nova ciência, denominada *estatística*, que permitiam conhecer mais profundamente o objeto de suas intervenções: a população. Nesse contexto, recorria-se a números de natalidade, mortalidade, casamentos; além de levantamentos como o censo, que segregava as pessoas por raça, estado civil, residência e condição social. Dessa maneira, percebeu-se que determinados fenômenos não eram simplesmente aleatórios, como a quantidade de pessoas mortas em um ano. Eles dependiam de vários fatores, como as epidemias; e, dentre estas, por meio desse novo saber, que era a estatística, percebeu-se que determinadas camadas da população eram mais atingidas do que outras. Era o caso das epidemias de varíola, que geravam grande mortalidade, mas que atingiam principalmente as crianças. Dessa forma, quando da inoculação de vacinas contra aquela moléstia, o público-alvo das campanhas deveria ser o daquele segmento, em um claro exercício da *biopolítica*. Esse direcionamento é um exemplo de como eram as ações estatais justificadas pelo *biopoder*, na sua pretensão de conhecer a população e de agir sobre elas, com o objetivo de fazê-la crescer e ser mais produtiva (FOUCAULT, 2008).

O exercício desse poder, em contraponto, visava garantir a obediência dos cidadãos, embora não mais pela realização de atos públicos nos quais o poder soberano se manifestava. De forma diversa, ele buscava moldar comportamentos por meio de governamentalidades, que são formas de guiar condutas por meio da introjeção de valores nas mentes de cada pessoas. Exemplo simples é o do radar de trânsito oculto nas estradas de rodagens. Não é necessário que exista efetivamente um sensor em cada trecho; basta que o

motorista não saiba onde ele está e que pense que pode estar em qualquer lugar. Dessa forma, ele toma toda a cautela para não ser multado e busca ser aderente à norma que determina que não trafegue em alta velocidade, nem ultrapasse o sinal vermelho. Este ponto é relevante para demonstrar que esse poder não é apenas repressor, ele também é produtivo, pois molda comportamentos e mentalidades, ou seja, constrói subjetividades. Aquele condutor que, animado por sua própria vontade, obedece às leis, para nos semáforos, não ultrapassa a velocidade máxima nas vias é um motorista disciplinado: um bom motorista. Sua conduta é moldada pelas normas editadas pelo Estado, as quais, como afirmado, não mais necessitam ser repressivas, mas simplesmente indicativas de um comportamento esperado.

Como se percebe, a governamentalidade não se confunde com a repressão. Ela, na verdade, é uma forma sutil de dirigir condutas por meio de técnicas, estratégias e saberes que se encontram disseminados na sociedade. Trata-se, portanto, de um poder difuso, capilar, que regula comportamentos por meio do encorajamento dos indivíduos a governarem a si mesmos.

Mas Foucault reconhece que o poder está sujeito a resistências. De outra sorte, ele seria apenas e simplesmente imposto aos indivíduos, em um moto-contínuo que retiraria a própria autonomia do sujeito. A realidade demonstra ser outra, pois o poder está sujeito a ser criticado, a ser contestado, a ser objeto de resistências, por meio de condutas que buscam desafιά-lo. Esse exercício não é um movimento externo ao poder, como se houvesse uma força estranha e alienígena a se contrapor a ele. Ao contrário, a resistência ao poder é própria e característica dele: *“Onde há poder, há resistência”*, afirma Foucault (FOUCAULT, 1997, p. 91). De fato, de acordo com ele, é próprio do ser humano buscar criar obstáculos ao exercício do poder por meio de resistências contrárias a ele.

Afinal, o poder não é unilateral, nem absoluto. Ao contrário, ele é relacional e sempre acompanhado de forças que o contestam. Por constituir-se em uma teia sem hierarquias rígidas que atravessa todas as relações sociais, o poder tem a resistência como característica intrínseca, constituindo esta como uma contrapartida inevitável. Há sempre a possibilidade de o outro agir, reagir ou contestar. Isto porque o poder gera pontos de tensão que permitem que a resistência surja por meio de diversas práticas e discursos, mesmo sem acontecerem

quaisquer eventos grandiosos. Assim, ela pode emergir por intermédio de pequenas práticas quotidianas de contestação, de subversão ou de desvio de normas.

Um dos instrumentos de resistência é aquele exercido por meio da *crítica*. Foucault se dedica tanto a esse assunto que faz em sua obra uma autêntica genealogia da atitude crítica moderna (FOUCAULT, 2024). Ele encontra as origens desta nos escritos do filósofo Immanuel Kant, particularmente no texto “*O que é o Iluminismo?*” (KANT, 2013). Naquele escrito, o alemão descreve as bases do pensamento moderno como “*uma saída do estado de menoridade*” no qual o homem se encontra por sua própria culpa. Nessa condição, ele é guiado pelos outros, que ditam suas ações e seu pensamento. Esse outro é uma autoridade externa, seja o ministro religioso, seja o cientista ou um chefe de governo, por exemplo. Estes exercem poder sobre as pessoas e lhes impõem uma tutela externa, constituindo-se em uma espécie de guia heterônomo que os conduz na vida. Essa situação, de acordo com Kant é cômoda, preguiçosa e confortável para aquele é dirigido, pois dele não demanda qualquer necessidade de reflexão. Todavia, por permanecer nesse estado de *menoridade*, o indivíduo jamais terá condições de desenvolver todas as suas potencialidades. Em contraponto, o alemão alerta para o potencial libertador da razão, a qual retiraria o homem desse estado e lhe garantiria condições para obter a emancipação. “*Sapere Aude*”: “*ouse saber*” é o mote que Kant utiliza para proporcionar a efetiva conquista da autonomia. A *crítica*, nesse contexto, é o caminho que o indivíduo utiliza para questionar essa imaturidade, para questionar o espaço de poder que o encarcera e do qual ele, contraditoriamente, resiste a sair.

Não é que a *crítica* não existisse anteriormente. Na verdade, Foucault encontra sinais de seu surgimento no poder pastoral, expresso ainda na sua forma religiosa durante a Idade Média (FOUCAULT, 2008). Eram as contracondutas, opostas à ação da Igreja: eram dissidências, classificadas como heresias pelas autoridades eclesíásticas e que se opunham à forma como eram interpretadas as escrituras e como agia a Igreja. Nesse aspecto, o maior expoente foi a *Reforma Protestante*. Com a laicização do poder pastoral, os governos também passaram a enfrentar *críticas* quanto ao modo de conduzir as condutas de seus cidadãos. Os contradiscursos não privilegiavam uma anarquia, ao contrário do que se poderia pensar inicialmente. Eles se

manifestavam por questionamentos como “*não ser governado assim*”, “*dessa forma*”, “*a tal preço*”. Esse tipo de questionamento, principalmente a partir da modernidade, constitui uma das formas de resistência. É direcionado às governamentalidades, que são as modalidades de governo de condutas vinculadas ao exercício de poder. Perceba-se, portanto, que elas não são restritas à esfera estatal, mas a todas as formas nas quais haja poder e existam possibilidades de resistência, como nos movimentos contestadores, a exemplo daqueles que combatem o patriarcado, o racismo e a xenofobia.

Assim, a atitude crítica é uma forma de exercício da liberdade. Ao se dirigir a um objeto externo a ela, expressa uma forma de insubmissão, de problematização das possibilidades do presente. Por esse motivo, Foucault considera a crítica uma possibilidade de *ontologia do presente*, ou uma *ontologia de nós mesmos* (FOUCAULT, 2024). Ou seja, ele a vê como uma possibilidade de investigação das condições históricas e culturais que moldam a existência de cada um de nós. Mais ainda, ela carrega consigo o potencial de transformação da realidade, pois é imbuída de uma reflexão de conteúdo histórico e ético. Nesse contexto, a crítica é uma prática ativa que busca criar condições para a emancipação e para a transformação do sujeito perante as práticas do poder.

Esse movimento de crítica contra as governamentalidades tem potenciais transformadores. Ao contestar, ao subverter práticas e discursos e ao realizar pequenas insubmissões, o indivíduo enfrenta o peso das estruturas que podem se levantar contra ele. Em contrapartida, ele ganha espaços de liberdade nos quais é possível a construção de cenários inovadores, com potencial para fazer emergir novas racionalidades e para desafiar realidades muitas vezes reafirmadas como imutáveis.

O MOVIMENTO FEMINISTA E A CRÍTICA FOUCAULTIANA

É esse o núcleo comum que o movimento feminista possui com a parte da teoria de Michel Foucault abordada neste texto. Ambos indagam acerca das normas, práticas e relações de poder que sujeitam corpos e coletividades. É o que se pode verificar a partir da história do feminismo. Mesmo diante de realidades afirmadas como impenetráveis, a mulher construiu práticas e discursos que

desestabilizaram estruturas de poder arcaicas que a subjugavam. E é dessa forma que é possível vislumbrar em perspectiva o feminismo: como uma prática de resistência às relações de poder e às narrativas que historicamente submetem populações aos ditames do patriarcado.

Esses discursos podem se basear em diversas premissas. É o caso da suposta inferioridade natural da mulher, baseada em argumentos biológicos ou essencialistas que afirmam ser o gênero feminino inferior ao masculino em termos de força, intelecto ou capacidade de liderança, o que a restringiria ao lar, destinada a um pretense *papel natural* que deveria ser por ela desempenhado. Em outro contexto, adota a culpabilização da mulher como se fosse responsável por atos de violência contra ela cometidos, como na afirmação de que ela teria sido assediada por usar *roupas provocantes*. Além desses, há a minimização das barreiras estruturais enfrentadas pela mulher, justificando desigualdades com base em uma pretensa *falta de esforço* dela, o que embasa um discurso baseado no mérito que atribui ao homem razões para estar em posição de superioridade.

Um outro exemplo dessa submissão da mulher é o do discurso que considera que o sujeito do feminismo é único (BUTLER, 2017). Ou seja, que todas as demandas por direitos da mulher poderiam ser resumidas de apenas uma única forma, como se a fala de apenas um grupo de mulheres pudesse abrangar as subalternizações que atinge toda a população feminina. Ora, apesar da luta generalizada contra a hierarquização advinda do patriarcado, como no caso da violência doméstica, cada mulher, cada grupo de mulheres, sofre suas próprias subalternizações quotidianas. Dessa forma, ao pretender resumir todas as demandas femininas a apenas um conjunto, dito representativo do sujeito mulher, pode ocorrer um ocultamento das violências cometidas contra os demais segmentos. Isso porque a exposição política de desafios que afirmam abarcar a realidade de todas as mulheres é constituída por meio de obrigatórios silenciamentos das vozes de outras cujos lamentos não têm força para adentrar na esfera pública.

Esses sofrimentos, portanto, ficam restritos a *esferas públicas subalternas* (FRASER, 1990). Nelas, pessoas pertencentes a grupos subalternizados compartilham suas dores e pretensões; mas quase nunca suas falas têm força para adentrar a esfera política responsável

pela discussão de políticas públicas. Esse processo de silenciamento apenas consegue romper barreiras por meio da contestação, nas quais se busca o reconhecimento denegado pelas estruturas sociais.

As necessidades da mulher negra de baixa renda, por exemplo, podem envolver a falta de condições financeiras para suprir alimentação para sua família, especialmente se ela for a única responsável para manutenção dos filhos e dela própria; podem ainda abarcar as inferiorizações motivadas pela raça, o que gera dificuldades em acessar o mercado de trabalho em condições minimamente dignas. Em decorrência dessas circunstâncias, a satisfação dessas demandas deve incluir pleitos destinados à estrutura estatal, como a instalação de creches e de escolas públicas em regime integral nas quais possa deixar seus filhos quando vai ao trabalho para obter recursos para manutenção de seu núcleo familiar.

Em contraponto, a realidade de uma mulher branca de classe média alta pode ser diversa. Afinal, as realidades nas quais elas vivem são atravessadas por interseccionalidades de discriminação que têm apenas o gênero como vetor comum. No caso da mulher branca de classe média alta, suas necessidades podem passar pelo reconhecimento de violências patrimoniais cometidas pelo esposo como etapa prévia de um eventual processo de dissolução do vínculo conjugal, por exemplo. Nesse sentido, pode ser mencionada uma situação hipotética na qual o homem fosse responsável por toda a administração dos bens do casal; e, em um processo de separação, cuidasse de previamente cumular empréstimos em proveito próprio, em uma maquiagem financeira que destinaria a contas particulares dele esses recursos. Tudo ao mesmo tempo em que realizasse meticuloso trabalho de desvio do patrimônio comum ou mesmo do particular da mulher.

Como visto, as interseccionalidades de discriminação contra a mulher podem envolver cenários díspares dependentes de hierarquizações como classe, origem, raça ou orientação sexual, além dos rebaixamentos que são associados ao gênero feminino (COLLINS e BILGE, 2021). O estudo dessas diferenças começou a ocorrer a partir da década de 1980, quando grupos de mulheres negras se sentiam pouco representadas pelo movimento feminista, que acabava por ocultar suas demandas, em um processo de apagamento que privilegiava grupos com maior influência na esfera pública.

Movimentos como o feminismo negro, o transfeminismo e o ecofeminismo surgiram a partir dessas contestações e demonstram como a crítica feminista passou a incorporar a interseccionalidade para questionar não apenas o patriarcado, mas também as intersecções deste com formas de opressão.

Outro exemplo é o da luta contra o controle social dos corpos das mulheres. Afinal, desde suas origens o patriarcado regula discursos e práticas sobre a reprodução, a sexualidade e a aparência feminina. O respaldo para essas intervenções é encontrado em discursos religiosos, médicos e científicos que acabam por construir normas que subtraem da mulher a autonomia para decidir acerca de seu próprio destino. Para entender a forma como são construídos esses cenários, sustentados por regimes de verdade nos quais a mulher é subalternizada, é relevante estudar o que é a genealogia foucaultiana.

A genealogia de Michel Foucault é um método crítico e histórico que busca investigar como foram moldadas práticas, discursos e formas de poder ao longo do tempo (FOUCAULT, 2013). Para tanto, ela se interessa pelas condições e pelos processos contingentes que possibilitaram o surgimento daqueles. Inspirada pela genealogia de Friedrich Nietzsche, ela rejeita a busca por origens absolutas ou por verdades universais. Ela se concentra em análises cujo objetivo é o de desnaturalizar o que parece ser evidente, fixo ou inevitável em nossa história. Seu intento é o demonstrar que aquilo que consideramos *normal* ou *verdadeiro* é, concretamente, o fruto de práticas históricas contingentes que possibilitaram o surgimento de uma *verdade* que, alternativamente poderia ser qualquer outra se as relações de poder e os processos contingentes que ensejaram seu surgimento fossem diversos.

A utilização dessa metodologia revela como os discursos e práticas inerentes ao patriarcado buscam reduzir a mulher a um ser subserviente e sem vontade própria. Afinal, estes transformaram os corpos femininos em campos de regulação e de normalização ao impor normas de beleza e regras de comportamento, ou construir de interdições jurídicas, como a criminalização do aborto. As conquistas feministas nesse campo – como a conquista do direito ao aborto em diversos países, o acesso a métodos contraceptivos e o reconhecimento da violência obstétrica – exemplificam como a crítica

pode desestabilizar práticas patriarcais e abrir espaço para novas formas de existência.

Por esses motivos, a genealogia é inseparável da crítica em Foucault. Ao desestabilizar o que é considerado normal ou necessário, em obediência a uma pretensa ordem natural ou divina, ela permite a abertura para discursos críticos que questionam as estruturas. A possibilidade de serem abertas fissuras em algo supostamente monolítico acaba por se caracterizar como uma prática de liberdade, pois permite a crítica acerca de algo que era sustentado anteriormente como inatacável. É o caso dos arranjos familiares típicos do Século XIX, nos quais o homem ocupava papel de superioridade sobre o destino dos filhos e da esposa, com ampla possibilidade de atuação no espaço público. À mulher, em contrapartida, era reservado o papel submisso e não remunerado de cuidar do espaço doméstico.

A genealogia permite também um exercício ético, pois permite aos sujeitos que reflitam acerca de suas próprias condições de existência (FOUCAULT, 2013). Também proporciona a estes o questionamento das subjetivações que são ofertadas pelo patriarcado. É o caso do modelo da *boa dona de casa*, imposto a boa parte da população feminina até quase o final do Século XX. Esse ideal era um dos que se mostrava disponível para a mulher durante todo aquele período. Era uma forma de subjetivação que se apresentava como *natural*, que a restringia ao espaço do lar e à esfera do cuidado. A crítica a esse modelo e às racionalidades por ele trazidas buscavam problematizar o papel de gênero reservado à mulher naquela sociedade. Indagava acerca de uma pretensa obrigatoriedade de ela assumir aquele modelo como seu; das possibilidades profissionais às quais ela teria de renunciar ao se restringir ao ambiente doméstico a ela reservado; e dos papéis sociais a que deveria se submeter e que furtavam dela a liberdade de desenvolver-se de acordo com sua autonomia.

É de se ressaltar que, de acordo com a perspectiva foucaultiana, a crítica não é apenas uma denúncia das injustiças, mas uma prática ética e política que transforma as relações de poder e os modos de subjetivação (FOUCAULT, 2024). Ela, como ressaltado anteriormente, tem seus fundamentos no presente, na realidade tal como se apresenta; encontra-se na obra de Immanuel Kant (2013) sob a forma de uma saída de um estado de menoridade para decidir acerca de seu

próprio destino. Ou seja, é uma prática que busca construir novos cenários, mais justos e equalitários. Perceba-se que o feminismo opera exatamente nesse sentido: ao questionar as normas patriarcais, ele não apenas resiste às formas tradicionais de sujeição, mas também promove novas subjetividades e práticas de liberdade. Nesse contexto, surgem as figuras da mulher que constrói os contornos de sua própria vida e aquela que tem sucesso profissional, por exemplo. Em todas elas, destaca-se a formação de subjetividades insubmissas, como resultado da crítica aos padrões exigidos pelo patriarcado; como fruto da resistência da mulher a um poder que tende a subalternizá-la e a impor modelos de conduta hierarquicamente desvalorizados.

Afinal, a genealogia da crítica feminista não busca substituir um sistema de verdades por outro. Antes, quer desestabilizar o próprio fundamento do poder patriarcal e de suas normas. Ao fazer isso, ela permite que mulheres e outras identidades marginalizadas se reapropriem de suas histórias, corpos e vozes, reconfigurando suas relações consigo mesmas e com o mundo. Assim como Foucault propõe que a crítica é *“the art of not being governed, or again the art of not being governed like this and at this price”* (FOUCAULT, 2024, p. 23), o feminismo nos ensina a imaginar e a construir novas formas de existência que transcendem as limitações impostas pelo patriarcado.

Nessa perspectiva, as conquistas feministas, quando analisadas sob a luz da teoria genealógica de Foucault, não são meras vitórias isoladas, como o modelo das *ondas do feminismo* pode nos levar a crer. São parte de um processo contínuo de resistência e transformação. Elas mostram que o patriarcado, embora profundamente enraizado, não é inevitável ou inalterável. Ao questionar suas bases históricas, normativas e discursivas, o feminismo não apenas desafia as estruturas de poder existentes, mas também inaugura novas possibilidades para o futuro, reafirmando a crítica como uma prática de liberdade e emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou correlacionar o movimento feminista, na sua luta contra o patriarcado, à teoria de Michel Foucault. Com esse

⁴ Tradução nossa: *“a arte de não ser governado, ou de novo a arte de não ser governado dessa forma e sob esse preço”*.

intuito, foram abordadas a história do feminismo e sua caracterização como *ondas*, nas quais conjuntos específicos de conquistas foram obtidos. Buscou-se caracterizar esse movimento como uma prática de resistência contínua contra estruturas assimétricas fortemente arraigadas na sociedade ocidental, refletidas em um processo de submissão da mulher a papéis de gênero afirmados como *naturais*.

A pergunta de pesquisa, que versava sobre a aplicabilidade da teoria foucaultiana às lutas do movimento feminista foi razoavelmente respondida. Nesse sentido, este texto buscou indicar caminhos para pesquisas posteriores, nas quais o conteúdo ora proposto receba maiores aprofundamentos. Afinal, o conceito de crítica, na teoria foucaultiana é extremamente complexo, ainda mais quando entrelaçado com o de resistência. São temas que demandam aprofundamentos acerca de boa parte do trabalho daquele filósofo francês, com a necessidade de abordar metodologias como a genealogia, além do conceito de poder, que lhe é extremamente precioso.

Com o intuito de compreender esses conceitos, outros tiveram de ser abordados. É o caso da governamentalidade, como técnica de condução de condutas. A partir dela, tornou-se necessário entender o poder pastoral e as transformações pelas quais ele passou. Assim, foi estudado seu surgimento a partir de civilizações antigas do Oriente Próximo, passando pela sua resignificação pela Igreja Católica e a posterior laicização, como forma mais eficiente de exercício do poder, ao encadear-se com o poder soberano.

Em atividade simultânea a esse mergulho na obra de Foucault, tornou-se necessário enxergar o movimento feminista sob perspectiva histórica, social e cultural. Ao fazê-lo, percebeu-se que o regime do patriarcado adota um discurso essencialista, ao vincular-se a uma ordem natural ou divina, de sorte a tornar inacessível o questionamento de suas práticas. Assim, argumentou-se que a mulher buscou desconstruir esse discurso, retirando dele os caracteres que o blindavam contra eventuais indagações. Essa desconstrução pode ser explicada por meio da genealogia foucaultiana. Afinal, esse discurso, ao contrário do que ele próprio afirma, não é natural, universal ou necessário, mas contingente, ou seja, é fruto de eventos históricos específicos, e de determinadas relações de poder e lutas. Portanto, as práticas dele decorrentes são mutáveis, podem ser alteradas ou mesmo eliminadas à medida que as relações mudam.

Uma vez despido de sua inevitabilidade, o regime do patriarcado pôde ser objeto de *crítica* no sentido que Michel Foucault lhe empresta. Por inexistir qualquer fundamento essencialista que o ampare, suas normas podem ser desconstruídas e substituídas por outros desenhos de organização social e de poder. Dessa forma emerge a prática da crítica do presente, a qual não busca apenas questionar as estruturas existentes, mas transformá-las, criando novas formas de vida, com mais liberdade. E é dessa forma que age o feminismo, ao buscar maneiras alternativas que possibilitem a igualdade e a emancipação de todas e de todos.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. D. *O Segundo Sexo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II - Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FOUCAULT, M. *What is critique and the culture of the self*. 1. ed. Chicago/US: The University of Chicago Press, 2024.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, [S. l.], 1990. 56-80.
- KANT, I. *O que é Esclarecimento?* 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2013.
- MORAES, L. E. *História Contemporânea. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CAPÍTULO V

INTEREŞEIRA: DESLEGITIMAÇÃO FEMININA E RESISTÊNCIA NA CANÇÃO DE LUÍSA SONZA

Marcela Aianne Rebouças¹
Rafaela Cláudia dos Santos²

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, as mulheres foram alvo dos efeitos negativos do poder. Tendo suas vozes desvalorizadas e impedidas de entrar na ordem do discurso, restou a elas aprender as normas de conduta que a elas se destinavam – ou sofrer as consequências. Até hoje, vemos que “Das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (PERROT, 2019, p. 22). As mulheres foram socializadas a crer que o problema sempre está nelas e a enxergar-se sob a ótica do outro. Mas o que dizem as mulheres sobre si mesmas?

Neste artigo, para analisar os persistentes e frequentes mecanismos opressivos destinados às mulheres, damos atenção ao que elas falam por meio do discurso artístico-musical. Nosso objetivo,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bolsista CAPES. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. É membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório do Discurso (UFPB) e do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). E-mail: marcelaareboucas@gmail.com.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bolsista CAPES. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É membro dos Grupos de Pesquisa: Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). E-mail: rafaelaclaudiasan@gmail.com.

então, é discutir como ocorre a deslegitimação feminina e a forma de resistência que dela emerge por meio de canções, em especial, uma composição de Sonza. Considerando que o campo da arte é, por excelência, um campo de resistência, indagamos: como, apesar da deslegitimação, as artistas reagem às tentativas de silenciamento e resistem por meio de canções? Para responder a esse questionamento, empregamos o método arqueogenealógico, nos valendo dos pressupostos teóricos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que são mobilizados em conjunto com os estudos feministas. Tendo em vista que Foucault, ao tratar do diagnóstico do presente, questiona-se “quem somos nós hoje” para propor como podemos ser diferentes, podemos pensar em como o meio artístico, por meio das fissuras engendradas pelas mulheres, pode gerar subjetividades. Assim, torna-se possível ouvir as vozes femininas, tantas vezes silenciadas e objetificadas.

ESTEREÓTIPOS, SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

Judith Butler (2015) discute como os discursos midiáticos e políticos constroem narrativas que reforçam representações desumanizadoras ou redutoras de determinados grupos. Isso pode ser interpretado como uma perpetuação de estereótipos que justificam desigualdades ou exclusões. No caso das mulheres, historicamente, foram estereotipadas como o "sexo frágil" ou incapaz de tomar decisões próprias, pois, durante séculos, elas dependeram da autorização de figuras masculinas, como pais ou maridos, para realizar atividades fundamentais, como viajar, estudar ou trabalhar. Segundo Del Priore (2004), as mulheres eram vangloriadas apenas dentro de seus lares, quando desempenhavam atividades domésticas, cuidavam dos filhos ou dos maridos. Da porta de casa para fora, suas presenças públicas eram frequentemente limitadas, sendo permitidas apenas na companhia de pais ou esposos, refletindo uma estrutura social que restringia suas liberdades e reforçava sua subordinação.

No contexto da música, foco deste estudo, as mulheres que se envolveram profissionalmente no ramo musical enfrentaram estigmas ainda mais severos. Sendo uma atividade criativa que exige por parte dos indivíduos muita habilidade – seja para tocar um instrumento ou compor –, as mulheres não eram consideradas aptas. Conforme

destaca Perrot (2019, p. 97, grifos nossos) ao discorrer sobre o estereótipo das aptidões femininas, as mulheres “[...] são inspiradoras, e mesmo mediadoras do além. Médiuns, musas, ajudantes preciosas, copistas, secretárias, tradutoras, intérpretes. Nada mais. Escrever, pensar, pintar, esculpir, *compor música*... nada disso existe para essas imitadoras”. Apesar desse cerceamento que visava impedir a participação feminina em todas as dimensões da vida pública, a resistência sempre esteve presente. Inúmeras mulheres transgrediram aquilo que lhes era imposto – mas não sem sofrer reações adversas. Muitas vezes, eram retratadas como figuras desviantes ou imorais, sendo frequentemente chamadas de "vadias" ou "mulheres da vida" para escolherem uma carreira em um espaço predominantemente masculino.

As primeiras cantoras enfrentaram uma série de barreiras culturais e sociais tanto no mundo quanto no Brasil. Nos Estados Unidos, artistas como Bessie Smith e Ma Rainey, grandes nomes do blues no início do século XX, não apenas lidavam com o preconceito de gênero, mas também com a discriminação racial, sendo duplamente marginalizadas. No segmento artístico pop, destacam-se figuras femininas que, ao longo de suas trajetórias, romperam barreiras e redefiniram padrões culturais. Madonna, por exemplo, consolidou-se como um ícone de transgressão e reinvenção artística, desafiando normas sociais e culturais ao abordar temas como sexualidade, religião e protagonismo feminino em suas músicas e performances, perpetuando saberes alternativos e resistindo às convenções. Da mesma forma, Whitney Houston, com sua voz inigualável, não apenas conquistou reconhecimento mundial, mas também contribuiu para abrir caminhos para mulheres negras na música pop. Lady Gaga, por sua vez, trouxe à cena discussões essenciais sobre diversidade, saúde mental e direitos LGBTQIAPN+, marcando sua carreira pela ousadia e inovação artística. Essas artistas não apenas transformaram o cenário do pop, mas também inspiraram milhões de pessoas, promovendo e inspirando novos padrões de liberdade pelo mundo.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as intérpretes femininas, como as cantoras que se apresentavam nos programas de rádio, enfrentaram o desafio de equilibrar seus talentos artísticos com as exigências impostas pela sociedade, que desejavam suas habilidades e tradições associadas ao papel feminino, como fazer

crochê ou desenvolver competências na cozinha. Nessas condições sócio históricas, sua participação no cenário artístico era frequentemente deslegitimada. Um exemplo emblemático é Carmen Miranda, cuja trajetória revelou tanto o sucesso de sua carreira quanto as dificuldades de lidar com os estereótipos culturais e de gênero que limitavam sua atuação e reconhecimento em sua carreira.

Essa dinâmica pode ser comprovada à luz das reflexões de Michel Foucault sobre as relações de saber-poder e resistência. Para Foucault, o poder não é apenas algo imposto de cima para baixo; ele é uma rede que circula e está presente em todas as relações sociais. As mulheres cantoras, ao ingressarem no espaço musical, confrontaram essas relações de saber-poder, que operavam não apenas pela exclusão direta, mas também pela construção de discursos que reforçavam a desqualificação de suas presenças e performances. O rótulo de “vadia”, por exemplo, funcionava como um discurso de saber-poder que visava disciplinar e silenciar essas mulheres, restringindo sua atuação ao campo privado ou a papéis socialmente aceitáveis.

No entanto, como Foucault aponta, “onde há poder, há resistência” (2013, p. 105). O poder só pode ser visto em exercício, ele não se detém ou se aprisiona, flutua nas microrrelações sociais. Assim, as cantoras pioneiras resistiram não apenas por meio de sua presença nos palcos e nas rádios, mas também ao desafiar as normas de gênero e questionar os enquadramentos que buscavam limitar suas existências. Suas performances artísticas se tornaram atos políticos, subvertendo os dispositivos de controle e reivindicando espaços de visibilidade e legitimidade.

Essa resistência não foi apenas individual, mas coletiva, pavimentando o caminho para que outras mulheres ocupassem espaços culturais e profissionais antes proibidos. Ao desafiar as normas, elas reconfiguraram o que Foucault chamou de “regime de verdade” sobre o papel das mulheres na sociedade, mostrando que as práticas de liberdade e a rearticulação de posições podem emergir mesmo em contextos profundamente marcados por relações de poder desiguais.

Wolf (2018), em seu livro “O Mito da Beleza”, explora como os padrões estéticos e os estereótipos de beleza são usados como ferramentas de controle e opressão das mulheres. Ela argumenta que a sociedade estabelece normas rígidas sobre a aparência,

transformando os corpos femininos em campos de disputa política, cultural e econômica. Dessa forma, os corpos das mulheres tornam-se extremamente controlados, submetidos a uma vigilância constante que determina como devem ser apresentados. Há uma convenção social que decide pelas mulheres, o que elas devem ou não vestir, quais procedimentos estéticos devem ou não realizar, impondo uma luta incessante contra o envelhecimento, muitas vezes retratando-o de maneira negativa e estigmatizada. A perpetuação desses estereótipos que vinculam o valor da mulher à sua aparência física reforça o controle sobre seus corpos e suas escolhas.

Ao problematizar essa questão, Wolf (2018) evidencia que esse sistema de padrões estéticos não é apenas uma escolha individual, mas uma forma de poder que reforça desigualdades de gênero, submetendo as mulheres a uma busca constante por melhoria social, enquanto aprimoram suas subjetividades e liberdade de ser. Embora o discurso midiático reproduza a ideia de poder escolher ao afirmar, na esteira do pensamento feminista liberal, que a “mulher pode ser o que ela quiser”, as formas de se alcançar essas possibilidades são permeadas por estratégias de marketing que tem como objetivo final, o consumo de determinados produtos. Ser “a mulher que você quiser” está apenas a uma compra de distância – de uma mercadoria ou de um discurso. Dessa forma, direta e indiretamente, a construção da subjetividade feminina e todos os aspectos inerentes a ela são orientados por uma lógica de raízes opressivas, que visam controlar e ditar a conduta feminina. A beleza é, assim, transformada em uma ferramenta de opressão velada, que naturaliza práticas de controle e silenciamento.

A indústria musical mantém uma relação intrínseca com a indústria da beleza, ambas sustentando estruturas patriarcais que reforçam estereótipos sobre as mulheres. Essas condições de produção tornam a inserção feminina no mercado musical um processo complexo, especialmente quando elas ocupam posições de protagonismo. Como destaca Wolf (2018), os padrões de beleza são frequentemente usados como instrumentos de controle, o que se reflete na expectativa de que as mulheres na música atendam a critérios estéticos que limitam sua liberdade criativa e pessoal. Apesar desse cenário marcado pelo machismo e pela misoginia, muitas cantoras conseguem encontrar fissuras no sistema para introduzir suas letras e vozes, transformando a

música em um espaço de resistência e reafirmação. Por meio de suas obras, essas artistas desafiam as normas impostas, ressignificando os espaços que ocupam e ampliando os horizontes da representação feminina na indústria cultural.

Além disso, muitas utilizam a arte para realizar denúncias sociais sobre temas que precisam ser amplamente discutidos, como é o caso da violência contra a mulher. Um exemplo marcante foi a cantora Elza Soares (1930-2022) que, em diversas canções, abordou questões relacionadas à violência de gênero, incluindo episódios vividos em sua relação com o ex-companheiro Garrincha. Sua obra transcende o entretenimento, transformando-se em um grito de alerta e em um convite à reflexão sobre as desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas em contextos de maior vulnerabilidade.

Por meio de suas canções, Elza Soares desempenhou um papel crucial no rompimento do silenciamento imposto às mulheres, utilizando a música como uma poderosa ferramenta de denúncia e resistência. Assim como ela, outras cantoras também usaram suas vozes para contar histórias de luta e superação, promovendo não apenas transformações pessoais, mas também o empoderamento de inúmeras mulheres. Artistas como Maria Bethânia, com suas interpretações emocionantes que exploram a força feminina, e representantes de uma nova geração, como Iza e Kell Smith, que abordam questões de empoderamento, racismo e enfrentamento às desigualdades em suas letras, também desempenham papéis fundamentais nesse cenário.

A música, ao trazer histórias de vida e resistência, não apenas dá visibilidade às questões femininas, mas também inspira outras mulheres a romper barreiras e a cuidarem de si mesmas, refletindo o que Michel Foucault discute sobre o governo por meio do cuidado de si e do outro. Em meio a tantas artistas que usam suas vozes para resistir e denunciar práticas opressivas ainda frequentes na atualidade, neste estudo, fazemos um cotejamento que destaca a trajetória de Luísa Sonza, cuja obra expõe de forma contundente a luta contra o machismo e as pressões impostas às mulheres. Em meio a um cenário midiático efêmero e punitivo, que muitas vezes penaliza os corpos femininos e qualquer atitude que desafie os padrões estabelecidos, a cantora utiliza suas composições musicais para resistir a estereótipos,

críticas e questionar essas imposições, servindo como um símbolo de subversão e resistência feminina.

A APROPRIAÇÃO DA DESLEGITIMAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Ainda que as mulheres tenham adentrado na proibida dimensão da vida pública – antes destinada apenas aos homens –, elas não se livraram das imposições sociais. O peso das normas e dos ideais de feminilidade continua a atingi-las fortemente. Por isso, no discurso artístico-musical, muitas cantoras precisam estar constantemente provando a si mesmas, seu valor, tendo suas vidas privadas como alvo da mídia. Dessa forma, elas acabam sendo julgadas não pelo trabalho que fazem, mas por sua aparência, pelo modo como agem e pelos relacionamentos que mantêm. Conforme pontua Perrot (2019, p. 146) “Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. [...] Tudo se complica quando ousam agir como homens”. Mas o que seria “agir como homem”? Para a maioria das mulheres, isso significa apenas se impor, exigir reconhecimento por seu trabalho, vestir-se como desejar e não precisar justificar cada uma de suas atitudes. Enquanto para os homens tudo é permitido e justificável, “as mulheres, façam o que fizerem, estão condenadas, assim, condenadas a dar provas de sua malignidade [...]” (Bourdieu, 2015). Assim, elas estão constantemente na posição de culpadas. Foi isso que aconteceu com Luísa Sonza.

Ainda jovem, a cantora se tornou conhecida pelo relacionamento com Whindersson Nunes, que teve início em 2016. Com a vida pública e o compartilhamento da relação nas redes sociais, porém, os dois foram alvo de muitos comentários e especulações. Se, por um lado, Whindersson era elogiado por ter conseguido conquistar uma mulher tão bonita, por outro, Luísa era acusada de manter um relacionamento com o youtuber somente para se tornar conhecida³. Apesar dos

³ À época, Whindersson já contava com milhões de seguidores em seu canal do YouTube e perfil do Instagram, participando inclusive de programas televisivos. Luísa, no entanto, era uma figura pouco conhecida. Foi somente ao fazer parcerias com o humorista e aparecer em alguns vídeos do seu canal que a jovem ganhou mais notoriedade na mídia.

comentários, o casal exibiu uma relação que parecia seguir o roteiro de uma comédia romântica, com constantes demonstrações públicas de afeto, compartilhadas em seus perfis. Envolto numa “névoa de amor”, os dois pareciam ignorar os comentários e, em 2018, se casaram. A carreira de ambos cresceu exponencialmente, assim como as variadas opiniões sobre seu relacionamento. Luísa, que antes falava em suas canções sobre amor com um ritmo mais ameno e suave, mudou aos poucos a temática das composições musicais, que apresentavam agora melodias mais rápidas e agitadas. Logo, mudanças em sua aparência também aconteceram e, mais uma vez, a cantora sofreu com o julgamento do público pelas alterações faciais (julgadas como procedimentos estéticos exagerados, ao que a artista indicou ser apenas seu processo natural de envelhecimento) e nas suas vestimentas, que se tornaram cada vez mais reveladoras e provocantes. Vemos, com isso, o julgamento de méritos femininos associados ao véu da beleza, padrões e estereótipos, conforme aponta Wolf (2018), que se reafirmam no campo artístico/musical.

O compartilhamento conjunto do casal tornou-se menos frequente e seus perfis passaram a exibir mais postagens de cunho profissional, com divulgação de trabalhos, publicidades e parcerias. Devido a isso, especulações sobre o casamento dos dois emergiram mais uma vez com um teor negativo, supondo o término – atribuindo-se a culpa a Luísa, de quem se dizia ter alcançado seu objetivo de ganhar fama por meio de Whindersson e, agora, tendo cumprido seu propósito, iria deixá-lo. As hipóteses críticas com relação a compositora se intensificaram até mesmo quando, em um programa de TV, Luísa falou abertamente sobre os problemas psicológicos que seu marido estava enfrentando, demonstrando seu apoio ao humorista, que se encontrava em um quadro de depressão durante o primeiro ano de casamento (2019). Com a exposição do quadro clínico do *youtuber*, surgiram comentários que culpabilizavam Sonza, apontando sua exposição na mídia e o teor de suas canções como uma das causas da doença de Whindersson. O que estava por trás dessas afirmações remonta a um longo histórico de responsabilização feminina pelo cuidar – do marido, dos filhos e de todas as necessidades do lar, garantindo o bem-estar de todos –, que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, tornando-se o caminho para a realização feminina, conforme aponta Friedan (1971). Sob essa perspectiva, a

ascensão profissional de Luiza se configurava como um dos principais problemas de seu relacionamento, que não era o centro de sua vida e, por sua vez, resultava em adversidades (inclusive de saúde, como aqueles apresentados por seu marido).

Tal cenário atingiu seu ápice com o divórcio no ano seguinte, 2020. Com o início de um novo relacionamento, alguns meses depois, com o cantor Vitão, a cantora sofreu uma enxurrada de acusações. Em suas redes sociais, eram constantes os comentários que a desqualificavam, colocando-a como responsável pelo divórcio, que teria se dado, segundo as especulações midiáticas, devido a uma traição da compositora com o recém-assumido namorado. Enquanto Luísa sofria os ataques e o cancelamento da internet, seu ex-marido, que em nada se pronunciava, era consolado. Destaca-se, em meio a essas vontades de verdade, a perpetuação de estereótipos de culpabilidade da mulher que estão, historicamente, ancorados em práticas machistas. Seu silêncio era concebido, na visão do público, como a prova que os internautas precisavam para ter certeza da infidelidade de Sonza.

Assim, enquanto a figura masculina da relação recebia a compaixão do público (que demonstrava certeza da infidelidade por parte de Luísa, que segundo as especulações o tinha usado para ascender profissionalmente), a mulher recebia todo o ódio. Ré condenada como interesseira e infiel pelo tribunal da internet, sem direito a defesa, a cantora se afastou das redes sociais por um tempo, mas a cada vez que publicava uma foto, recebia comentários difamadores – sobre seu caráter, sobre seu modo de se vestir, sobre seu relacionamento com Vitão e sobre Whindersson. As acusações que recebia, porém, não eram respondidas, nem por ela, nem pelo seu ex-marido.

Em julho de 2021, com o lançamento de um novo álbum, porém, os comentários feitos a seu respeito assumiram um novo tom. Com a canção “penhasco.”, ouvia-se um desabafo de uma mulher que insistiu para continuar o relacionamento com alguém que se distanciou, fazendo-a “desaprender a gostar tanto”. Em meio a uma melodia lenta e em tom melancólico, afirmava-se: “Meu Deus, eu pedi tanto pra não ir embora / Mas tenho que seguir meu caminho agora”. O sofrimento descrito na composição, seguido de uma aceitação impotente, contribuiu para que surgissem novas especulações sobre o caso que havia sido encerrado com a condenação da cantora como infiel e

ambiciosa. Os *haters* pareciam não estar mais tão certos da vilania de Luísa, que agora se mostrava fragilizada e sensível, revelando seu estado emocional de lamento e desgosto diante do término, cuja incerteza de sua culpa fazia a atenção se voltar para o ex-marido. Ao participar de programas, Whindersson era questionado sobre a canção, sempre se esquivando e mudando de assunto. Em uma entrevista concedida a um podcast⁴, porém, o humorista declarou, em tom de riso: “Rapaz, eu não joguei ninguém do penhasco”. Sua atitude de recusa em falar sobre o assunto, assim, teve continuidade. Mas ao tratar o assunto de forma cômica e risível, o ex-marido de Luísa demonstrou não encarar o assunto com a mesma seriedade – que se apresentava na canção e na interação dos fãs e espectadores. O modo descontraído de falar poderia ser justificado ao se pensar no trabalho humorístico de Whindersson, mas em um nível mais profundo, sua declaração constitui uma escolha consciente de se esquivar do assunto e não lhe atribuir importância. O que para Whindersson se constituía como seu modo e direito pessoal de lidar com o assunto⁵, se configurava, para Luísa, como a reabertura e extensão de seu julgamento.

A possibilidade de falar e de escolher não fazê-lo é um privilégio que nem todos têm. Assim como não se atribui o mesmo valor ao que é dito a depender de quem diz, o que se deixa de dizer não produz os mesmos efeitos, a depender daquele que se abstém de tomar a palavra. Se, conforme aponta Foucault (2014, p. 09), “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”, não se pode, de igual maneira, deixar de dizer sem que isso aconteça de acordo com certas normas e condições de possibilidade. E, em se tratando do desnivelamento que há entre os discursos (Foucault, 2014), o valor que se outorga ao que emerge publicamente é avaliado por um critério: o gênero. Nesse sentido, as implicações de escolher calar-se, sobretudo numa situação de especulação e

⁴ O podcast foi transmitido ao vivo em 3 de novembro de 2021, no canal PodCats, apresentado por Camila Loures e Virgínia Fonseca, no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=71cHXMNu6SI>. Acesso em 30 out. 2024.

⁵ Durante a entrevista anteriormente citada, Whindersson afirmou que cada um tem seu jeito de lidar e encarar o assunto, justificando a postura de silêncio que assumiu desde o divórcio.

culpabilização como aquela enfrentada por Sonza, são relevantes e beneficiam aquele que se silencia e trata com desdém o assunto.

Se calar diante das acusações de traição, então, estabelecia dois efeitos diferentes: para Whindersson, não intervir e não se pronunciar diante das especulações assumia o efeito de concordância; para Luísa, por outro lado, não responder às acusações servia como uma evidência de sua falta de argumentos, logo, demonstrava como ela era indefensável. Sua resposta veio, finalmente, por meio do lançamento do álbum Doce 22, que além da canção “penhasco.”, contava com outras composições de cunho pessoal e altamente emocional. A produtora musical, Universal Music, ao divulgar o álbum, afirmou que se tratava de uma forma da cantora de expor seus sentimentos artisticamente diante de tudo que viveu, indo das suas fragilidades ao empoderamento⁶.

É desse lugar de apropriação, coragem da verdade e exercício do saber-poder que emerge a primeira faixa, INTERE\$EIRA. A composição, já em seu título, é atravessada pelas vivências de Luísa, que foi incriminada de estar em um relacionamento apenas por fins financeiros, que se denota também pelo uso dos cifrões no lugar da letra “s”. O tom de desabafo se segue ao longo de toda a canção, mas de forma diferente daquela observada em “penhasco”. Em vez de apresentar melancolia diante das acusações, a canção se apropria das imputações recebidas, atribuindo a elas um efeito outro.

E1:

Puta, vagabunda, interesseira Eu fazendo meu trabalho Escutando só besteira Sem talento, sem graça, forçada Como é me ver com milhões dizendo Que eu não valia nada?

Nos versos iniciais da canção, conforme observamos no excerto 1 (E1), há uma série de adjetivos negativos, que se referem a alguns dos que foram atribuídos a ela enquanto fazia seu trabalho. Luísa demonstra, dessa forma, o discurso de ódio que a perseguiu durante

⁶ Dados referentes à matéria de divulgação do álbum Doce 22 no site da produtora musical. Disponível em: <https://www.universalmusic.com.br/2021/07/18/luisa-sonza-lanca-o-segundo-album-de-carreira-ouca-agora-doce-22/>. Acesso em 03 nov. 2024.

sua trajetória profissional. Por ser mulher, apresentar-se artisticamente de forma sensual, exibindo seu corpo e cantando músicas de teor erótico conferiram-lhe os rótulos de puta e vagabunda. Caracterizada como alguém que só se importa com dinheiro, usando uma relação amorosa para ganhar visibilidade (de acordo com os *haters*) e usando a si mesma, por expor seu corpo, Luísa é, além disso, estereotipada como interesseira. Há, dessa forma, a persistência de uma relação de poder desigual, que confere ao gênero feminino um lugar de pureza e inocência, não permitindo que mulheres falem dos relacionamentos que desenvolvem – a menos que em um tom ultrarromântico e idealizado – nem exponham seu corpo – que deve ser resguardado para seu parceiro, preferencialmente, seu marido, para que não seja considerada uma mulher sem valor, “puta”.

Experienciar, mostrar e falar, são ações que, quando se tratam da vida privada, são destinadas aos homens, cuja virilidade é considerada uma característica a ser evidenciada em todos os momentos (Sculos, 2017). Essa diferenciação se estende para as práticas cotidianas, inclusive as do meio artístico. Enquanto homens podem cantar livremente sobre relacionamentos amorosos, até mesmo de forma explícita, quando mulheres o fazem, não tem a mesma recepção positiva. É por isso que, embora pareça que muito já foi conquistado pelas mulheres, vemos que “O mundo sonoro é sexuado” (Perrot, 2019, p. 42). Assim, elas continuam sofrendo os efeitos de uma ordem discursiva opressiva, que adjetiva negativamente a cada vez que a transgridem e ousam falar aquilo que não lhes é permitido.

O sexismo é tão fortemente presente na sociedade que, mesmo quando as mulheres seguem o modelo ideal, expondo “traços femininos”, isto é, “[...] os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas” (Perrot, 2019, p. 93), elas ainda são alvo dos efeitos negativos do poder. Isso pode ser exemplificado no 4º verso do 1º enunciado, em que a voz que canta aponta que foi classificada como “sem talento, sem graça [e] forçada”. Assim, não importa o que façam ou como se comportem, as mulheres parecem sempre estar em falta em algum aspecto. Talvez por isso o incômodo causado por uma mulher bem-sucedida – e que, pior ainda, não se deixa parar pelos comentários que visam desqualificá-la.

Nesse cenário, o questionamento “como é me ver com milhões dizendo que eu não valia nada?” pode ser interpretado de pelo menos duas maneiras: (1) Trata-se de uma indagação direta ao ouvinte, convidando-o a também declarar sua visão sobre ela. A cantora demonstra, desse modo, não se importar com a possibilidade de ser tachada por mais uma alcunha negativa e coloca-se disposta a encará-la. Ela resiste, então, por meio de uma contraconduta, apropriando-se daquilo empunhado para feri-la, que passa a ser ressignificado; (2) O contraste entre os termos “milhões” e “nada” pode ser entendido pelo viés monetário. Dessa forma, não mais se refere a grande quantidade de pessoas que a veem como sem valor, mas ao seu capital financeiro, que apesar dos inúmeros julgamentos negativos, é altíssimo. Nesse sentido, a pergunta também assume o tom de confronto, pois evidencia seu sucesso, que é posto em cena para demonstrar como as tentativas de diminuí-la, resultam no seu engrandecimento.

Nessa luta simbólica para ascender em meio às duras críticas, a resistência se evidencia. Contudo, ela é intercalada por um sentimento muito frequente no cotidiano feminino.

E2:

Confesso, não é fácil ser braba todo dia Tive que aprender a me virar sozinha Mas se tu quer mais um flash Vai ter que assinar o meu cheque
--

Ao declarar que “não é fácil ser ‘braba’ todo dia”, a cantora demonstra como é exaustivo ter que se impor e demonstrar coragem diariamente, enfrentando os comentários opressivos, maldosos e preconceituosos. As inúmeras imposições que recaem sobre os corpos femininos são pesados fardos que as mulheres têm que carregar, sobretudo aquelas que decidem contrariar a chamada “ordem natural das coisas” e adentrar num espaço que não lhes é permitido. No campo adjacente desse enunciado, há outros que apresentam, em tom de desabafo, a mesma regularidade. É o caso da canção *The Man*, da cantora norte-americana Taylor Swift. Lançada em 2019, o refrão da canção relata: “Eu estou tão cansada⁷ de correr o mais rápido que eu

⁷ Um detalhe interessante da canção em seu idioma original é que o termo usado para descrever seu estado emocional e físico diante da “corrida” para “chegar lá” é *sick*,

consigo / Me pergunto se eu chegaria lá mais rápido se eu fosse um homem / E eu estou tão cansada deles vindo atrás de mim de novo / Porque se eu fosse um homem, eu seria o cara⁸ (*I'm so sick of running as fast as I can / Wondering if I get there quicker if I was a man / And I'm so sick of them coming at me again / Cause if I was a man, then I'll be the man*). Vemos, em meio a esse sistema de dispersão, que algo se mantém: o grande esforço que as mulheres têm que fazer, que chega até mesmo a adoecer-las, não conhece fronteiras geográficas.

E essa jornada torna-se ainda mais difícil por terem que “se virar” sozinhas. Visto que a maioria das mulheres é socializada, desde a infância, para enxergar umas às outras como inimigas (Hooks, 2019), elas aprendem a não se ajudar – mas, em vez disso, a julgar e criticar. Diferente dos homens, cujo sentimento de irmandade é cultivado e celebrado, os sujeitos femininos precisam desconstruir certos saberes. O caminho para a sororidade, contudo, é longo e, muitas vezes, solitário. Ainda assim, a resiliência feminina se faz presente, conforme podemos observar na composição.

Nos versos finais do enunciado 2 (E2), a voz feminina declara: “Se ‘tu quer’ mais um flash, vai ter que assinar o meu cheque”. Mesmo sozinha, sem uma rede de apoio e lidando com comentários maldosos, a voz feminina resiste. Nos versos que se seguem ela afirma que aqueles que usam seu nome para ganhar dinheiro com notícias críticas precisarão fazer isso profissionalmente, por meio de um acordo, pagando por isso – ou seja, aqueles que desejarem falar sobre ela, terão de fazê-lo sob seus termos. Há, dessa forma, uma apropriação da deslegitimação que é destinada ao sujeito feminino alvo das críticas. Em vez de assumir a posição de vítima, de forma passiva – como se espera que as mulheres façam –, ela toma as rédeas e decide, por meio da prática discursiva, controlar a situação. Colocando-se em posição de enfrentamento, a canção continua.

que em tradução literal significa “doente”. Se quisesse apenas descrever cansaço, a palavra mais adequada seria *tired*. Dessa forma, ao escolher *sick*, vemos que a intenção é demonstrar o efeito causado por essa luta feminina diária para ter seu espaço na sociedade que, não raro, adocece – em sentido literal, tanto psíquica quanto fisicamente – as mulheres.

⁸ No original, em inglês. Tradução nossa.

E3:

Pode falar, pode falar Meu som continua em primeiro lugar Eu deixei inventar até não aguentar mais Se segura que eu vou acabar com a tua paz, vem
--

Em tom destemido, a canção tem continuidade com um encorajamento: que os *haters* continuem falando. Quanto mais eles falam, mais ainda seu nome fica em evidência, alavancando a reprodução de suas composições, fazendo seu “som” continuar “em primeiro lugar”. Assim, a cantora demonstra àqueles que se empenham tão avidamente em criticá-la que, mesmo com suas tentativas de atingi-la, eles não conseguem. Seu intuito, na realidade, surte o efeito contrário e promove seu engajamento. A composição, desse modo, se configura como uma resposta aos ataques sofridos pela cantora, que se torna ainda mais clara com os versos finais em que afirma: “eu deixei inventar até não aguentar mais”. Mas, além disso, demonstra como apesar das tentativas de silenciá-la por meio das críticas, ela resiste, mostrando-se forte ao avisar aqueles que a perseguem: “se segura que eu vou acabar com a tua paz, vem”.

Por meio do discurso artístico-musical, em que a vida da compositora se mescla à composição, tomando-a como pano de fundo e ponto de partida, vemos a apropriação da deslegitimação sofrida. Ressignificando-a por rejeitar as características negativas que lhe atribuem, o sujeito feminino que canta nega a posição de vítima, por mais duras que sejam as vivências femininas na vida pública, e resiste, produzindo para si mesma uma forma outra de vida – diferente daquela que se espera para ela e se diz sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ataques recebidos pela cantora Luísa Sonza ao longo de sua carreira são apenas um exemplo das relações de saber-poder desiguais em vigor na sociedade. Eles demonstram como os sujeitos estão inseridos em determinadas ordens discursivas, que lhes tornam aptos ou inaptos a falar, agir e se portar de uma determinada forma. Para as mulheres, mais especificamente aquelas que levam uma vida pública, como é o caso da compositora cuja análise neste artigo demos ênfase,

suas práticas são alvo de incessantes mecanismos de interdição, invalidação, separação e rejeição por meio do discurso (Foucault, 2014).

Ainda assim, o proceder que se verifica não é de vitimização. Ao contrário, observamos por meio da análise um processo de apropriação das práticas opressivas – como as críticas, os rótulos e os estereótipos – que visavam deslegitimar Luísa Sonza como mulher. O ato de cantar e mobilizar em sua composição os adjetivos negativos destinados e atrelados a ela mostram uma ressignificação. Aquilo que deveria causar-lhe dor, como intencionado por meio dos comentários maldosos, ao ser usado com um fim profissional e, por conseguinte, financeiro pela comercialização da canção INTERE\$EIRA assume um sentido outro.

Não deixando de considerar o viés econômico da indústria musical, que é inclusive citado em trechos da composição, a canção que fala das críticas e da opressão sofrida diariamente por Luísa assume um caráter positivo por resultar em benefícios monetários para a cantora, apesar de relatar uma situação que não foi vivenciada com facilidade. Mas o tom resistente e ressignificativo da canção vai além, pois ao falar sobre o que passou, a composição, ainda que esteja na 1ª pessoa, sai do plano individual e passa para o coletivo. Ao passo que é tocada, reproduzida e ouvida por outras pessoas, pode gerar o sentimento de identificação de outras mulheres que passaram/passam por situações similares, encorajando-as a posicionar-se e tomar uma atitude de resistência. São esses aspectos que nos fazem, também, identificar a composição como um canto de si, isto é,

[...] uma prática do cuidado de si, que contribui para a constituição da subjetividade tanto dos sujeitos que cantam como dos sujeitos que ouvem, uma vez que ao serem disseminadas, as canções, que veiculam um determinado discurso, podem influenciar os ouvintes (Rebouças, Braga e Tavares, 2023, p. 144).

Assim, a denúncia feita na canção, além de evidenciar a apropriação da deslegitimação sendo transformada em algo produtivo demonstra também o efeito das canções que fazem um relato. Quando as mulheres falam e cantam sobre suas vivências e aquilo que as atinge – positiva e negativamente – podemos, por meio de um diagnóstico do presente, tomar posição contra as incessantes práticas sexistas e opressivas que afligem os sujeitos femininos, resistindo e

ressignificando-as. Portanto, apesar da objetivação sofrida, há formas de subjetivação possíveis e necessárias.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2019.
- REBOUÇAS, Marcela Aianne; BRAGA, Nayara Nicoly. TAVARES, Lúcia Helena Medeiros da Cunha. Representações femininas na mídia: entre rupturas e continuidades em canções pop. *Entrepalavras*, v. 13 (3) 138-158 set.– dez. 2023. DOI: 10.22168/2237-6321-32698.
- SOARES, Thiago. Performance e capital especulativo na música pop. *Logos*, [S. l.], v. 29, n. 1, 2023. DOI: 10.12957/logos.2022.70919. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/70919>. Acesso em: 29 out. 2024.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018

CAPÍTULO VI

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A REATUALIZAÇÃO DE DISCURSOS: UMA ANÁLISE DO FILME GUARDIÕES DA GALÁXIA VOL.1

Nicaelle Jesus¹

INTRODUÇÃO

Em meados do século XVIII, a partir do advento da Revolução Industrial, a sociedade ocidental passa por inúmeras transformações no tocante ao modo de produção, às relações de trabalho, às ciências e às artes. Nesse período, a burguesia triunfante segue impondo seu domínio sobre o mundo ocidental, colonizando uma imensa parte de territórios que à diante viria a ser chamado de Terceiro Mundo. Datam do fim do século XIX, início do XX a implantação da luz elétrica, do telefone, do avião, etc. As artes, a cultura, os costumes também fazem parte dessa transformação; a burguesia pratica a literatura, o teatro, a música, mas a arte que ela cria é o cinema (Bernardet, 2006, p. 15). Nesse sentido, o cinema surge em meados do século XX, sob a égide da burguesia, como a *arte do real*. Consoante Bernardet (2006):

No bojo de sua euforia dominadora, a burguesia desenvolve mil e uma máquinas e técnicas que não só facilitarão seu processo de dominação, a acumulação de capital, como criarão um universo cultural à sua imagem. Um universo cultural que expressará o seu triunfo e que ela imporá às sociedades, num processo de dominação cultural, ideológico, estético (p. 15).

O *cinematógrafo*, antes entendido como objeto científico que reproduzia o movimento com intuito apenas científico, passa a figurar como a máquina que reproduz a impressão de realidade, e esta foi, provavelmente a base para o grande sucesso do cinema. Dizer que o cinema é natural, que coloca a própria realidade na tela é eliminar a

¹ Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe e professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. E-mail: nicaelleviturino@yahoo.com.br

peessoa que fala, ou faz cinema, isto é, retirar da evidência a classe social ou a parte dela que (re)produz discurso, assim, elimina-se também a possibilidade de dizer que essa fala ou esse cinema representa um ponto de vista, evocando a opacidade do discurso/não transparência da linguagem.

Basicamente, o aspecto comercial atrelado às produções das películas advém, em grande parte, da facilidade de difusão, tendo em vista a possibilidade de se fazerem cópias dos filmes para os exibidores que, depois, passam a alugar as cópias e garantir direitos de produção e exibição. Com isso, passa-se a reconhecê-lo como mercadoria abstrata e lucrativa. O avanço tecnológico das indústrias cinematográficas, a partir de meados do século XX, expandiram com mais força a difusão das produções, principalmente hollywoodianas.

Após a Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação, conjuram imbricações complexas por onde circulam novos produtos culturais, sob a forma de informação. Nesse contexto, a indústria cinematográfica investe cada vez mais em superproduções e consegue atingir, com rapidez e intensidade, uma enorme quantidade de pessoas, fazendo aflorar suas emoções, quando estão dispostas em frente às telas, integrando fantasia e realidade.

A crítica à impressão de realidade e ao cinema como expressão do real só se desenvolveu a partir dos anos 1990; é sintoma de uma crise que existe no cinema e, de modo geral, na estética e nas linguagens artísticas dominadas pela burguesia. A crítica contempla as formas de produção, valores simbólicos, etc.

Podemos citar Pierre Bourdieu (1997), que analisa a mídia como um campo de disputa por poder e legitimação, em que as forças políticas e econômicas influenciam o conteúdo que chega ao público, subordinando-se aos interesses comerciais; Stuart Hall (2016), traz à baila a discussão acerca da mídia como um espaço de negociação de significados, onde os grupos sociais disputam o poder de definir as representações. Destarte, a mídia e a cultura visual, consoante o mesmo estudioso, não apenas refletem a cultura, mas a molda, criando representações que podem consolidar ou desafiar estereótipos e percepções culturais.

Caracterizamos, assim, o cinema como sendo um fato de linguagem com peculiaridades que lhe conferem significação/sentido em sua composição. A linguagem do cinema agrega outras artes, como

a música e a arte visual. Desenvolve-se aos poucos, embasando-se, no ato de narrar histórias, na utilização da câmera e em seus movimentos, na dimensão restrita ou ampliada da imagem, na montagem das cenas, denunciando, na produção cinematográfica, uma sucessão de seleções e de escolhas.

De tal forma, a produção fílmica é composta por unidades menores – enunciados – que se ligam a outras, harmonizando o discurso fílmico. É importante considerar ainda outros elementos que colaboram para a construção do(s) sentido(s), tais quais: a luz, a câmera, os sons, a composição dos espaços e a disposição das cores. Estes elementos estão imbricados na linguagem cinematográfica para que haja uma conotação específica na produção final da película. Nesse movimento, o filme assume *status* de linguagem fictícia, em que o sujeito consegue encontrar uma realidade imaginária, projetando-se naquilo que vê.

Nesse íterim, destacamos a dialética entre transparência e opacidade. Em relação à primeira, há a tentativa de ocultar o dispositivo cinematográfico, favorecendo o ilusionismo e repassando a aparência de autonomia. Quanto à segunda, ocorre quando o dispositivo é revelado, viabilizando certo distanciamento, bem como a crítica por parte do interlocutor. Sobre a noção de dispositivo, se trata de

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2015, p. 364).

Sendo assim, entendemos a mídia e, de maneira mais específica, o cinema como dispositivo, isto é, um conjunto heterogêneo de táticas e estratégias que fazem com que determinada forma de poder funcione, correspondendo a uma certa necessidade histórica, de um certo momento histórico; é constituído por duas grandes vertentes: linguística (discursos, leis, proposições, etc.) e não linguística (instituições, prédios, etc.), pondo em jogo o cruzamento de relações de poder/saber. O dispositivo “incorpora o dito e o não dito, o dizer e o fazer; constitui uma rede interligando todos esses elementos. Essas redes estão relacionadas ao poder, (re)produzindo saber” (BARROS, 2021, p.57).

Tendo em vista a história do cinema e a composição da linguagem cinematográfica, elegemos a produção *Guardiões da Galáxia vol. 1* (2014) como objeto de análise nesse trabalho. A trama faz parte do Universo Cinematográfico Marvel (UCM) e foi dirigida por James Gunn. O objetivo do trabalho é analisar as relações de poder/saber, tendo em vista os discursos científico-tecnológicos e armamentistas perpassados na trama. A partir da seleção do filme, faremos recortes do todo discursivo, a fim de examinarmos as sequências discursivas. Pautaremos nosso percurso analítico-metodológico na Análise do Discurso, com referência principal aos estudos foucaultianos (2014, 2003, 2012, 2013). Nesse sentido, adotaremos a perspectiva (teórico-metodológica-analítica) arqueológica e genealógica para subsidiar a pesquisa em questão: a primeira procura pelas regras que organizam os discursos, entendendo-os como séries regulares e distintas de acontecimentos; a segunda diz respeito a análise acerca de como o saber emerge não apenas de um campo de possibilidades enunciativas, mas também de um campo de possibilidades associado ao poder.

Atentamos, então, para o entendimento do discurso como acontecimento, no jogo de suas instâncias em contraste com a compreensão de que se deve buscar a origem do dizer. Assim:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2013, p.31).

Foucault direciona seu olhar para a descontinuidade e não-linearidade, isto é, propõe a abordagem dos acontecimentos para além da sequência histórica canônica; englobando, também, o discursivo. Sendo assim, fazer aparecer o espaço em que os acontecimentos discursivos se desenvolvem, não é encerrá-lo em si mesmo, mas descrever livremente, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2013, p.35).

O *corpus* desse estudo, qual seja: *Guardiões da Galáxia vol. 1* é um filme de ação, aventura, comédia e ficção científica estadunidense de 2014, produzido pela Marvel Studios e distribuído pela Walt Disney Studios Motion Pictures, sendo o décimo primeiro filme do Universo

Cinematográfico Marvel. O enredo traz a história de cinco mercenários em uma galáxia distante que se encontram e são impelidos a juntar forças para fugir da prisão e, posteriormente, se veem imersos em aventura cósmica. O personagem principal, Peter Quill, é um sujeito que vive distante da família, pois foi raptado quando criança, por um grupo de saqueadores, que o fizeram parte do bando. Por não aceitar a exploração que sofria desde infante, Peter abandona o grupo e segue como um fora da lei solitário, que almeja ser reconhecido pelo codinome Senhor das Estrelas.

A trama se desenvolve a partir da busca pelo orbi. Um objeto circular que guarda uma das joias do infinito. As pedras são imensamente poderosas, como explica o personagem Tivan, o colecionador (Guardiões da galáxia, vol. 1:05:39):

- Ah, meus novos amigos. Antes da própria criação havia seis singularidades. Então, o universo explodiu dando origem a existência e o que restou desses sistemas foi forjado em gemas concentradas. Joias do Infinito. Essas joias, ao que parece, só podem ser portadas por seres de força extraordinária.

Devido à grande potência, as joias (que foram criadas por Entidades Cósmicas: Morte, Entropia, Infinito e Eternidade) não podem ser manipuladas por seres inferiores, por isso, são colocadas em unidades de contenção; aquele que possuir as seis joias, se torna onipotente e onisciente. Observe o quadro abaixo, onde descrevemos a unidade de contenção e o poder de cada joia:

Quadro 1

COR DA JOIA	UNIDADE DE CONTENÇÃO	ATRIBUTO
Azul – joia do espaço	Tesseract	acesso instantâneo a qualquer local do universo, também usada na criação de armas
Amarela – Joia da mente	Cetro	Manipulação de mentes, desenvolvimento de habilidades especiais e criação de inteligência artificial
Vermelha – Joia da realidade	Manifesta-se como éter	Manipulação da realidade, pode ser absorvida pelo corpo de um anfitrião, garantindo força e capacidades quase ilimitadas
Roxa – Joia do Poder	Orbi	Usada em todo seu potencial, a joia tem o poder de destruir um planeta inteiro

Verde - Joia do Tempo	Olho de Agamoto	Agamoto, o primeiro Mago Supremo, criou a unidade que contém o poder de manipulação do tempo da pedra
Laranja - Joia da Mente	é guardada pelo Caveira Vermelha e que, para conseguí-la, é necessário sacrificar o que se mais ama.	usada em todo seu potencial, tem o poder de criar e controlar todas as formas de vida no universo

Em Guardiões da Galáxia vol. 1, Thanos incube Ronam de encontrar a joia do poder. O intuito do vilão ainda não fora revelado. No início da película, Peter encontra o orbi e tenta negociá-lo com o vendedor, sem saber que se trata de algo muito valioso. Ronan envia Gamora para buscar o objeto; Rocky e Groot tentam capturar Peter para entrega-lo à Tropa Nova, pois, trata-se de um fora da lei com oferta de recompensa. O enredo da trama se desenvolve em torno da joia do poder. Destacamos, com isso, a busca pelo orbi enquanto alegoria da necessidade de detenção do próprio discurso, posto que este “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2003, p.10).

Os personagens, por seu turno, são engendrados em uma rede de relações em que o poder é o cerne, seja para aniquilar o planeta, a galáxia ou para conter o avanço da destruição. Em ambos os casos o controle do discurso (a detenção do orbi) é pungente.

Justificamos a relevância desse trabalho por entendermos se tratar de uma produção que está engendradora no dispositivo midiático/cinematográfico, evidenciando em sua configuração as relações de poder/saber/verdade/subjetivação. Vale considerar, ainda, que a película em questão foi aclamada pela crítica e pelo público, destacando-se as performances do elenco, as sequências de ação, a trilha sonora, os efeitos visuais, a partitura musical e a direção. Foi a terceira maior bilheteria de 2014 com US\$ 773 milhões. Recebeu duas indicações na 87.ª edição do Oscar, concorrendo nas categorias de Melhores Efeitos Visuais e de Melhor Maquiagem. Além disso, entendemos que no cinema há um jogo estratégico e polêmico, trazido ao seio social e naturalizado, sub-repticiamente, a partir do discurso midiático, que corrobora e busca a manutenção de

determinados discursos, como, por exemplo, o armamentista, o científico-tecnológico, da vigilância, dentre outros.

Em suma: As transformações da sociedade a partir da Revolução Industrial trazem em seu bojo o caráter tecnológico, com instrumentos ditos modernos como o telefone, as máquinas para as indústrias, o cinema. Este, por sua vez, paulatinamente, vai ocupando espaço nas artes, na cultura e na economia, ao passo que se instaura como a arte genuinamente burguesa. As nuances da linguagem fílmica transitam na dialética transparência/opacidade, se destacam devido a sua capacidade de captação da atenção do sujeito que consegue projetar-se naquilo que vê. Nesse jogo estratégico, entendemos a mídia, de maneira geral; o cinema de modo específico, como dispositivo de poder. Com isso, consideramos que a película em estudo traz discursos que servem a uma racionalidade neoliberal, com interesses capitalistas de exploração e acúmulo de capital.

PERCURSO TEÓRICO-ANALÍTICO

Foucault (2012, p. 248) traz que o discurso deve ser tratado como “[...] uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Ainda sobre o discurso, o filósofo esclarece a sua relação com o acontecimento e nega a sua relação com a estrutura:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento (FOUCAULT, 2012, p.248).

Entendemos, com isso, que o discurso não se repete na história, pois trata-se de um acontecimento, mas pode ser reatualizado com nova roupagem: outro momento histórico, outro lugar, outras circunstâncias de produção. Nesse sentido, a reatualização consiste na “[...] reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele (FOUCAULT, 2009, p. 284),”. Destarte, os discursos científico-tecnológicos e armamentistas são trazidos, reiteradamente, às telas de cinema sob a

perspectiva hollywoodiana, a partir do contexto discursivo americano. Podemos observar, com isso, que tais discursos se imiscuem à lógica capitalista da lucratividade, da exploração temática com vistas à manutenção do *status quo*, nesse caso específico, estadunidense. Os discursos presentes, reiterados, reatualizados pelo Universo Cinematográfico Marvel (UCM), trazem em seu bojo representações simbólicas de invasões territoriais, guerras, dominação, em uma sociedade em que o soberano tem o direito sobre a vida dos seres; pode fazer viver ou deixar morrer. Vejamos a sequência enunciativa 1.

Sequência Enunciativa 1: Filme Guardiões da galáxia, vol. 1 (00:35:13)



Nessa sequência enunciativa, podemos observar a reatualização do discurso acerca da guerra, com o rompimento de um estado de paz e início de um confronto com armas que provoca um elevado número de mortes. Esse embate ocorre entre Xandar e os Kree. Na imagem, cada “pontinho brilhante” é uma nave ocupada por um ser vivo, que recebe a ordem para permanecerem em posição, mesmo sabendo que serão explodidos. Remetemos, então, ao discurso acerca da obediência hierarquizada (obedecer ao superior), a questão da proteção das “fronteiras” (perder a vida em prol da manutenção dos territórios). Vale destacar, também, o uso de armamentos letais, indiscriminadamente, matando civis, numa tentativa de aniquilar o planeta Xandar.

Atentamos para a sequência enunciativa 2: “Me chamam de terrorista, radical, fanático porque eu obedeço às leis das antigas do

meu povo, Kree e puno os que não o fazem [...] Mil anos de guerra entre nós não serão esquecidos, jamais!” (Filme Guardiões da Galáxia, vol.1, 01:49:25). O discurso do personagem Ronan evidencia o viés destrutivo das ações dos governantes, justificado pela obediência às leis do seu povo, ao patriotismo. Nesse contexto, as guerras, os conflitos são caracterizados como eventos necessários para a manutenção da lei e da ordem. No entanto, esse discurso está ancorado na exploração e no controle da população, em benefício do capital (produção e venda de armas e artefatos bélicos, tomada de reservas naturais e extrativistas), da manutenção do poder. Essa racionalidade faz parte do contexto de domínio e controle sobre os corpos, o saber, numa busca pela ancoragem na perspectiva histórica de continuísmo e/ou retorno de ações de vigilância, controle e punição.

Salientamos, com isso as situações de extremismo, em que há instauração do que Brown (2018, p.212) denomina de cidadania sacrificial, isto é, a ideia de sacrifício dentro da lógica da cidadania, em que os sujeitos morrem em nome do Estado, no caso dos personagens da película em análise, um sacrifício militar, patriótico. Correlacionamos tais acontecimentos aos conflitos políticos e militares em diversos países (EUA, Brasil, Argentina, Chile, Iraque, Israel, dentre outros), principalmente às intervenções norte-americanas em outros territórios, sob o pretexto da manutenção da democracia e da liberdade.

Atualmente, um poderoso aliado da racionalidade neoliberal é o domínio da informação, das redes sociais, das mídias. Nesses espaços formam-se nichos de disseminação de notícias falsas, manchetes sensacionalistas e histórias enganosas que, através do medo e da fragilidade emocional afetam as subjetividades(s) dos sujeitos. Vale esclarecer que a disseminação de informações falsas não é objeto do nosso trabalho. No entanto, entendemos que há uma rede complexa de relações e de práticas discursivas que faz parte da racionalidade neoliberal, que por sua vez, prima pela exploração, pelo acúmulo de capital, pelo controle dos sujeitos, etc. Essas relações e práticas têm sempre uma função estratégica, como uma tática que põe em funcionamento determinadas formas de poder; funcionando na relação de poder/saber.

Ainda sob o viés tecnológico e neoliberal, os projetos armamentistas perpassam o Universo Cinematográfico Marvel, de maneira que o desenvolvimento de artefatos bélicos são uma

constante (Huck, Homem de Ferro, entre outros). A presença de narrativas acerca do conhecimento, da ciência, da tecnologia está atrelada, em grande parte, às ideias e concepções acerca da guerra, do controle, do poder. Em Guardiões da Galáxia vol.1 é possível observar instrumentos que vão desde armaduras, skates voadores, naves espaciais, até mutações genéticas e implantes cibernéticos pelo corpo dos seres, em prol de projetos armamentistas, como é o caso do Rocky, Nebulosa e Gamora. Vejamos a sequência enunciativa 3, em que a personagem Nebulosa diz:

Meu pai queria que Gamora e eu lutássemos uma contra a outra no treinamento. Toda vez, minha irmã prevalecia. Meu pai substituíam um pedaço de mim com máquinas, alegando que ele queria que eu fosse sua igual. Mas ela venceu. Mais uma vez, e de novo e de novo, nunca uma vez se abstendo (Guardiões da Galáxia, vol. 1, 1:59:36).

As derrotas de Nebulosa propiciou a (trans)formação dela em uma arma viva extremamente mortal; as relações parentais/familiares foram exploradas de maneira vil por Thanos e Ronan, visando o desenvolvimento de habilidades de guerra, manuseio de armas e aprimoramento de táticas de luta. Vale lembrar que as irmãs – Nebulosa e Gamora – tiveram seu planeta invadido, seus pais foram mortos e elas sequestradas e impelidas a viverem sob os cuidados de Thanos, que as chama de filhas.

Nesse contexto, salientamos a interpelação dessas personagens pelas Formações Discursivas da família e da violência, o que as caracterizam em suas subjetivações complexas como mulheres guerreiras, mas com posturas distintas: enquanto Nebulosa se apoia em Ronan para buscar uma maneira de se libertar da exploração vil de Thanos; Gamora se alia ao grupo que adiante seria os Guardiões da Galáxia e tensiona a relação com Ronan e Thanos, reagindo e resistindo, lutando contra ambos os vilões.

Outro aspecto a ser trazido à baila é o conhecimento. Entendido como algo produzido a partir de embates de forças, confronto, ele (o conhecimento) “[...] é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. [...] ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento” (FOUCAULT, 2013, p. 25). Nessa esteira, as experiências científicas, a exploração do corpo como objeto

a ser examinado, recortado, amalgamado a favor da elaboração de um conhecimento bélico compõem o discurso científico/tecnológico/armamentista perpassado na trama.

Nesse sentido, é válido observar o sujeito em relação aos jogos de verdade, isto é, aos sistemas de organização de pensamentos que permitem caracteriza-lo, como por exemplo, louco ou delinquente; categorias estas que precisam de várias instituições e saberes para atestarem tais verdades, ou melhor, para validarem um certo tipo de discurso disposto como verdadeiro. Compreendemos, então, o sujeito como efeito de formações discursivas que emergem em meio a um jogo de forças, sempre atualizado a cada nova relação, e não linearmente evolutivo ao longo do tempo. É relevante considerar o sujeito como aquele que se constitui por meio de processos de sujeição e de subjetivação, através da interação com as instituições e com os saberes que o circundam e formulam uma verdade sobre sua condição, interação essa que envolve submissões e resistências a esses jogos de verdade.

Em resumo: as sequências enunciativas selecionadas evidenciam o discurso científico-tecnológico atrelado à projetos armamentistas. Na trama, qual seja, o filme Guardiões da Galáxia vol.1, a produção de conhecimento acontece a partir dos conflitos, sejam internos/subjetivos, sejam externos/objetivos (com experiências empíricas), ambos em prol de projetos armamentistas. A vida é subvalorizada, como podemos observar na análise da sequência enunciativa 2. E, por fim, a guerra, a luta acontece com o objetivo de dominação e manutenção do poder.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto para esse trabalho: analisar as relações de poder/saber, tendo em vista os discursos científico-tecnológicos e armamentistas perpassados na trama, bem como da pergunta que guiou as colocações feitas até aqui, qual seja: qual a possível relação entre a película, o sistema capitalista e a racionalidade neoliberal?, entendemos que as superproduções cinematográficas do UCM, bem como o contexto histórico e as relações de dominação, controle e poder que perpassam a racionalidade neoliberal e o sistema capitalista compõem o desenvolvimento do cinema (da mídia) que faz

um percurso de afirmação dos *blockbusters*, isto é, filmes populares, de grande orçamento, massiva divulgação e gigantescas arrecadações. O cinema, em seu processo de expansão, passa a ser, o que Bernardet (2006) chama de “arte mercadológica”, atendendo as demandas comerciais de lucratividade capitalista e dos jogos estratégicos da racionalidade neoliberal, posto que, se ampara nos parâmetros da exploração temática com vistas à manutenção do *status quo*, nesse caso específico, estadunidense.

Nesse contexto, os discursos pertinentes a guerra, ao combate, a obediência hierarquizada, a ciência e a tecnologia (científico-tecnológico) são reatualizados a partir da relativização da dicotomia vida/morte, direcionados pelos interesses da racionalidade neoliberal e da grande lucratividade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. Os Vingadores: Mobilização dos Discursos da Religião, do Mito, da Tecnologia, da História. *Linguagem e (Dis)curso* - LemD, Tubarão, SC, V. 01, N° 21, 2021, p. 51-69, jan./abril.
- BERDARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Coleção Pequena Biblioteca de Ensaios. Tradução Juliane Bianchi Leão, Zazie Edições, 2018.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Petrópolis: Forense Universitária, 2009. p. 264 - 298.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Ed. Loyola, São Paulo, 2010.
- FOUCAULT, M. Diálogos sobre o poder. In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 247 - 260.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a história da sexualidade*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p.364.

Guardiões da Galáxia (Guardians of the galaxy). Direção: James Gunn. USA: Marvel studio/Walt Disney Studios Motion Pictures, 2014. 2h 01min, colorido.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

CAPÍTULO VII

“SEM SALAS DE AULAS, SEM PROFESSORES”: A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO (2010- 2020)¹

Priscila Céspedes Cupello²

INTRODUÇÃO

Neste artigo almejamos criar uma narrativa crítica acerca da expansão universitária ocorrida no Brasil, entre 2010 e 2020, a fim de refletir sobre novas formas de resistências às políticas públicas educacionais vigentes.³ Para tanto, selecionamos um *corpus documental* heterogêneo para constituir nossa “formação discursiva”⁴, como dados quantitativos divulgados pelo INEP

¹ Este artigo foi publicado em 2024 na revista Educação e Filosofia. Link: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68404/39836>

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora de pós-doutorado com Bolsa FAPERJ Nota10. ProcessoSEI-26/204.479/2021. E-mail:cupello.priscila@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4344464326351632>.

³ Este artigo é fruto da pesquisa de pós-doutorado em Filosofia do PPGLM/UFRJ com apoio da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI E-26/204.479/2021, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Nascimento (PPGLM/UFRJ). Este trabalho também reflete as discussões desenvolvidas no Grupo de Direito do Trabalho no Século XXI (TRAB21) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Carelli e da Profa. Dra. Sayonara Grillo.

⁴ No livro *A Arqueologia do saber*, Foucault afirma que uma “formação discursiva” é constituída por elementos heterogêneos, “alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes”, mas o que faz eles ganharem uma certa unidade é como esses diferentes elementos se relacionam entre si (FOUCAULT, 1972, pp. 65 - p. 74). Um exemplo desta prática nas pesquisas de Foucault é quando ele analisa a instituição escolar e a relaciona com a prisão e hospício, por meio do dispositivo panóptico e outros elementos.

(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), conjuntamente com discursos jornalísticos e fontes jurídicas, tais como: leis, Regulamentos e Portarias. Alinhamo-nos filosoficamente com a perspectiva do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) destacando que “a filosofia tem por marca diagnosticar e não procura mais dizer uma verdade que possa valer para todos e por todas as épocas” (FOUCAULT, 1994, p. 634) e que o papel do intelectual é “precisamente o de mostrar perpetuamente como o que parece evidente em nossa vida cotidiana é de fato arbitrário e frágil, e que podemos sempre nos revoltar” (FOUCAULT, 2019, p. 88). Logo, o diagnóstico foucaultiano não é uma interpretação ou uma revelação, nem mesmo um descobrimento, mas uma criação, uma invenção. Segundo Deleuze, “o método de Foucault sempre se contrapôs aos métodos de interpretação. Jamais interprete, experimente” (1992, p. 109).

Para analisar o tema da educação em contextos neoliberais, faremos algumas aproximações entre o pensamento de Michel Foucault e Pierre Bourdieu (1930-2002) concordando com o posicionamento de Christian Laval, cuja afirmação elucida que “longe de se contradizerem, as análises foucaultianas, bourdieusianas e marxistas podiam se combinar no seio de uma nova cultura crítica, sem, para tanto, se confundirem em uma síntese imprecisa” (2020, p. 31).⁵ Michel Foucault no curso *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) ministrado no *Collège de France* destacou que o neoliberalismo⁶ nasceu

⁵ “Nesse começo de século XXI, uma geração de jovens filósofos, analistas políticos, sociólogos e economistas se radicalizou de maneira nova. Eles se formaram de modo “aberto” e simplesmente aboliram os compartimentos fechados das correntes de pensamento: relendo Marx, mesclando, sem exclusão, as ciências sociais e a filosofia, alimentaram uma cultura crítica, ao mesmo tempo que se alimentaram dela, não se contentando com a exegese dos textos, mas articulando investigação, teorização e, com frequência, ação (LAVAL, 2020, p. 28).

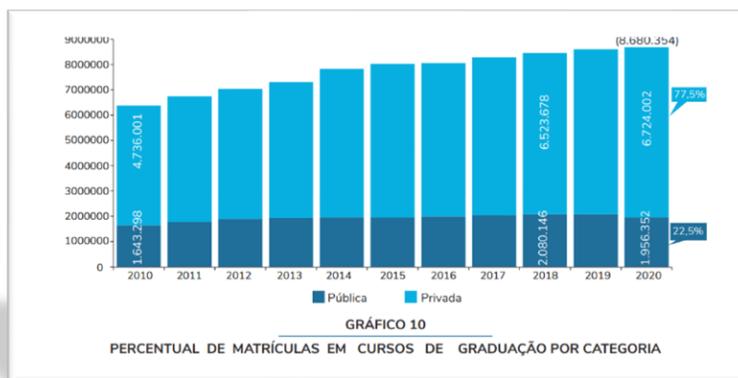
⁶ “A lógica neoliberal se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos, no fim dos anos 1970 e 1980, vestindo o traje da democracia contra o comunismo de Estado. A construção da União Europeia, por outro lado, foi fortemente marcada pela influência do ordoliberalismo alemão, que se apresentava historicamente como doutrina antinazista. De fato, os combates pelo “mercado livre” e pela “democracia” pareceram ser um só, o que a propaganda estadunidense e, mais amplamente, a ocidental martelou durante anos. Hoje, sabemos melhor de qual violência o neoliberalismo é portador, em todas as suas versões, inclusive naquelas mais *soft*” (LAVAL, 2020, p. 285).

de uma crise de governamentalidade⁷, sendo uma reação ao keynesianismo institucionalizado. Este novo governo não buscava mais corrigir as injustiças provocadas pelo capitalismo, diminuir o desemprego e/ou gestar políticas públicas de bem-estar para a população, o seu objetivo estava atrelado a propiciar as bases para o crescimento econômico do país. Acerca deste mesmo contexto, o sociólogo Pierre Bourdieu salientou que o Estado se retirou, “ou está se retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável: a habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos etc” (1998, p. 7).

Nesse cenário, cabe destacar que, apesar do Estado ter sido constantemente “atacado e crescentemente desmontado por meio de imagens de seu caráter burocrático, paralisante, pesadão” é ele que tem sempre assumido os maiores riscos dos novos empreendimentos (MAZZUCATO, 2014, p. 23). No Brasil o projeto de expansão do ensino superior realizado pelas universidades privadas somente foi possível por meio de recursos públicos, como destacou a “Carta de Florianópolis” elaborada pelo Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular (CBESP, 2022), cujas reivindicações incluíam a necessidade de ampliar os financiamentos estudantis, oferecendo mais linhas de crédito para estudantes. Foi justamente o que ocorreu quando o Estado intensificou o financiamento de bolsas de estudos em universidades privadas, arcando com todos os ônus do inadimplemento. Analisando as *notas estatísticas do censo da educação superior* publicado pelo INEP notamos a forte presença das Instituições privadas atuando no Ensino Superior brasileiro. Em 2020, “a rede privada ofertou 95,6% do total de vagas em cursos de

⁷ “Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault, 2004a, pp. 111-112).

graduação com ingresso de 86%”⁸ dos alunos (INEP, 2022, p. 18), por isso torna-se tão importante realizar uma análise crítica da expansão universitária realizada pelos grandes grupos educacionais privados no Brasil. O gráfico abaixo ilustra essa expansão:



Fonte: INEP, 2022, p.20

A expansão educacional adotada no Brasil ocorreu por meio de grandes conglomerados privados educacionais, que criaram diferentes tipos de nomes fantasias, a fim de atender aos mais diferenciados públicos atuando não só no Brasil, mas também em vários outros países com capital aberto na Bolsa de Valores Mobiliários. Atualmente, destacam-se quatro grandes grupos educacionais, são eles: *Cogna* (COGN3) avaliada no mercado em R\$ 10,8 bilhões; *Yduqs* (YDUQ3) – avaliada no mercado em R\$ 9,1 bilhões; *Ser Educacional* (SEER3) avaliada no mercado em R\$ 1,65 Bilhões e *Ânima Educação* (ANIM3), de R\$ 762,78 milhões (VASCONCELOS, Terra, 2020). Só o grupo *Cogna* conta mais de 2,4 milhões de estudantes espalhados por todo o Brasil da Educação Básica ao Ensino Superior, sendo 1 milhão de alunos atendidos diretamente e 1,4 milhão de estudantes por meio das escolas e instituições de ensino parceiras. Já o grupo intitulado *Yduqs* possui mais 20 marcas de ensino entre elas a Estácio

⁸ Utilizaremos neste trabalho os termos “rede privada” e “rede pública”, somente para distinguir o ensino ofertado pela iniciativa privada, no qual os alunos pagam mensalidades ou são bolsistas do ensino ofertado pela iniciativa pública, que é acessível de forma gratuita para todos aqueles que foram aprovados na prova de seleção do vestibular. Essas nomenclaturas são as mesmas utilizadas nos relatórios do INEP.

e Ibmecc⁹ e que conta com 700 mil alunos, segundo o site da instituição. No LinkedIn a empresa afirma ter 1,1 milhão de alunos.¹⁰

Todavia, a escolha política em realizar a expansão universitária no Brasil por meio da financeirização do ensino superior privado teve como uma de suas consequências a transformação da educação em um grande modelo de negócio que chamou a atenção dos grandes *players* educacionais e o seu projeto educacional gerou redução de postos formais de emprego, a heteromação do trabalho e sua consequente precarização (CASILLI, 2019). No próximo tópico, veremos qual é exatamente o projeto educacional em curso no Brasil e porque ele gerou essas consequências.

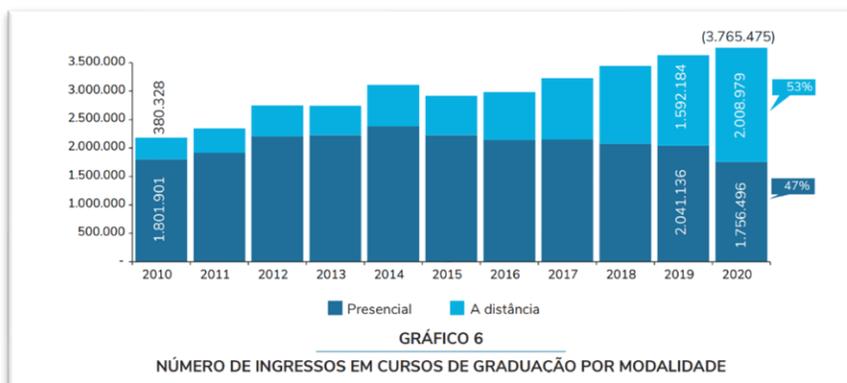
O EAD COMO O GRANDE MODELO DE NEGÓCIO

De acordo com o INEP (2020, p. 2), o Brasil tem como meta para o campo da educação aumentar de 21,3% para 44,5%, o número de alunos entre 18 a 29 anos no Ensino Superior, com a finalidade de alcançar a média de da *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE). Portanto, há uma margem de crescimento esperada para os próximos anos que é estimada que ocorra por meio da modalidade de Ensino a Distância (EAD)¹¹ e realizada pela rede privada de ensino. Nota-se que o EAD expandiu mais o número de alunos nos últimos anos, concomitantemente com a retração do ensino presencial, conforme mostra o gráfico abaixo:

⁹ Estácio, UniToledo, Ibmecc, Damásio Educacional, Clio Damásio, SJT, Facid, UniFanor, UniFBV, UniRuy, Faculdade Marthá Falcão, UniFavip, UniMetrocamp, Facimp, Faci, FAP, FSP, FAPAN, UNIMETA e UNIJIPA (Consultado em: <https://yduqs.gupy.io/>)

¹⁰ Em 2019, a Yduqs comprou o grupo educacional Adtalem Brasil dono da Ibmecc, Wyden e Damasio Educacional por 1,9 bilhões. É importante destacar essa compra pois a um dos fundadores da Ibmecc é o atual ministro da economia Paulo Guedes, que em 2015 vendeu a instituição por 700 milhões para o grupo educacional Adtalem Brasil (REVISTA EXAME, 2019).

¹¹ Chamamos de EAD para o ensino assíncrono que ocorre por meio de uma plataforma de ensino, contendo somente apostilas e videoaulas gravadas e sem a presença da interação professor com aluno de modo síncrono.



Fonte: INEP, 2022, p. 17

Em 2020, foi a primeira vez que tivemos mais alunos ingressos na modalidade EAD do que na presencial. De acordo com o INEP, “o aumento do número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de -13,9%” (2022, p. 17). A crescente adoção da modalidade educativa a distância é um movimento que se alinha ao formato das grandes empresas multinacionais e adentra a vida cotidiana da população por meio de novos produtos tecnológicos. Este fenômeno agrega o uso de *Inteligência Artificial na Educação* (IAE) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Alguns exemplos de aplicação de IAE são a “aprendizagem adaptativa, tutores inteligentes, ferramentas de diagnósticos, sistemas de recomendação, classificação de estilos de aprendizagem, mundos virtuais, gamificação e mineração de dados aplicada à educação” (TAVARES; MEIRA; AMARAL, 2020, p. 48701).

Em 2018, Elizabeth Guedes, a vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e irmã do atual ministro da economia Paulo Guedes, em entrevista publicada em site da ANUP mostrava-se preocupada com a “regulamentação do ensino superior”, pois o projeto de lei 5.414/16 visava proibir que os cursos de saúde fossem ofertados na modalidade EAD. O campo legislativo é um lugar bastante disputado pelos empresários da educação, já que as leis são instrumentos pelos quais tornam-se possíveis estabelecer lutas e traçar estratégias. Os grandes conglomerados educacionais privados organizam-se e relacionam-se com o Estado por meio de associações,

disputando no campo legislativo pela elaboração de leis que atendam aos seus interesses.¹² O debate legislativo assim instaurado é de suma importância para o entendimento dos interesses dos principais grupos que disputam a elaboração das políticas educacionais no Brasil. Deleuze chama atenção, que para Foucault, a lei não é “nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia” (DELEUZE, 1988, p. 40).

De acordo com Foucault, “abordar o estudo do poder em termo de estratégia e de tática, e não em termos jurídicos, implica analisar o poder como uma tecnologia” (FOUCAULT, 1994, p. 229). No Governo Bolsonaro os empresários da educação puderam contar com o apoio do ex-ministro da educação Milton Ribeiro que defendeu mudanças na legislação atual para facilitar a “regulamentação” e “credenciamento” de novos cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a notícia publicada no *Jornal O Globo* (27/05/202).

A modalidade de ensino EAD tem sido o grande carro chefe da expansão universitária no Brasil, justamente, por ser a modalidade com os maiores retornos financeiros devido ao seu baixo custo de implementação. Nos últimos anos verificamos a explosão de disciplinas ofertadas no modelo EAD assíncrono, seja em cursos totalmente EAD ou híbridos. A Portaria 2.117/2019 autorizou que as instituições de ensino superior (IES) pudessem ampliar de 20% para até 40% a carga horária dos cursos presenciais para a modalidade EAD assíncrono. Outra medida muito importante que possibilitou a diminuição da carga horária presencial foi a curricularização das atividades de extensão com Resolução nº 7, de 18/12/2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As instituições de ensino superior precisam contemplar no mínimo 10% da carga horária dos cursos em Atividades Extensionistas. Com base nesta Resolução a

¹² Destaca-se neste contexto a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e outras.

empresa *DreamShaper*¹³ ilustra como as Instituições de Ensino Superior podem economizar 17,5% com o “custo docente”, diminuindo a carga horária do curso presencial de 1200 para 900 horas.



Elaboração da empresa DreamShaper (15/05/2022).

A ampliação da carga horária nos cursos presenciais para a modalidade EAD foi uma grande conquista legislativa dos players educacionais, justamente porque esta é a modalidade de ensino com o melhor custo benefício, uma vez que os custos materiais e de mão de obra são reduzidos quando comparados ao curso presencial. No próximo tópico analisaremos melhor o papel dos docentes neste novo modelo educacional.

¹³ De acordo com o site da empresa “A DreamShaper é uma EdTech especializada em Aprendizagem Baseada em Projeto que apoia Instituições de Ensino em mais de 20 países na implementação de metodologias ativas, por meio da sistematização do trabalho com projetos de forma inovadora, escalável e eficiente (DreamShaper, 2022)

“SEM SALAS DE AULAS, SEM PROFESSORES”: A HETEROMAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Em 29 de Julho de 2021, a *Revista Forbes* publicou a reportagem intitulada “Sem sala de aula, sem professores: como o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá quer revolucionar a educação corporativa”, cujo subtítulo é “Richard Vasconcelos é CEO da Leo Learning, startup que fatura R\$ 30 milhões com cursos sem professores e sem sala de aula”. Esta reportagem é bastante ilustrativa do novo modelo educacional que está em curso no Brasil. Trata-se de uma educação que ou bem exclui do sistema educacional o professor ou, quando ele aparece, é na figura de “Professor-Tutor EAD” – um posto de trabalho heteromizado. Entendemos por heteromação, seguindo a definição de Casilli (2019), o trabalho que se caracteriza pela precarização e diminuição de postos de empregos formais com carteira assinada e direitos trabalhistas plenamente assegurados, como o caso do “Professor-Tutor EAD”, que além de ter uma remuneração menor, está limitado a correção de avaliações e a responder as dúvidas em fóruns que são acessados por meio do AVA, no qual se encontra todo um conjunto de aulas gravadas e apostilas para uma determinada disciplina, ou seja, não possui plena liberdade de cátedra para montar suas aulas.

A expansão do ensino a distância plataformizado que está em curso no Brasil é realizada por meio de disciplinas montadas que são compradas de empresas especializadas, chamadas de “soluções educacionais integradas”, cujo objetivo é a produção de apostilas e vídeos-aulas que alimentam inúmeras universidades. Como é o caso do *Grupo A educação*, que se especializa na comercialização de vídeos-aulas, apostilas, audiobooks, jogos educacionais, laboratórios virtuais de realidade aumentada, disciplinas completamente montadas etc (ALGETEC, 2022). Podemos supor por hipótese, a partir do paradigma da heteromação, como houve o surgimento de inúmeras empresas com o modelo de negócio focado em “soluções educacionais integradas”, por consequência houve também o aumento de contratação de professores para atuarem nessas empresas. No entanto, não temos dados precisos para estimar este aumento, já que as contratações ocorreram por meio de contrato temporário de trabalho, em sua grande parte sem vínculo de emprego formal. Essa flexibilização na forma de contratação e falta de regulamentação da remuneração devida ao docente pelo trabalho

realizado já é um indicativo da sua precarização. Outra hipótese que podemos supor é que uma vez produzido o material necessário para o funcionamento dessas empresas diminui-se a necessidade de abertura de novas vagas de trabalho, já que esse modelo de negócio não gera empregos estáveis.

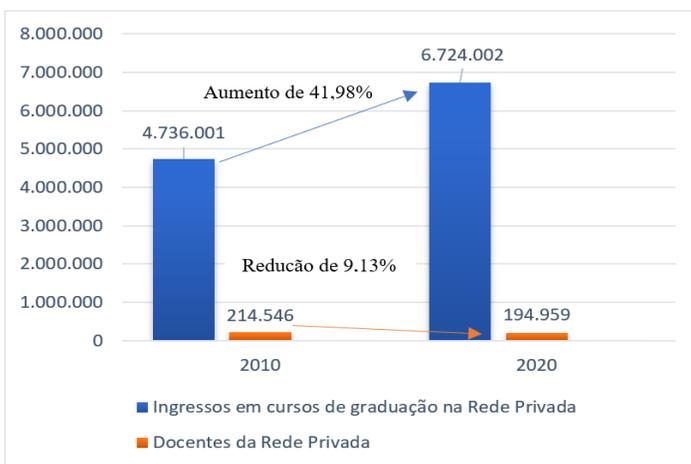
No artigo intitulado *Social media platforms and education*, José van Dijck e Thomas Poell destacam que a arquitetura automatizada de plataformização da educação produzem novas relações, que afetam o comportamento tanto de alunos como de professores, provocando mudanças nas práticas de ensino-aprendizagem. Eles destacam que a massificação da educação, a partir da massificação da padronização do conteúdo e da venda de disciplinas montadas no projeto de dataficação¹⁴ da educação tornou possível a aglomeração cada vez maior de alunos em plataformas educacionais para um número cada vez mais reduzido de docentes (VAN DIJCK & POELL, 2018, p. 8).

O sociólogo Christian Laval no livro *A escola não é uma empresa* destaca os problemas decorrentes venda de produtos educacionais, dos sistemas apostilados, da uniformização das formas e dos conteúdos dos estudos. Segundo o autor, esta educação que acontece na ausência da interação professor e aluno e com foco no mercado de trabalho provoca a perda do espaço escolar como formador de subjetividades críticas (2019, p.117). O novo modelo educacional datafocado e plataformizado produz uma educação apostilada e um formato padronizado que é expandido em escala nacional e internacional e por isso também é mais lucrativo.

Portanto, o diagnóstico crítico apresentado neste trabalho destaca as diferentes formas adotadas pelos empresários da educação para diminuir os seus custos, dentre eles o chamado “custo docente”. Analisando os dados do *Censo da educação superior* divulgados pelo INEP em 2022 pudemos diagnosticar que a expansão universitária promovida pelos grandes *players* educacionais ocorreu concomitantemente com a diminuição dos postos formais de emprego para professores no ensino superior privado brasileiro quando comparado ao ensino público. Conforme gráficos a seguir:

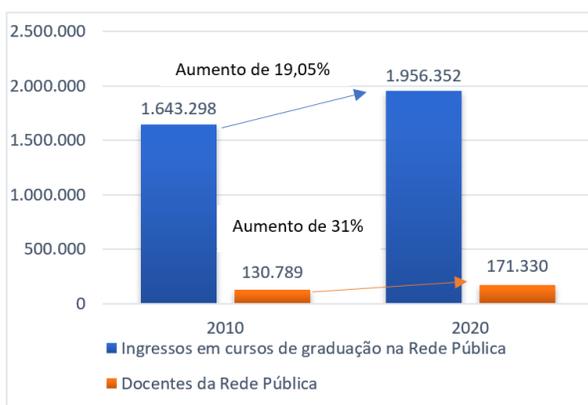
¹⁴ De acordo com André Lemos, “a dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios” (2021, p. 194).

Relação alunos/docentes na rede Privada de Ensino Superior



Fonte: Elaboração nossa a partir dos dados do INEP, 2022, pp. 20-30

Relação alunos/docentes na rede Pública de Ensino superior



Fonte: Elaboração nossa a partir dos dados do INEP, 2022, pp. 20-30

De acordo com os dados do INEP (2022), houve um aumento de 41,98% no número ingressos em cursos de graduação da rede privada concomitantemente com a redução de 9,13% empregos formais docentes. Já a relação aluno por professor na rede privada que era de 22,07 em 2010 foi para 34,49 em 2020. Logo, um aumento de 56,24% na quantidade de alunos por professor. É importante destacar que no ensino superior público, mesmo com menor número de alunos ingressos possui maior expansão proporcional do número de professores universitários quando comparado à rede privada de ensino.

Entre 2010 e 2020, houve um aumento de 19,05% no número de alunos nas universidades públicas e um aumento de 31% no número de professores. Além disso, a relação aluno por professor na rede pública é menor que na particular. Sendo 12,56 em 2010 e indo para 11,42 em 2020. Podemos concluir que a razão aluno por professor da rede privada em 2020 é 3,02 vezes maior do que a rede pública. Se aplicarmos, para os anos de 2010 e 2020, a razão aluno por professor da rede pública para estimar a quantidade de vagas potencialmente não geradas para professores da rede privada encontramos os números de 162.524 e 393.833. Ou seja, em 2020, os números estimados seriam mais do que o dobro das vagas existente atualmente na rede privada no ensino superior.¹⁵

Em 2017, o relatório desenvolvido pela OCDE já destacava que a relação aluno por professor no Brasil era uma das maiores do mundo, sendo 2,5 mais vezes do que a média dos países ricos (16 alunos por professor). O relatório também salientou que a baixa proporção de aluno por professor nas Instituições públicas comparado com a média da OCDE somente para Instituições públicas, que é de 15. No entanto, esse número pode ser explicado pelo fato de que as universidades públicas serem responsáveis por uma parte significativa das pesquisas realizadas no Brasil, portanto, exigindo mais de seus docentes (EDUCATION AT A GLANCE, 2019).

No ensino superior privado os docentes em atuação têm como perfil profissional serem homens com título de mestrado, trabalhando em tempo parcial, enquanto na rede pública também predomina a maioria de homens, mas com título de doutorado e trabalhando em

¹⁵ O cálculo das porcentagens e estatísticas foram realizadas por Priscilla Soares - Contadora (CRC RJ-134338) e estudante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

tempo integral. Podemos perceber que tanto na rede pública e privada há a predominância dos trabalhadores do sexo masculino atuando como professor. Conforme podemos ver abaixo:

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Masculino	Masculino
Idade	39	40
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: INEP, 2022, p. 13

Um dado interessante é que a maioria dos discentes, tanto na modalidade presencial quanto EAD são de mulheres, mas isto não se desdobra em maior quantidade de mulheres ocupando postos de trabalhos formais e com melhores remuneração, ratificando a tese de que não basta somente ter maior escolarização para a obtenção de melhores empregos. Conforme podemos notar:

Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Modalidade de Ensino	
	Presencial	A Distância
Sexo	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada
Grau Acadêmico	Bacharelado	Licenciatura
Turno	Noturno	n.a.
Idade (ingressante)	19	21
Idade (matrícula)	21	26
Idade (concluinte)	23	31

Fonte: INEP, 2022, p. 14

Podemos supor por hipótese, que por já estarem historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, mulheres, negros e indígenas são os grupos mais propensos a atuarem em postos de trabalhos mais precarização, acirrando ainda mais as desigualdades sociais.

No artigo publicado em 2 de Junho de 2022 na revista *Nature* intitulado *Has the ‘great resignation’ hit academia?*¹⁶ Nota-se que a precarização do trabalho universitário também tem atingido os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e outros. A falta de estabilidade, bolsas de pesquisas, valorização profissional e baixos salários estão levando muitos pesquisadores a aumentarem o número da hashtag #leavingacademia ao anunciarem suas demissões do ensino superior. Já aqueles que se mantêm empregados sofrem com a precarização do trabalho. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, o trabalhador empregado vive constantemente com o medo de perder o seu emprego formal e por isso vai aceitando trabalhar cada vez mais horários, acumulando diversas funções e com remunerações cada vez menores.¹⁷ De acordo com Bourdieu:

A precariedade torna possíveis novas estratégias de dominação e exploração, fundadas na chantagem da dispensa, que se exerce hoje sobre toda a hierarquia, nas empresas privadas e mesmo públicas, e que impõe sobre o conjunto do mundo do trabalho, e especialmente nas empresas de produção cultural, uma censura esmagadora, impedindo a mobilização e a reivindicação. A degradação generalizada das condições de trabalho se torna possível ou até mesmo favorecida pelo desemprego, e é porque sabem confusamente disso que tantos franceses se sentem e se dizem solidários a uma luta como a dos desempregados. É por isso que se pode dizer, sem jogar com as palavras, que a mobilização daqueles cuja existência constitui certamente o fator principal da desmobilização é o mais extraordinário estímulo à mobilização, à ruptura com o fatalismo político (BOURDIEU, 1998. p. 78)

Christian Laval destaca que “Bourdieu foi um dos sociólogos mais conscientes de que, com o neoliberalismo, estavam em jogo o destino

¹⁶ Traduzido por “A ‘grande demissão’ atingiu o meio acadêmico?”

¹⁷ “Quando o desemprego, como hoje em muitos países europeus, atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta uma parte muito importante da população, operários, empregados no comércio e na indústria, mas também jornalistas, professores, estudantes, o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios” (BOURDIEU, 1998, pp. 73-74).

da ação coletiva e a capacidade política de uma sociedade manter o controle sobre seu futuro” (LAVAL, 2020, p. 155). No sistema neoliberal, os trabalhadores são submetidos a salários irrisórios e à baixa valorização profissional e podem ser descartados a qualquer momento. Bourdieu destaca que “um dos fundamentos da ordem econômica e social é o desemprego em massa e a ameaça que ele faz pesar sobre todos os que ainda dispõem de um trabalho” (1998, p. 77). De acordo com o autor:

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (é aliás o que lembram a ele, ao primeiro deslize, seus empregadores, e, à primeira greve, os jornalistas e comentaristas de todo gênero) (1998, p. 73)

As vidas são precárias e descartáveis no mundo capitalista e isso provoca um profundo sofrimento psíquico, principalmente, para aqueles que estão excluídos do mundo do trabalho. Bourdieu salienta que “todos os estudos científicos mostraram efetivamente que o desemprego destrói aqueles que atinge, suprime suas defesas e suas disposições subversivas” (1998, p. 77). Na sociedade capitalista ter um emprego é sinônimo de prestígio e diferenciação social e o sujeito precarizado faz de tudo que está ao seu alcance para conseguir um emprego ou se manter nele.

A POLÍTICA “MESOLÓGICA” E O GOVERNO PARA O MERCADO

Segundo Christian Laval, a biopolítica neoliberal não tem por objetivo a intervenção na economia para a geração de emprego, qualidade de vida e justiça social, mas tem como meta manter a “estabilidade dos preços, o equilíbrio da balança de pagamentos, o equilíbrio orçamentário etc” (2020, p. 113).¹⁸ De acordo com Foucault, “no comando, não estão mais os princípios de solidariedade e de

¹⁸ Bourdieu chama atenção para como no neoliberalismo a “mão esquerda do Estado” vai perdendo o seu lugar enquanto provedoras de bens e serviços para o pensamento dominante da “mão direita, obcecada com a questão do equilíbrio financeiro” ignorando o que faz a mão esquerda e a tendo como a gastadora e muito dispendiosas para as “economias orçamentárias” (1998, p. 10).

redistribuição, menos ainda os de igualdade, mas a concorrência. Exclusão de igualdade de oportunidades serão suas palavras de ordem” (FOUCAULT, 2004, p. 207). Logo, a sociedade civil é transformada num grande mercado de trocas, em que é preciso que haja sempre uma mão de obra barata disponível para que possa ser usada de acordo com as novas demandas criadas pelo mercado concorrencial.

Trata-se de uma política social, mas feita *para* e não *contra* o mercado, isto é, ordenada para seu bom funcionamento e com o intuito de regular esse excedente de mão de obra com o pagamento de uma renda de sobrevivência a fim de mantê-la na reserva, em caso de necessidade, não de reduzir o desemprego (LAVAL, 2020, p. 121).

De acordo com Laval, “as análises foucaultianas da governamentalidade, na sequência de suas análises da disciplina e da biopolítica, têm por núcleo a relação *entre o sujeito e seu meio*.” (2020, p. 41). O sujeito que é produzido majoritariamente em uma sociedade neoliberal é o *homo oeconomicus* como aquele que aceita a sociedade concorrencial e tenta se adaptar da melhor maneira possível a um meio cada vez mais hostil e desigual. Ele não se revolta e nem tenta transformar a sua volta, mas maximiza de maneira calculista todas os recursos de que dispõe para uma aumentar os seus ganhos. Segundo Foucault, “o *Homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade” (2004, p. 273).

O sujeito tem liberdade de agir dentro de um jogo muito pouco amplo de opções, ou seja, o sujeito se produz dentro de um meio que lhe oferece algumas poucas possibilidades de existência. Sendo assim, “a análise do neoliberalismo mostra particularmente bem esse jogo da liberdade individual e das condições e limites que lhe são oferecidos e impostos por um meio” (LAVAL, 2020, p. 42). Esta política mesológica, que implica no governo dos homens dentro de um determinado meio é uma nova arte de governar os homens.

De acordo com Christian Laval (2020, p. 227-228), “foi Canguilhem, por meio de sua história do conceito de meio”, que teria inspirado Bourdieu na criação conceitual do “campo”¹⁹ e da noção foucaultiana

¹⁹ “O conceito de campo é um dos mais importantes da sociologia bourdieusiana. Ele designa um microcosmo social que historicamente se autonomizou e possui suas próprias leis de funcionamento, suas próprias questões de luta, seus princípios

de que os sujeitos são efeitos do meio em que estão inseridos, como o louco e o psiquiatra no hospício e/ou o professor e o aluno na escola. É a partir da ideia de que a “ação à distância” produz sujeitos que podemos pensar a criação do *homo oeconomicus* em contextos neoliberais. Tanto para Foucault quanto para Bourdieu, o neoliberalismo representa “uma aceleração da construção política dos homens econômicos”, ou seja, o neoliberalismo funciona por meio de uma política mesológica que produz sujeitos e conduz condutas, uma nova forma de governamentalidade que se sustenta na ética utilitarista (LAVAL, 2020, p. 275).

A gestão da população nesta nova política social neoliberal tem como resultado a produção cada vez maior de uma massa de ociosa, que precisa encontrar alternativas para manter a sua existência. Neste contexto, o empresariamento de si torna-se mais uma das alternativas precarizadas possíveis. Para os grandes *players* educacionais é importante encontrar mão de obra sempre disponível, disposta a trabalhar recebendo cada vez menos e com menos direitos trabalhistas, pois é isto que irá possibilitar o sucesso de seus negócios. Esta lógica que faz aumentar cada vez mais o valor de mercado das empresas, o preço de suas ações e suas possibilidades de prover uma boa remuneração em dividendos para seus acionistas.

Neste contexto, a sociedade é transformada em um grande mercado de trocas generalizada, em que as pessoas se tornam concorrentes, em um meio em que as vagas de emprego estão cada vez mais escassas e por isso o aquele que está empregado está cada vez mais disposto a trabalhar mais, ganhando menos e acumulando funções para não perder o emprego. O que a Wendy Brown (2018) destacaria como o cidadão que se compromete em fazer sacrifícios em nome do desenvolvimento econômico de uma empresa e/ou de seu país. Já que as outras opções que esse cidadão tem é o desempregado e/ou vir a aumentar as estatísticas dos desalentados e/ou se transformar numa pequena empresa, empresariando a si mesmo, ou seja, vendendo suas habilidades no mercado concorrencial que se

legítimos irredutíveis aos princípios de outros campos. Apresentando-se como um conjunto estruturado de posições diferenciadas e excludentes umas das outras, todo campo se caracteriza por sua lógica concorrencial pelo controle do capital específico que o caracteriza — econômico, escolar, científico, político etc. (cf. Bourdieu, 1980a, p. 113 ss. [2019, p. 119 ss.])” (LAVAL, 2020, p. 226).

tornou a sociedade. O cidadão precarizado funciona na mesma lógica do Mercado da Valores Mobiliários, ou seja, ele aceita ganhar menos, como uma ação que está em baixa (valendo menos), mas na expectativa de que no futuro ele venha a conseguir ganhar mais, como uma ação que se valoriza com o tempo (BROWN, 2018). É uma aposta no sacrifício presente em vista de uma esperança de futuro melhor. Esse é o modo de subjetivação que faz funcionar o *homo oeconomicus*.

A precarização do trabalho docente, a heteromação e diminuição de postos de trabalhos formais com direitos trabalhistas garantidos é o que garante o lucro dos grandes grupos empresariais e seus acionistas. E a biopolítica neoliberal de governo da população propicia as bases para uma gestão das vidas de acordo com os interesses do Mercado financeiro, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais, principalmente, para os grupos que historicamente já eram menos desfavorecidos no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado as políticas educacionais querem ampliar cada vez mais o número de alunos entre 18 a 25 anos no ensino superior, a fim de alcançar a média da OCDE, por outro lado a expansão universitária escolhida tem sido por meio das instituições privadas de ensino na modalidade EAD plataformizado, cujo fenômeno tem provocado o esvaziamento de postos de empregos formais para docente, além do surgimento da heteromação do trabalho devido ao impacto do uso de novas tecnologias, surgindo novos tipos de trabalhos com menores remunerações e mais instáveis (CASILLI, 2019). A expansão universitária que está em curso no Brasil tem excluído e/ou precarizado o trabalhador docente enquanto agente participativo da educação, na medida em que o modelo educacional proposto é “sem salas de aulas e sem professores”, conforme afirmou Richard Vasconcelos, o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá.

Mesmo que o EAD tenha alcançado lugares e alunos que antes não conseguiriam se graduar no ensino superior, precisamos colocar um alerta para a qualidade do ensino ofertado, pois de acordo com o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), entre 2015 e 2017, do total de 897 instituições de Ensino Superior que ofertaram graduações na área de Direito, somente 51 faculdades tiveram mais de

50% de aprovação na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou seja, somente uma pequena minoria de instituições aprovou mais da metade de seus alunos no exame, o que pode ser considerado uma boa métrica para medir a qualidade do ensino ofertado. Segundo Brito, a “indústria da formação acadêmica” tem aumentado cada vez mais sua oferta de cursos e alunos. Todavia isto não tem se desdobrado no aumento da qualidade do ensino (BRITO, 2009, p. 82).

A hipótese de trabalho defendida neste artigo é que a escolha política de realizar a expansão do ensino superior por meio da financeirização da educação é muito mais vantajosa para os grandes grupos educacionais privados, que aumentaram os seus lucros e de seus acionistas do que para alunos e professores destas mesmas instituições.²⁰ É importante destacar que o problema não é a tecnologia nem o EAD, mas como ele tem sido usado no Brasil. O que nos interessa é reivindicar a participação de outros setores sociais para a elaboração dos projetos educacionais no Brasil, para que se possa criar um espaço mais inclusivo e democrático. Caso contrário continuaremos restritos ao modelo educacional que somente representa os interesses dos empresários da educação, que vão ditando todas as regras do jogo.

O Estado fez investimentos arriscados financiando a educação superior nos setores privados, mas não recebeu a contrapartida em benefícios sociais, como uma maior geração de emprego, impostos e a melhoria na qualidade de ensino ofertado. Mazzucato defende a tese da implementação de “empréstimos reembolsáveis” “se e quando a empresa tiver lucros acima de determinado limite, deve devolver uma parte do empréstimo/subvenção” (2014, p. 253). Para a autora, “o grande desafio é criar instituições para regular a relação risco-benefício de forma que ela mantenha um crescimento econômico estável e equitativo” (MAZZUCATO, 2014, p. 248).²¹ É preciso que o Estado cobre a conta das empresas que tiveram lucro por meio de seus investimentos. De acordo com Mazzucato:

²⁰ Christian Laval salienta que “quando o capital econômico se torna, assim, princípio de legitimidade da ação política, pode-se falar de dominação simbólica e real da economia no campo político” (LAVAL, 2020, pp. 231-232).

²¹ “Além de empréstimos reembolsáveis, existe a possibilidade de o Estado reter os ganhos nas empresas que apoia. Na verdade, isso ocorre em muitos países como na Finlândia, onde a SITRA, uma de suas agências de financiamento público, reteve os ganhos de investimento nos estágios iniciais da Nokia” (MAZZUCATO, 2014, p. 254).

Se o Estado é tão importante para financiar investimentos de alto risco em inovação, depreende-se que deveria ter um retorno direto pelos investimentos arriscados. Esse retorno pode ser usado para a próxima rodada de inovações, mas também para ajudar a cobrir as perdas inevitáveis em investimentos tão arriscados (MAZZUCATO, 2014, p.250).

Segundo Mazzucato, “assumir riscos tem sido cada vez mais resultado do esforço coletivo – com o Estado desempenhando um papel de liderança no sistema de ‘inovação aberta’ –, enquanto os frutos têm sido distribuídos menos coletivamente” (2014, p. 243). Até agora, a adoção de uma política educacional que visa a sua expansão por meio do ensino superior privado utilizando dinheiro público tem acontecido no Brasil sem que os frutos desse investimento sejam socializados entre as pessoas, seja com geração de empregos e/ou com qualidade de ensino. É preciso que haja maior regulamentação de como serão ofertadas as disciplinas, com o estabelecimento da redução da quantidade de aluno por professor, além de novas legislação trabalhista que consiga dar conta dos novos tipos de empregos gerados, a partir da heteromação do trabalho docente, a fim de assegurar que os profissionais que elaboram apostilas e videoaulas possam receber uma remuneração condizente com o trabalho produzido.

É urgente aumentar os ecos de vozes que chamam atenção para como o governo da população no neoliberalismo tem causado o sofrimento psíquico e precarização das vidas da grande maioria da população, potencializando as desigualdades sociais, principalmente, entre grupos já historicamente desfavorecidos no mercado de trabalho. Sobre esta questão, Foucault destaca que se deve governar com a economia, “deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental” (FOUCAULT, 2004, p. 389).

No texto *Qu’est-ce que la critique?* (1978), Foucault associa a noção de crítica a uma atitude na qual o sujeito se dá o direito de recusar não mais ser constituído desta ou daquela forma e/ou ser governado desta ou daquela maneira.

Eu quero dizer que, nessa grande inquietude em torno da maneira de governar e na pesquisa sobre as maneiras de governar, localiza-se uma questão perpétua que seria: ‘como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios,

em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles'; e se se dá a esse movimento da governamentalização, da sociedade e dos indivíduos ao mesmo tempo, a inserção histórica e a amplitude que creio ter sido a sua, parece que se poderia colocar deste lado o que se chamaria atitude crítica (FOUCAULT, 2015, p. 37).

A atitude crítica é uma insurreição contra os poderes dominantes. A potência do não, implica na luta para não ser governado demais, não por esses meios e para determinados fins (LORENZINI & DAVIDSON, 2015, p. 18). Contudo, Foucault não está a postulando a ideia de que sejamos “totalmente ingovernáveis”, mas trata-se de uma resistência específica que diz *não* a uma determinada forma de governo (BUTLER, 2013, p. 168). Para Butler, a noção de atitude crítica se associa à virtude como uma arte de existir que se propõe a “desafiar a ordem estabelecida”, como uma existência crítica que aponta para um futuro desconhecido (BUTLER, 2013, p. 164).

Portanto, o que não se pode permitir – e para isso há muitas razões para se revoltar – é que política educacional adotada no Brasil seja somente elaborada pelos grandes grupos educacionais privados para a obtenção de lucros e dividendos, enquanto alunos recebem um ensino de má qualidade, professores tem seus empregos precarizados e/ou são excluídos do processo educativo e os investimentos públicos não são socializados para a melhoria das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS

“Elizabeth Guedes, Vice-presidente da ANUP, fala sobre o futuro do EAD nas graduações em Saúde”. ANUP. 05/02/2018. In: <https://anup.org.br/noticias/elizabeth-guedes-vice-presidente-da-anup-fala-sobre-o-futuro-do-ead-nas-graduacoes-em-saude/>

“Ministro da Educação defende menor regulamentação no ensino superior privado: 'MEC se transformou em cartório'”. *Jornal O Globo*, 27/05/2021. In: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/27/ministro-da-educacao-defende-desburocratizacao-no-ensino-superior-privado-mec-se-transformou-em-cartorio.ghtml>

“Yduqs, dona da Estácio, compra grupo dono do Ibmecc por R\$ 1,9 bi”. *Revista Exame*, 21/10/2019 <https://exame.com/negocios/yduqs-dona-da->

estacio-compra-grupo-dono-do-ibmec-por-r-19-bi/. Consultado em 03/05/22.

ALGETEC. Laboratórios virtuais In: <https://www.algetec.com.br/br/laboratoriosvirtuais>. Consultado em 05/06 /2022.

ALVAREZ Luciana, RIGHETTI Sabine e GAMBA, Estêvão. Minoria dos cursos de direito consegue formar a maioria dos seus estudantes. *Folha de São Paulo*. In: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/minoria-dos-cursos-de-direito-consegue-formar-a-maioria-dos-seus-estudantes.shtml>. Consultado em 07/09/2021.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2019. Diretoria de Estatísticas Educacionais. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Ministério da Educação, Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)*. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. *Ministério da Educação*. IN: <HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/EN/WEB/DOU/-/PORTARIA-N-2.117-DE-6-DE-DEZEMBRO-DE-2019-232670913>. Consultado 18/06/2022.

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Ministério da Educação*. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. In: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Consultada em 15/05/2022.

BRITO, Renato de Oliveira. O Ensino Jurídico no Brasil: análise sobre a massificação e o acesso aos cursos de direito. *VIDYA*, v. 28, n. 2, p. 73-87, jul/dez, 2008 - Santa Maria, 2009, pp. 73-87.

BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BUTLER. Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução Gustavo Hessmann Dalaqua. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22, 2013, pp. 160- 179.

CASILLI, Antonio. *En attendant les robots: enquête sur le travail du clic*. Paris: Seuil, 2019.

CASTRO, Mariangela. “Sem sala de aula, sem professores: como o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá quer revolucionar a educação corporativa”. *Revista Forbes*. 29/07/2021. In: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/07/sem-sala-de-aula-sem-professores-como-o-ex-herdeiro-da-universidade-estacio-de-sa-quer-verolucionar-a-educacao-corporativa/>. Consultado em 13/12/2021.

COGNA. In: <http://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-194>. Consultado 21/09/2021.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Deleuze. Rachar as coisas, Rachar as Palavras. In: _____. *Conversações*: São Paulo: Ed. 34, 1992, pp. 105-117.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. CBESP Apresenta 10 propostas para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro. *ABMES*. 07/05/2022. IN: <HTTPS://ABMES.ORG.BR/NOTICIAS/DETALHE/4684/CBESP-APRESENTA-10-PROPOSTAS-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-DO-ENSINO-SUPERIOR-BRASILEIRO>. Consultado em 17/05/2022.

DREAMSHAPER. <https://dreamshaper.com/br/>. Consultado em 15/05/2022.

EDUCATION AT A GLANCE. *A look into different educational systems around Europe*, 20/09/2019. In: [.https://www.csee-etuice.org/en/news/education-policy/3215-education-at-a-glance-2019-a-look-into-different-educational-systems-around-europe](https://www.csee-etuice.org/en/news/education-policy/3215-education-at-a-glance-2019-a-look-into-different-educational-systems-around-europe). Consultado em 07/09/2022.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Lisboa, Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. “Entrevista com Michel Foucault realizada por Farès Sassine em agosto de 1979”. In: *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*, tradução de Lorena Balbino. São Paulo: N-1, 2019.

FOUCAULT, Michel. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. In: _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. 3, pp. 228-236.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris. Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? Suivi de La culture de soi* (1978). Foucault inédit, Philosophie du présent, VRIN, France, 2015

FOUCAULT, Michel. Qui êtes-vous, professeur Foucault? In: _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. 1, pp. 601-620.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*: Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris, Gallimard/ Seuil, 2004a.

GEWIN, Virginia. Has the ‘great resignation’ hit academia?. *Nature*, Vol 606. 2/06/ 2022. In: <https://www.nature.com/articles/d41586-022-01512-6> Consultado em 16/06/2022.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo, Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Editora elefante, São Paulo, 2020.

LEMOS, André. Dataficação da vida. *Civitas*, 21 (2), maio-ago 2021, pp. 193-202.

LORENZINI, Daniele & DAVIDSON, Arnold L. Introduction. IN: FOUCAULT, Michel. *Qu’est-ce que la critique? Suivi de La culture de soi* (1978). Foucault inédit, Philosophie du présent, VRIN, France, 2015.

MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino Jurídico e mudança social*. Franca: Unesp. 2005.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado*. São Paulo, Portfolio-Peguin, 2014.

SINPRORIO. *Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro e Região: Piso salarial do Ensino Superior*: <https://site.sinprorio.org.br/piso-salarial-2020-educacao-superior-apos-termo-aditivo-assinado-em-26-06-2020/>. Consultado em 15/05/2022.

TAVARES, Luis Antonio; MEIRA, Matheus Carvalho & AMARAL, Sergio Ferreira do. Inteligência Artificial na Educação: Survey. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 7, pp. 48699-48714 jul. 2020.

VAN DIJCK, José. & POELL, Thomas. Social media platforms and education. In *The sage handbook of social media*. Edited by Jean Burgess, Alice Marwick & Thomas Poell. London: Sage, 2018, pp. 579-591. In: <https://dare.uva.nl/search?identifier=f9922723-96c4-414c-a0d9-903fd28f2a02>.

VASCONCELLOS, Marcos de. Maior empresa de educação do Brasil tem seu posto ameaçado. *Revista Terra*. 18/09/2020. In: <https://monitordomercado.com.br/noticias/14155-Maior-empresa-de-educacao-do-Brasil-tem-> . Acessado dia 21/09/2021.

CAPÍTULO VIII

“SE VOCÊ NÃO FOR MINHA, TAMBÉM NÃO VAI SER DE MAIS NINGUÉM”: DISCURSO MACHISTA, FEMINICÍDIO E RELAÇÕES DE PODER

Isabel Cristina Cordeiro¹
Josyelle Bonfante Curti²

INTRODUÇÃO: “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, NINGUÉM METE A COLHER”

Historicamente, como pontuam Sousa e Sirelli (2018), “as mulheres sofrem com a naturalização e a perpetuação de uma imagem inferiorizada, assimétrica em relação ao homem, que goza dos privilégios próprios da sociedade patriarcal”. Por efeito, a violência de gênero vem crescendo nos últimos anos no Brasil em todos os seus espaços, tornando-se, além de uma violação aos direitos humanos da mulher, um problema público, que afeta a sociedade de maneira geral e em todas as suas esferas, e suas composições permitem reconhecer que se trata de uma violência culturalmente estruturada, radicada na desigual determinação dos papéis do homem e da mulher.

Tais papéis não se restringem apenas àqueles sociais, aos lugares ocupados por cada um, mas pauta-se, acima de tudo, em questões de poder, de controle, em um cenário que confere ao homem um sentimento de soberania em relação à mulher e, conseqüentemente, a sensação de posse, de arbítrio, de permissão e de privilégio para

¹ Docente associada da Universidade Estadual de Londrina e desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de Linguística Textual/Discursiva e Linguística Cognitiva. Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa Labeste (Laboratório de estudos do Texto); é colaboradora do projeto de extensão Disque Gramática e orientadora no projeto de ensino PFEE/UEL.

² Este capítulo é parte da tese de doutorado de Josyelle Bonfante Curti, defendida em 2024, na Universidade Estadual de Londrina, com o título: “A desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Cordeiro, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.

manusear, manipular, regular, fiscalizar, reprimir, decidir e ordenar a mulher, suas atitudes, seus comportamentos, sua fala, seu corpo e sua existência.

Todo esse contexto instaura uma constatação cruel e difícil de ser encarada: **a mulher está sendo vítima de violência porque é mulher**, o que nos desafia a refletir sobre estarmos combatendo – como sociedade – apenas as consequências e ignorando as causas. Nesse sentido, a língua como fato social torna-se mais um meio de atuação social, de manutenção de algumas tradições e de evidência jurídica, oportunizando-nos situações em que se confirma a noção de que realmente ela funciona para diferentes finalidades, inclusive para legitimar, efetivar e dar continuidade à desigualdade de gênero e à violência como seu desfecho.

A linguagem machista e os dizeres cristalizados foram priorizados neste trabalho porque, dada sua capacidade de nos permitir comunicar, conferir sentidos, interagir, garantir posicionamentos, emitir juízos, externalizar e materializar emoções e valores, é um dos grandes canais pelos quais a maior parte das violências ocorre ou tem início. Legalmente, estão previstos cinco tipos de violência contra a mulher, conforme o Instituto Maria da Penha (IMP, 2023): física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, mas cada um deles tem suas ramificações e cada fase da violência atua como um ciclo, o qual, se não combatido, culmina no assassinato da mulher – sem nos esquecer dos diferentes outros meios de molestamento.

Como podemos testemunhar, diariamente, a agressão ou até o assassinato da mulher estão na extremidade de uma sequência de tantas outras violações e atentados exercidos contra sua vida ou sua dignidade. Costumeiramente, essas violações passam despercebidas, são minimizadas ou trivializadas, pelo pretexto de serem naturais, banais, inocentes, parte da cultura, instinto masculino, galanteio, afinal, “é coisa de casal” ou “que mulher não gosta de ser elogiada, né?”, e esse é o princípio de uma cadeia de desrespeitos que se pospõem.

Ocorre que, porém, na verdade, constituem o que Schwab e Meireles (2017) denominam uma dinâmica caracterizada pela dominação do mais fraco pelo mais forte, tendo por objetivo sempre mostrar que quem manda e tem poder é quem agride. Não porque a mulher se coloca como mais fraca, mas porque a criação do sexo

masculino estabelece o poder nas mãos dos homens e a fragilidade nas mãos das mulheres. Então, se eles não conseguem esse poder naturalmente, acabam utilizando de humilhação, de subjugação ou mesmo de força bruta para obtê-lo. Essa predefinição dos papéis também pode esclarecer por que algumas mulheres perdem sua identidade ou mesmo submetem-se até a morte (“ela gosta de apanhar, se não terminaria com ele”), uma vez que estejam impregnadas da cultura machista de que o homem é o forte e o provedor e a mulher é a frágil e a submissa, devendo permanecer nesse lugar para conservar a dinâmica.

Uma característica marcante da violência doméstica e familiar contra mulheres é o fato de ela ser efetuada maioritariamente por pessoas que mantêm ou mantiveram com elas uma relação de intimidade. Além disso, aspectos sociais e culturais podem influenciar tanto o nível de violência quanto a maneira como as mulheres lidam com essa situação (Brasil, 2018). No mais, na medida em que o feminicídio é cometido puramente em razão do gênero, intensifica-se o caráter primitivo, rudimentar e fútil desse tipo de transgressão.

Não há uma regra que permite identificar, clara e inequivocamente, se o delito foi ou não incitado pelo desprezo à condição feminina. O que se têm são parâmetros, os quais só são percebidos e compreendidos quando os crimes são examinados sob uma perspectiva de gênero (Canal; Alcantara; Machado, 2019).

Os fatores que diferenciam o crime de feminicídio do homicídio de um homem – e, inclusive do homicídio comum de uma mulher – salientam que, pela morte violenta, pretende-se refundar e perpetuar os padrões que, culturalmente, foram atribuídos ao significado de ser mulher: subordinação, fragilidade, sentimentos, delicadeza, feminilidade, etc. Isto significa que o agente feminicida, ou seus atos, reúnem um ou vários padrões culturais arraigados em ideias misóginas de superioridade masculina, de discriminação contra a mulher e de desprezo a ela ou à sua vida. Tais elementos culturais e seu sistema de crenças o levam a crer que tem suficiente poder para determinar a vida e o corpo das mulheres, para castigá-las ou puni-las, e em última instância, para preservar ordens sociais de inferioridade e opressão. Esses mesmos elementos culturais permitem que o agressor se veja fortalecido como homem, através da conduta realizada (OACNUDH; ONU Mulheres, 2014, p. 39).

Diante disso, pontua Sá (2021) que o termo feminicídio encontra sua definição na morte violenta de uma mulher, cuja motivação tenha sido o gênero feminino ou, ainda, o ser mulher. Logo, o cerne dessas

mortes violentas reside na desigualdade de gênero, que, em conjunto com outros fatores que prenunciam o feminicídio, permite compreender que tal expressão da violência é uma espécie de morte evitável. Por isso, se diz que o feminicídio, enquanto fenômeno, pertence a um contínuo de violência de gênero expressa em estupros, torturas, mutilações genitais, infanticídios, violência sexual nos conflitos armados, exploração e escravidão sexual, incesto e abuso sexual dentro e fora da família.

Até 2024, o feminicídio era tipificado como uma qualificadora do homicídio, ou seja, havia circunstâncias no assassinato que aumentavam a pena e tornavam-no crime hediondo. Entretanto, em outubro do referido ano, foi sancionada a Lei 14.994, que torna o feminicídio um crime autônomo, eleva sua pena para de 20 a 40 anos e estabelece outras medidas para prevenir e coibir a violência contra a mulher. Conhecida como “Pacote Antifeminicídio”, a lei ainda aumenta as penas para outros crimes cometidos em contexto de violência contra a mulher, incluindo lesão corporal, injúria, calúnia, difamação, ameaça e descumprimento de medida protetiva, bem como estipula circunstâncias agravantes para o crime de feminicídio, nas quais a pena será aumentada de um terço até a metade: quando o feminicídio é cometido durante a gestação, nos três meses posteriores ao parto ou se a vítima é mãe ou responsável por criança; quando é contra menor de 14 anos, ou maior de 60 anos, ou mulher com deficiência ou doença degenerativa; quando é cometido na presença de pais ou dos filhos da vítima; quando é cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e no caso de emprego de veneno, tortura, emboscada ou arma de uso restrito contra a vítima (Brasil, 2024).

Foucault (2015) envereda pela análise de fatos, de acontecimentos, de grupos sociais, até chegar às pessoas; olha de um outro ângulo e percebe tudo o que ocorre no bojo social; está necessariamente relacionado às relações entre os indivíduos nas mais diversas situações, sejam elas coletivas ou privadas, isto é, essas relações de poder estão presentes em todos os lugares e ninguém escapa delas. Foucault considera que essa manifestação de poder, essa vontade existente nos indivíduos, na sociedade, nas instituições, foi intensificada após a segunda metade do século XX.

Na perspectiva foucaultiana, essa manifestação nunca esteve tão latente como nos últimos 50 anos. Toda essa tensão gira em torno do poder. Isso o fez questionar a natureza do poder, suas manifestações, a constituição dos seus sujeitos e as relações com a economia. Logo, para tratar desse tensionamento, segundo o pensamento de Foucault, é importante analisar a relação de poder como uma ação sobre a ação.

O poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar, de uma forma total ou parcial, mediante um ato jurídico ou um ato fundador de direito – pouco importa, por ora – que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é aquele, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total ou parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política (Foucault, 2018, p. 13-14).

Infelizmente, em meio a esse jogo político entre sujeitos constituintes de uma sociedade, muitas são as formulações e reformulações, principalmente diante das questões voltadas ao gênero. De acordo com Machado (2024, pág. 109), “o preconceito e a hierarquização de um subpapel desempenhado pela mulher e ditado por séculos, ainda persistem” e é muito comum nos depararmos com atos de violência contra a mulher justificados por um suposto direito que o homem pensa ter sobre esse “corpo/sujeito/mulher.”

Essa perspectiva de poder, nos moldes de Foucault, é o alicerce de todo o sistema patriarcal, ditando seus arranjos estruturais, políticos, culturais, ideológicos, convencionais e funcionais. Como reconhece Think Olga (2014), podemos ter avançado em nossas relações interpessoais, com famílias que dividem igualmente o trabalho doméstico e o pagamento das despesas, e ter conquistado o direito amplo ao voto e ao trabalho no espaço público, mas há ainda muitos indicadores que evidenciam o quanto falta conquistar: recebemos salários menores, os homens continuam ocupando níveis hierárquicos de maior prestígio nas empresas privadas, acumulamos trabalho remunerado e não remunerado, ocupamos menos posições de poder político.

Isso se deve ao fato de a sociedade tratar homens e mulheres a partir de uma lógica em que a diferença se converte em desigualdades, as quais mostram a distinção de posições de poder que homens e mulheres ocupam, criando um ciclo que perpetua as divergências de gênero e colaborando para reforçar os papéis de gênero tradicionais.

No entanto, se homens e mulheres podem ser assassinados, se ambos podem ser violentados, ameaçados, agredidos e lesionados, o que levou a sociedade a formular uma lei específica para as mulheres? (Think Olga, 2014)

Para começar, os modelos de gênero estipulam não apenas a maneira como devemos nos vestir e nos comportar, mas também certa norma de sexualidade. Não à toa, a violência de gênero decorre da necessidade de afirmação do poder do homem sobre a mulher, acima de tudo quando ela desvia da conduta tida como ideal para o seu papel social (Think Olga, 2014). Nesse entendimento, é por meio do uso da força que os homens reafirmam seu papel de gênero tradicional, que para eles pode ficar comprometido quando deixam de ser os provedores da casa, quando a expectativas quanto aos papéis é quebrada, especialmente no contexto das relações conjugais e no espaço doméstico.

Para a OACNUDH e a ONU Mulheres (2014), a utilização da categoria de gênero, além de descrever a realidade social e as formas como se dão as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, também deixa transparecer que, embora o *status* ou a situação das mulheres possa variar de uma cultura e de um momento histórico para outro, uma constante permanece: a sujeição das mulheres aos homens. Essa disparidade tem impacto, em particular, na distribuição do poder, no acesso aos recursos materiais e simbólicos e aos serviços, bem como gera violências. Analisando-se essa construção sociocultural, comprova-se que a cultura funda uma ordem para articular a convivência e as relações, oportunizando que estas transcorram dentro das pautas oferecidas, chegando ao ponto de configurar a “normalidade” dessa sociedade. A partir disso, engendra-se uma série de ocupações e de funções para homens e para mulheres, fazendo com que tudo flua dentro da ordem convencionada. De acordo com essa construção, quando se produz um desvio em relação às expectativas por parte das pessoas que estão submetidas ao controle ou à supervisão de outras (por exemplo quando as mulheres questionam e contestam essa ordem autoritária e patriarcal ou quando suas ações não se encaixam no marco do aceitável pelas visões de mundo dominantes), quem tem poder para tanto deve corrigir qualquer distanciamento que se desperte, inclusive por meio de certos graus de violência. Por esse intermédio, a ordem se recupera e a

cultura, com seus valores e suas referências, vê-se fortalecida. A violência contra a mulher, nesse cenário, pode principiar-se como uma forma de resolução dos conflitos (OACNUDH; ONU Mulheres, 2014).

Por isso, a violência contra a mulher é tida como normalizada. Como verificamos, quando ocorre um caso de violência por razões de gênero, ordinariamente, não é feita uma crítica real; antes, tende-se a justificá-lo e a assimilá-lo em torno de duas ideias: se a agressão não causou lesões graves, é reputada como um “conflito de casal” que deve ser resolvido no próprio relacionamento. Quando o caso é mais grave ou leva à morte da mulher, procuram-se justificativas junto ao agressor (álcool, drogas, transtornos psíquicos, alterações emocionais etc.) ou à própria vítima, que às vezes é tachada como “provocadora” da própria reação violenta que pôs fim à sua vida (OACNUDH; ONU Mulheres, 2014).

Canal, Alcantara e Machado (2019) explicitam que as desigualdades de gênero, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais, além de limitarem o acesso das mulheres às mesmas oportunidades dos homens nos campos acadêmicos, profissionais e políticos, também são responsáveis pela idealização, por parte de muitos destes, de um sentimento de posse capaz de torná-las meros objetos sexuais, sob os quais acreditam ter poder e domínio. Por decorrência, essa situação de subserviência, na maioria das vezes agravada por dependências emocionais e financeiras, acaba por ser responsável pelos trágicos episódios de feminicídio, conduzindo à inferência, segundo Segato (2006, tradução nossa), de que o feminicídio, enquanto crime de ódio, tem gênese na infração, por parte das mulheres, das normas de superioridade masculina pautadas na posse e no controle sobre o corpo feminino. Trata-se de crimes de poder, que visam a manutenção e a reprodução deste sobretudo quando a mulher exerce autonomia sobre seu corpo, acede a posições de autoridade, de poder econômico ou político, tradicionalmente ocupadas por homens, ou desafia o delicado equilíbrio assimétrico de gênero.

Nesse sentido, o feminicídio é claramente um crime de poder, cuja dupla função é, simultaneamente, reter/manter e reproduzir o poder masculino. A relevância estratégica da politização dos homicídios de mulheres, portanto, é indubitável, porquanto enfatiza que resultam de um sistema em que o poder e a masculinidade são sinônimos e

impregnam o ambiente social com misoginia: ódio e desprezo contra o corpo feminino e contra atributos associados à feminilidade. Em um ambiente dominado pela instituição patriarcal, atribui-se menos valor à vida das mulheres e há uma maior propensão à justificativa dos crimes que elas sofrem (Segato, 2006, tradução nossa). O feminicídio resta, enfim, como uma violação consumada nos moldes da perversão movida por questões de soberania de gênero e de sua continuação, uma vez que se dá deixando escapar padrões assentados no domínio do homem sobre a mulher.

Disso, depreendemos que não basta ao homem somente restringir a mulher, fazê-la submissa, inferior, invalidada, postergada e marginalizada, mas é preciso também reagir quando ela tenta esquivar-se dessa submissão, ultrapassar os limites, romper as barreiras e os preconceitos, avançar no usufruto dos seus direitos. Se a mulher resiste ou livra-se das amarras, torna-se necessário apertar as rédeas ou mesmo esgotá-las e erradicá-las. Se a mulher se torna livre, é preciso interromper essa liberdade atacando sua vida. Quanto mais a mulher avança em conquistas, mais ela fere o moral do homem e mais ele precisa retaliar e reagir a essas investidas.

“VOCÊ É MINHA E VAI FAZER O QUE EU QUISER”

Como vemos, as mortes violentas de mulheres por razões de gênero são um fenômeno global, e muitas delas são justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família –, seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis. Por isso, pouco se sabe sobre essas mortes, inclusive sobre o número exato de sua ocorrência, mas é possível afirmar que, ano após ano, muitas mulheres morrem em razão de seu gênero, quer dizer, em sucessão da desigualdade de poder que coloca mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade e de risco social nas distintas relações de que participam nos espaços público e privado (Brasil, 2016).

O número de casos de mulheres assassinadas em razão do gênero denota uma realidade de mulheres vítimas de “paixão doentia e patológica, fruto do machismo, da formação cultural e da certeza de impunidade, produzida por uma legislação ineficiente e defasada” (Sabino, 2018, p. 14). Todavia, ainda há outra conjuntura ainda mais

alarmante: a estimativa de mulheres sofrendo algum tipo de violência física, verbal, emocional ou psicológica a cada minuto no Brasil. Enquanto este trabalho é escrito, ao menos uma mulher está sendo submetida a alguma violência ou sendo morta no país por um “ex-alguma coisa” seu, como denomina a autora.

Dados mostram que o Brasil é um dos países que mais mata mulheres no mundo, e é conveniente realçar que o critério de raça/cor faz os dados serem mais preocupantes, pois seguem demonstrando elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no território: entre as vítimas de feminicídio em 2023, 63,6% eram negras, contra e 35,8%, brancas. No total, todas as modalidades de violência contra a mulher cresceram, chegando a: 1.467 feminicídios; 2.797 registros de tentativa de feminicídio; 258.941 registros de agressões decorrentes de violência doméstica; 38.507 registros de violência psicológica; 77.083 registros de *stalking*; e 540.255 novas medidas protetivas de urgência concedidas. Mais da metade (64,3%) das vítimas foi morta em sua residência e por um parceiro íntimo (63%). Em termos de idade, mulheres entre 18 e 44 anos, de modo geral, representam 71,1% das vítimas; em termos de local do crime, a própria casa é o cenário prevalente, com 64,3% de ocorrências; em termos de autoria das mortes, os companheiros das vítimas equivalem a 63%, e, os ex-companheiros, a 21,2%. Igualmente, cresceram os números da violência sexual, como 41.371 registros de importunação sexual, 8.135 registros de assédio sexual e 7.188 registros de divulgação de cena de estupro, de sexo ou de pornografia. Infelizmente, das 83.988 vítimas de estupro (1 a cada 6 minutos), 76% eram vulneráveis, 88,2% eram do sexo feminino e 52,2% eram negras (FBSP, 2024).

O FBSP classifica o ano de 2024 como o detentor do maior número de mulheres mortas por razões de gênero já registrado desde a publicação da Lei 13.104/2015, que tipifica o feminicídio. No entendimento do Fórum, quase 10 anos depois da promulgação dessa lei, a tendência é que, efetivamente, os registros de homicídio de mulheres (demais mortes violentas intencionais, não praticadas em razão de gênero) caiam e os de feminicídio aumentem, possivelmente porque, agora, espera-se que os profissionais do sistema de justiça como um todo, em especial os responsáveis pelo primeiro registro, estejam mais aptos a reconhecer o feminicídio e a diferenciá-lo das

demais formas de homicídio (FBSP, 2024). Esse fato talvez explique o volume de assassinatos de mulher em virtude de gênero de 2015 a 2023: mais de 10,6 mil (APP-Sindicato, 2024), uma média de três feminicídios por dia no país.

A despeito de ser um crime que habitualmente acontece dentro de relações afetivas, a lei prevê, ainda, que o feminicídio pode ocorrer fora do contexto doméstico, desde que por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, nos seus termos. Assim, uma morte em contexto público, ou simplesmente fora de casa, ou com autoria desconhecida, também poderia ser qualificada como feminicídio, desde que a polícia consiga registrar os casos enxergando o feminicídio para além dos eventos associados exclusivamente ao contexto doméstico/familiar/afetivo, visto que o ódio ao gênero não é restrito ao lar, mas está na nossa sociedade como um todo. Exemplo disso é que 35,7% dos feminicídios nacionais decorreram em espaço público ou em outros locais e 2,7% foram cometidos por desconhecidos; familiares e outros conhecidos somam 13,2%. Nessa esteira, casos em que a mulher é morta fora de casa ou por um desconhecido que a ataca por ódio ao gênero também demandam estratégias específicas, que reconheçam a manifestação do feminicídio em distintos contextos, inclusive na violência urbana, ressalta o FBSP (2024).

Seguindo essa perspectiva, o FBSP (2024) alerta para o fato de que, quando falamos que mais de 250 mil mulheres tenham sofrido violência ou que mais de 1.400 tenham sido mortas,

a informação é focada na mulher, isto é, no sujeito que sofreu a violência e que, enquanto tal, pouco ou nada pode fazer para prevenir o comportamento criminoso. Uma construção diferente da mesma ideia, entretanto, pode ajudar a levar nosso olhar para onde a mudança é mais necessária: homens matam mulheres. Homens estupram mulheres. Os números desses crimes são números de homens violentando mulheres. [...] Isso indica que mesmo havendo mulheres matando outras mulheres, a morte violenta deste público é cometida majoritariamente por homens [...] (FBSP, 2024, p. 150-151).

Em face dessa ponderação, podemos afirmar que, na verdade, em 2023, 1.467 homens mataram mulheres; 2.797 homens tentaram matar mulheres; 258.941 homens agrediram mulheres ou cometeram algum tipo de violência doméstica contra mulheres; 38.507 homens cometeram violência psicológica contra mulheres; 77.083 homens

perseguiram mulheres; e 540.255 homens acarretaram a necessidade de concessão de medidas protetivas de urgência para mulheres.

Por fim, a partir da coleta de notícias veiculadas pela imprensa, no primeiro semestre de 2024, o LESFEM, por meio do Monitor de Feminicídios do Brasil (MFB), havia levantado, para o Brasil, 45,1% (905) casos consumados de feminicídio e 54,9% (1102) casos tentados, correspondendo a uma média diária de 4,98 casos consumados e de 6,05 casos tentados. No país, 2.007 homens se sentiram no direito de controlar a vida de mulheres (LESFEM, 2024).

Quando adentramos a alçada da agressão verbal, recorrente nos tipos psicológica e moral de violência, sob o formato de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, insulto, chantagem, ridicularização, distorção de fatos, acusação, emissão de juízos morais, críticas – muitas vezes mentirosas –, xingamentos e desvalorização da vítima (IMP, 2023), os casos são ainda mais abrangentes, recorrentes e banalizados. Comumente, esse tipo de agressão é minimizado, sob o subterfúgio de serem discursos e pensamentos tradicionais que estão apenas sendo repetidos; piadas inofensivas, enunciadas meramente para provocar riso; xavecos, galanteios, um meio de elogiar e enaltecer a mulher.

Todavia, esse tipo de agressão, embora não cause marcas físicas, é deveras nocivo para a mulher, pois afeta sua autoconfiança, reduz sua segurança, ofende sua moral, deturpa seus valores, inferioriza e rebaixa sua existência; ao passo que promove o homem, restringe seus direitos, contesta suas capacidades, escarnece de seu corpo, de sua história, de suas ideologias, de suas habilidades e de seus potenciais, impõe regras de conduta, dentre outros prejuízos de numerosa natureza.

O FBSP (2024) também assume que a violência contra a mulher foi naturalizada na sociedade, sucedendo que os dados divulgados não sejam capazes de exaurir o fenômeno, mas que a quantidade de violência que os registros policiais, os acionamentos da PM e as medidas protetivas conseguem acessar seja somente uma parte dele. Uma parcela da violência, por conseguinte, não entra nas estatísticas oficiais. Por outro lado, embora a medida protetiva tenha se revelado insuficiente para prevenir a violência letal, ela continua sendo um instrumento importante e recorrente na tentativa de prover segurança para as mulheres e para outros públicos vulneráveis.

Todos esses resultados, anos após ano, exprimem como segue inábil e debilitada a pauta do investimento em políticas públicas realmente eficazes no combate à violência contra as mulheres e na punição exemplar contra os criminosos. Com a tendência de aumento e de taxas elevadas, constatamos, também, um incremento nas modalidades de violência e de crimes cometidos contra a vida feminina, o que se desvela desproporcional ao investido em medidas, em acolhimento, em iniciativas e afins.

“SE APANHOU FOI PORQUE MERECEU, ALGUMA COISA ELA FEZ”

Adentrando o funcionamento linguístico da misoginia, a agressão verbal, em específico, é uma das diversas modalidades de comportamento violento, pois advém de pessoas que acreditam ter o privilégio de explorar e de alienar a existência feminina sem nenhuma dor na consciência, enquadrando-se como uma modalidade de assédio sexual. Vale dizer que, até recentemente, essa categoria sequer era reconhecida como tal, mas, sim, equivale a abordagens grosseiras, a ofensas e a propostas inadequadas que constroem, humilham, amedrontam e tentam reduzir as mulheres a um objeto passivo, não reativo. Uma parte significativa desse assédio não envolve contato físico, mas essa agressão está longe de inócua às mulheres, basta observar que muitas delas podam sua própria liberdade e seu direito de escolha, por exemplo, deixando de usar certa roupa ou de cruzar uma rua por medo de sofrer assédio (Think Olga, 2014).

O Instituto Maria da Penha (IMP, 2023) arrola diferentes amostras de agressão verbal rotineiramente sofrida pelas mulheres: “Mulher direita não bebe”, “Se usou essa saia na rua é porque tá pedindo”, “Batom vermelho é coisa de vagabunda” ou “Mulher que transa no primeiro encontro não serve pra casar”. São copiosas as formas desse tipo de violência, no “panorama cultural de uma sociedade patriarcal que legitima, banaliza, promove e silencia diante da violência contra a mulher” (IMP, 2023, *n.p.*), tornando necessário mudar essa mentalidade e combater os estereótipos de gênero para enfrentar e não tolerar mais essas agressões.

Tendo isso em conta, somente em 2022, as ofensas verbais corresponderam a 14,9 milhões dos casos de agressão, sendo que, das formas de violência, a ofensa sexual totalizou 5,4%, enquanto insultos,

humilhações ou xingamentos (ofensa verbal) totalizaram 18,6%. Quanto ao assédio, 46,7% das brasileiras relataram ter sofrido algum de seus formatos, dos quais os mais recorrentes foram: cantadas e comentários desrespeitosos na rua (41,0%, ou 26,3 milhões); cantadas e comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho (18,6%, ou 11,9 milhões); assédios físicos no transporte público (12,8%, ou 8,2 milhões); e abordagens agressivas em festas (11,2%, ou 7,2 milhões). Trata-se dos maiores índices já registrados. No geral, 50.962 mulheres sofreram violência diariamente em 2022, sendo 65,6% delas negras (Bueno *et al.*, 2023).

Recorrentes nos tipos de violência psicológica e moral, sob o formato de ameaça, de constrangimento, de humilhação, de manipulação, de insulto, de chantagem, de ridicularização, de distorção dos fatos, de acusação, de emissão de juízos morais, de críticas – muitas vezes mentirosas –, de xingamentos e de desvalorização da vítima (IMP, 2023), os casos de agressão verbal são ainda mais banalizados, sob o subterfúgio de serem discursos e pensamentos tradicionais que estão apenas sendo repetidos; piadas inofensivas, enunciadas meramente para provocar riso; xavecós, galanteios, um meio de elogiar e de enaltecer a mulher; falácias ditas em um momento de nervosismo e de irracionalidade.

Todavia, esse tipo de agressão, embora não cause marcas físicas, é deveras nocivo para a mulher, pois afeta sua autoconfiança, reduz sua segurança, ofende sua moral, deturpa seus valores, inferioriza e rebaixa sua existência, restringe seus direitos, contesta suas capacidades, escarnece de seu corpo, de sua história, de suas ideologias, de suas habilidades e de seus potenciais, impõe regras de conduta, dentre outros prejuízos de numerosa natureza; ao passo que promove o homem, alça-o a uma posição de juiz das coisas.

Os exemplos de agressão verbal a seguir, retirados de redes sociais, revelam o pensamento machista, misógino e deturpado de boa parte da sociedade brasileira, realçando as relações de poder instauradas entre homens e mulheres.

Figura 1 - Culpabilização da mulher nas mídias sociais

The image shows a vertical list of six social media comments. Each comment includes a profile picture (a grey silhouette), the user's name, the text of the comment, and interaction buttons like 'RESPONDER', 'COMPARTILHAR', and 'DENUNCIAR'. The comments are as follows:

- Lucas Marin**: Quando li FUNK no texto....parei de ler, não precisa explicar mais nada.
- Jairo Gonçalves**: ela tava na rua as 4: da manhã, o pai disse que pediu pra ela parar de andar tarde na rua e ela nada quem sabe agora ela toma vergonha na cara e aprende a ocupar o tempo ocioso com alguma coisa que preste...
- Viviane**: Ela tava procurando isso... Ninguém mandou frequentar baile funk.
- Fábio**: Não podemos desejar mal as pessoas, mas infelizmente ela colheu o que plantou. Agora não adianta ir na delegacia pois os caras já passaram o "Mandrúvã roxo" nela.
- Jonas Casari**: a probabilidade de dela ser estropada saindo de uma missa as 21 hs e ir para casa, seria de 0,09%
- D.lima** (há 2 anos): Claro que nada justifica, mas no baile funk as mulheres ficam mexendo as bundas e provocando. A verdade é que muitos homens entendem isso como presa fácil, especialmente às 4 da manhã e praticamente sozinha... A mãe implorava para ela não ir a esses bailes, mas ela nunca obedecia...
- Benedito Carvalho** (há 3 meses): Estas meninas não tomam o menos cuidado, enchem a cara de cachaça, vão a estas festas, onde querem um território livre, querem a polícia longe, e aí acontece quem culpar quem?, Isto acontece nestas festas chamada RAVES.. Sou absolutamente contra estupros, mas dão muito mole.....

Fonte: Orrico (2015)

Na Figura 1, vemos um compilado de comentários culpabilizando uma mulher vítima de estupro em um portal de notícias on-line. Como observamos, discursos do tipo “Quem sabe agora ela toma vergonha na cara”, “Ela tava procurando isso”, “Ela colheu o que plantou”, “Homens entendem isso como presa fácil” e “Dão muito mole” são orientados no sentido de acharar a vítima e isentar o verdadeiro culpado pelo crime. Os discursos não acusam nem incriminam o

estuprador pela violação, mas acusam e incriminam a mulher por ter gerado múltiplas condições para ser violada.

Tais expressões compelem à ideia de que a mulher impele e promove a violência da qual é vítima, cria a oportunidade para sofrer violência e apenas está arcando com as consequências de seus atos, tendo como cúmplices: a música, o local, o horário, o tempo ocioso, a bebida alcóolica, a dança e a desobediência. O homem, estuprador, não é apontado como motivador do crime, do que também podemos pressupor que música, local, tempo ocioso, bebida alcóolica, tipo de dança e desobediência podem ser agentes causadores de estupro, e não o homem; havendo tais fatores e sobre essas circunstâncias, o homem se exime da culpabilidade e encontra respaldo social e incentivo para seguir cometendo esse tipo de crime.

Lembremos que esses discursos machistas facilmente são manifestados e reproduzidos em nossas interações cotidianas, em conversas triviais com amigos, colegas de trabalho, familiares, desconhecidos, no restaurante, no corredor da escola, no ponto de ônibus, na sala de espera do médico, na fila do supermercado, funcionando como estímulo e como concessão para outras violências e para a morte de mulheres. Em outros termos, a agressão verbal é, ao mesmo tempo, a matriz e a licença para agressões físicas.

Diante disso, cabe indagar: “Por que as mulheres, ainda e constantemente, são culpadas pelas violências que sofrem?”. Primeiramente, como já referimos, existe a tradição histórica, ideológica, cultural e política de que a mulher obrigatoriamente deve obedecer a padrões sociais e cumprir suas funções predeterminadas para ser respeitada, por efeito, todos os comportamentos que fogem a esses critérios operam como autorização e respaldo para que se viole o corpo e os direitos femininos. Essa tradição vige consolidada nos princípios dos homens e das mulheres.

Seguidamente, existe uma lacuna quando o assunto é educação de gênero nas escolas e nos lares, o que perpetua e dá margem para que concepções e ações machistas e segregadoras sigam acontecendo e fortalecendo-se, até porque “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p. 44). Ao contrário, Campos et al. (2017) defendem que existe, por exemplo, uma cultura do estupro, a qual apoia o

estupro a partir do modo como define a sexualidade masculina como naturalmente agressiva e a feminina como passiva, bem como exige das mulheres o comportamento de polidez, de delicadeza e de não confronto.

Como percebemos, à medida que os papéis masculinos e femininos de gênero esculpem o que é pertinente aos homens e às mulheres nos profusos contextos sociais, essas divergências são transmitidas pelos discursos e pelas práticas internalizadas e fortalecidas, por meio de expectativas, de reforços, de disposições, de atitudes e de comportamentos típicos para cada sexo. Tudo isso acaba por orientar o que se espera, o que se permite e o que se proíbe para cada um. Por exemplo: desde cedo, espera-se que os homens sejam fortes, corajosos, agressivos, bem-sucedidos, dominantes, provedores, ao passo que se espera das mulheres serem dóceis, sensíveis, respeitadas, multifuncionais, cuidadoras e repressoras dos instintos agressivos e sexuais, e esse senso permeia o universo de algumas mulheres e homens até os dias atuais, fazendo com que relações de violência sejam banalizadas, aturadas e perdoadas (Schwab; Meireles, 2017). E a sociedade cotidianamente demonstra exemplos dessas distinções e dessas violências, no cotidiano, em todos os espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “ISSO É COISA DE HOMEM”

A mulher é vista como propriedade sexual, intelectual, física e moral do homem, e ele se vê como o senhor que tem controle sobre o corpo e a vida dela, não aceitando que ela possa assumir essa gerência, pois isso representaria perder poder, perder masculinidade. Por efeito, os agressores de mulheres sentem-se autorizados por um pensamento e um discurso coletivos de que a mulher é objeto masculino, de que a mulher pertence ao homem e de que a sua liberdade e a sua autonomia estão sobre o seu mando.

As próprias condições de produção discursivas revelam que o homem permanece se sentindo permitido, a partir de uma convenção socialmente aceita e partilhada, a decidir o que a mulher pode ser, fazer, sentir, pensar ou possuir. Como propriedade masculina, essa mulher não pode libertar-se, decidir por si mesma, emancipar-se, ser autônoma ou ser dona de suas escolhas, de seus desejos, de seus

propósitos, de suas convicções, de seus sentimentos. Como propriedade masculina, essa mulher não tem a permissão de colocar em risco dita jurisdição, pois isso afrouxaria o poder do homem e refrearia sua virilidade. Como proprietário da mulher, esse homem sente-se outorgado a ceifar a vida feminina, caso sinta que sua autoridade está ameaçada ou foi posposta, suplantada.

Os discursos machistas revelam como a desigualdade de gênero tem por sustentáculo a articulação entre o poder e a violência, sendo historicamente legitimada (Alves, 2023) e socialmente difundida em situações tidas por usuais e banais, como relatar a mulher, vítima, como motivadora da própria violência sofrida. Ademais, cabe enfatizar, esses discursos são comumente enunciados em diálogos e em interações cotidianas de infinitas formas, dado que são oriundos de formações ideológicas cristalizadas, que questionam e imputam culpas às mulheres – vista como inferior em todos os aspectos. Por essa razão, não é infrequente depararmos-nos com comentários como “alguma coisa ela faz pra ter apanhado”, “se estivesse na Igreja, nada disso teria acontecido” ou “mas também, com essa roupa, ela pediu”.

A mulher se torna a motivadora do crime pelo qual ela é afligida, seja por provocar ciúmes, por trajar a roupa inadequada no lugar inadequado, por não se portar conforme as normas impostas, por não agir da maneira esperada pelo homem e pela sociedade, por querer retirar-se de um relacionamento malsucedido e/ou abusivo, por desejar dar continuidade à sua vida do modo como ela quer, por não admitir mais ser propriedade, mas, sim, aspirar ser senhora de si, por ser mulher. Seja como, quando ou onde for, a indisciplina resta sendo ‘coisa de mulher’, mesmo quando o homem é quem transgride. Por sua vez, porém, assassinar mulheres resta sendo coisa de homem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliete Miranda. A “vítima é sempre a culpada”. Os discursos sobre o feminicídio na mídia brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 21., 2023, Belém do Pará. **Anais** [...]. Belém do Pará: UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYTtoxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiOTQiO3oiO3M6MTuiaCI7czo>

zMjoiMTI3MTI4N2EzY2QwYmFimWlZyBmMzQyOTk4NGFkNDliO3o%
3D&ID_ATIVIDADE=94. Acesso em: 10 jul. 2023.

APP-Sindicato. **Casos de feminicídio em 2024 aumentam no Paraná e no Brasil em comparação ao ano passado.** 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/casos-de-femicidio-em-2024-aumentam-no-parana-e-no-brasil-em-comparacao-ao-ano-passado/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Diretrizes nacionais feminicídio:** investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, DF: ONU Mulheres; Secretaria de Políticas para Mulheres; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil:** indicadores nacionais e estaduais. Brasília, DF: Senado Federal; Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018. n. 2.

BRASIL. Agência Senado. **Lei que pune feminicídio com até 40 anos de reclusão entra em vigor.** 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/10/lei-que-pune-femicidio-com-ate-40-anos-de-reclusao-entra-em-vigor#:~:text=A%20nova%20lei%20torna%20o,penal%20independente%2C%20com%20pena%20maior..> Acesso em: 15 jan. 2025.

BUENO, Samira *et al.* (orgs.). **Visível e invisível:** a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. São Paulo: FBSP; Datafolha, 2023.

CAMPOS, Carmen Hein de; *et al.* Cultura do estupro ou cultura antiestupro? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 981-1006, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>. Acesso em: 2 jan. 2024.

CANAL, Gabriela Catarina; ALCANTARA, Naiara Sandi Almeida; MACHADO, Isadora Vier. Feminicídio: o gênero de quem mata e de quem morre. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 333-354, jan./jun. 2019.

CURTI, Josyelle Bonfante; CORDEIRO, Isabel Cristina. “O mundo é masculino e assim deve permanecer”. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 65, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v65i00.8673025>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.** São Paulo: FBSP, 2024. Ano 18.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 3. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. v. IV.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade do saber**. 7. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IMP. Instituto Maria da Penha. **Tipos de violência**. 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 9 out. 2023.

LESFEM. Laboratório de Estudos de Femicídios. **Monitor de feminicídios no Brasil: informe feminicídios no Brasil, janeiro - junho de 2024**. 2024. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/wp-content/uploads/2024/07/Informe-Femicídios-no-Brasil-Primeiro-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MACHADO, Rosemeri P. B. **GASPARINO DAMATA: a mulher sob a ótica do homem de modo de vida gay e ambos sob a ditadura**. In Milanez, Nilton; Machado, Rosemeri P.B (Orgs). 50 anos de Gasparino Damata [livro eletrônico]: discursividades em os solteirões. Salvador, BA: LABEDISCO, 2024.

OACNUDH. Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; ONU Mulheres. **Modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres (femicídios/feminicídios)**. 2014. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_femicidio_publicacao.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

ORRICO, Alexandre. **Comentários em notícias sobre estupro mostram como o problema é grave no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/comentarios-em-noticias-sobre-estupro-mostram-como-o-problema-e-grave-no-brasil>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SÁ, Priscilla Placha (coord.). **Dossiê Femicídio: por que aconteceu com ela?** Curitiba: Tribunal de Justiça do Paraná, 2021.

SABINO, Marcelo. **Femicídio**: uma tragédia brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SCHWAB, Beatriz; MEIRELES, Wilza. **Um soco na alma**: relatos e análises sobre violência psicológica. Brasília, DF: Pergunta Fixar Editora, 2017. *E-book* (41 p.).

SEGATO, Rita Laura. **Que és un femicídio**: notas para un debate emergente. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (Série Antropologia, 401).

SOUSA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 326-345, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gXHm78WFWRyz3mkK6qtYMPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2021.

THINK OLGA. **Meu corpo não é seu**: desvendando a violência contra a mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. *E-book* (44 p.).

CAPÍTULO IX

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLAS PÚBLICAS: MULTIMODALIDADE, RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DO SABER

Gildete Cecília Neri Santos Teles¹

INTRODUÇÃO

O ensino de inglês em escolas públicas brasileiras enfrenta desafios relacionados à diversidade social e às práticas pedagógicas. A globalização e as novas tecnologias exigem que os professores repensem suas abordagens para lidar com a variedade de linguagens e a crescente diversidade cultural. Nesse contexto, a multimodalidade se destaca como uma abordagem pedagógica que vai além da simples decodificação linguística, promovendo uma leitura mais complexa do mundo (Kress, 2000).

A multimodalidade envolve o uso de diferentes modos de comunicação, como textos, imagens, vídeos, sons e gestos, para construir significados. Isso requer que os professores introduzam formas de representação que enriqueçam o ensino e desafiem verdades naturalizadas (Menezes de Souza *et al.*, 2019) que perpetuam preconceitos. Assim, trabalhar com textos socialmente diversos permite trazer múltiplas perspectivas, ampliando a compreensão dos alunos sobre o mundo e suas identidades sociais.

Importa entender como a colonialidade impacta o ensino de inglês, pois estabelece hierarquias que favorecem culturas do Norte global em detrimento de outras vozes e epistemologias, perpetuando a subordinação de culturas não ocidentais (Mignolo, 2011; Pennycook, 1998). Nesse sentido, segundo Foucault (2013), saber e poder são indissociáveis, pois o conhecimento não é neutro, mas produto de relações de força que legitimam determinadas verdades e excluem outras. Conforme argumenta Bordin (2014),

¹ Professora no Instituto Federal de Sergipe.

Foucault demonstra que o conhecimento se estrutura historicamente dentro de discursos que refletem e sustentam relações de poder, operando como mecanismos de controle e regulação social.

No contexto do ensino de línguas, isso significa que certas abordagens e epistemologias são privilegiadas enquanto outras são marginalizadas, criando um currículo que pode reforçar ou questionar estruturas hegemônicas. Entender a língua como um espaço de poder é fundamental, afinal, segundo Foucault (1987), a língua é uma ferramenta que pode reforçar ou desafiar estruturas sociais hegemônicas. Se a língua é ensinada apenas como um código, perde-se a oportunidade de promover uma reflexão crítica. Por outro lado, ao ser vista como uma prática social e cultural, o ensino de inglês pode questionar e transformar realidades sociais.

Nesse contexto, o papel do professor é essencial. O planejamento docente que incorpora a multimodalidade pode ser uma forma de agência (Zacchi, 2016), permitindo ao professor adotar uma postura crítica na seleção de materiais que reflitam a diversidade social. Segundo Menezes de Souza *et al.* (2019), essa agência é exercida através de três ações: identificar normas discursivas, interrogar essas normas e as relações de poder, e interromper discursos dominantes, promovendo a inclusão de vozes marginalizadas.

Quando analisamos essa agência à luz da perspectiva foucaultiana, percebemos que ela não se limita a um ato individual do professor, mas insere-se em um contexto de disputas discursivas, em que a construção do conhecimento está sujeita a forças institucionais e históricas. Como aponta Foucault (2013), o discurso não apenas expressa saberes, mas também regula o que pode ou não ser dito e ensinado, definindo quais perspectivas são legitimadas no espaço escolar. Assim, a multimodalidade não é apenas um recurso pedagógico, mas também um meio de questionar regimes de verdade impostos no ensino de inglês.

O uso de textos multimodais, como imagens e vídeos, permite que os professores desafiem discursos excludentes e incentivem os alunos a refletirem criticamente sobre suas posições sociais e culturais. Segundo Canagarajah (2013), o ensino de inglês deve valorizar práticas sociais e culturais diversas, em vez de adotar um modelo monolíngue e homogêneo. Nesse contexto, a educação

linguística crítica (Ferraz, 2018) desempenha um papel fundamental ao desafiar preconceitos e desigualdades, promovendo uma visão mais ampla e inclusiva da sociedade. As escolhas pedagógicas impactam diretamente como os alunos percebem o mundo e suas identidades, tornando essencial o planejamento docente focado na multimodalidade e na agência do professor.

Este estudo autoetnográfico (Smyth, 1992), realizado por uma professora em serviço, baseia-se na sua experiência como docente na 2ª série do ensino médio integral (Teles, 2023) na rede pública estadual de Sergipe. A pesquisa reflete sobre o planejamento de aulas, considerando como o professor constroi sentidos. Ao analisar uma unidade do livro didático *Voices Plus*, aprovado no PNLD 2018 e organizado por Rogério Tílio (2016), o estudo explora como as escolhas pedagógicas são influenciadas por questões de poder e identidade, alinhando-se a uma perspectiva crítica.

Tílio (2016) enfatiza a centralidade do aluno como protagonista da aprendizagem, destacando que o ensino de línguas, como o inglês, oferece acesso a outras culturas e formas de pensar, promovendo uma interação crítica com o mundo. Ele propõe que os conteúdos dialoguem com a realidade dos estudantes e valorizem a diversidade de experiências. Isso se conecta à educação linguística, que, segundo Mastrella-de-Andrade (2018), incentiva uma leitura reflexiva e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, questionando pensamentos autoritários.

A integração de temas contemporâneos, como artes, ciências e novas tecnologias no ensino de inglês, proposta por Tílio (2016), está relacionada à ideia de multiletramentos (Cope; Kalantzis, 2015), que reconhece a diversidade de modos de comunicação no cotidiano dos alunos. Esse enfoque permite ao professor explorar diferentes formas de representação, enriquecendo o ensino da língua e promovendo uma visão crítica e culturalmente consciente. A análise se concentrará no planejamento de uma unidade do livro *Voices Plus*, sobre globalização, e na agência do professor ao escolher e trabalhar com textos que se conectam à realidade social dos alunos. O uso de textos multimodais, como escritos, imagens e vídeos, possibilita uma abordagem crítica e inclusiva, capaz de questionar verdades naturalizadas e ampliar as perspectivas sociais e culturais dos alunos e do professor.

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLAS PÚBLICAS E A DIVERSIDADE SOCIAL

O ensino de inglês nas escolas públicas brasileiras enfrenta desafios relacionados à diversidade social dos alunos, que trazem diferentes identidades culturais, sociais e econômicas para a sala de aula. É essencial que as práticas pedagógicas sejam sensíveis a essa multiplicidade e que o ensino não seja homogêneo ou descontextualizado, mas sim pautado por uma visão crítica e inclusiva que considere a realidade social dos alunos e promova a justiça social (Freire, 2014).

Essa diversidade se reflete nas experiências de vida dos alunos e em suas relações com a língua inglesa. O ensino tradicional, focado apenas na construção linguística, ignora essa diversidade e reproduz práticas excludentes. Foucault (1987) destaca que a língua é um instrumento de poder, e as escolhas pedagógicas podem reforçar ou contestar relações assimétricas. Assim, ignorar os contextos sociais dos alunos pode marginalizá-los.

Além disso, como argumenta Bordin (2014), a produção do conhecimento está imbricada em relações de poder, pois o saber não é apenas um reflexo da realidade, mas um construto discursivo que regula o que pode ou não ser considerado legítimo. No ensino de inglês, isso significa que as práticas pedagógicas não são neutras, mas expressam determinadas ideologias e interesses. Quando a diversidade social dos alunos não é levada em consideração, o currículo pode funcionar como um dispositivo de exclusão, silenciando experiências e epistemologias dissidentes.

A educação linguística, segundo Zacchi (2018), deve repensar o ensino, desenvolvendo habilidades comunicativas e refletindo criticamente sobre relações de poder. Para ser eficaz, deve integrar formas multimodais e identidades sociais diversas, promovendo um ensino inclusivo e relevante (Neri-Santos, 2019). A diversidade nas escolas exige que os professores adotem uma postura crítica, utilizando textos que dialoguem com a realidade dos alunos e desafiem verdades naturalizadas (Zacchi, 2015). Textos multimodais, como os do *Voices Plus*, podem ajudar a ampliar a compreensão sobre globalização, direitos humanos e identidade cultural (Hall, 2006),

transformando o ensino de inglês em uma prática que questiona desigualdades e injustiças sociais.

Para que essa prática pedagógica seja consistente, é fundamental que os professores de inglês invistam em formação continuada que os capacite a lidar com a diversidade social e a incorporar a multimodalidade. Essa formação deve ser vista como um processo contínuo de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e os contextos de ensino (Nascimento; Façanha, 2019). Além disso, a formação precisa ser inclusiva e colaborativa, envolvendo instituições de ensino superior em uma rede de apoio não hierárquica, onde o professor da educação básica atua como um agente ativo na construção de saberes.

Conforme Foucault (2010), o poder opera de maneira capilar, perpassando todas as esferas sociais, inclusive a educação. Dessa forma, a formação docente deve ser entendida não apenas como um processo técnico, mas como um espaço de resistência e contestação, onde os professores podem problematizar e transformar os discursos que moldam o ensino de inglês.

A colaboração entre escolas públicas e instituições de ensino superior é essencial para a formação docente, pois promove um diálogo com a realidade do ensino básico e cria espaços de troca de conhecimentos que beneficiam ambos os lados. Participar de formações continuadas permite que os professores de inglês reflitam criticamente sobre suas práticas e as demandas sociais de seus alunos (Kumaravadivelu, 2006).

Conforme Landulfo (2016), a formação deve se conectar às experiências do contexto escolar, promovendo um diálogo contínuo entre teoria e prática. Assim, a formação continuada se transforma em um espaço de reflexão crítica, onde os professores desenvolvem novas abordagens para a diversidade social em sala de aula com base no material didático. É necessário que os professores adotem uma postura crítica e flexível em relação aos materiais, reconhecendo que a educação intercultural deve refletir a realidade concreta.

A partir da perspectiva foucaultiana, esse processo de reflexão não ocorre de maneira isolada, mas dentro de um campo de disputas discursivas que definem quais saberes são considerados legítimos. Dessa forma, ao desenvolver práticas pedagógicas críticas, os professores não apenas ampliam a inclusão no ensino de inglês, mas

também desafiam estruturas de poder que naturalizam desigualdades e exclusões (Bordin, 2014).

Desse modo, o ensino de inglês em escolas públicas deve valorizar a diversidade social e promover uma educação linguística crítica. Com o uso da multimodalidade e uma abordagem pedagógica inclusiva, o ensino de inglês pode se tornar uma ferramenta poderosa para refletir sobre desigualdades sociais e promover a justiça social no contexto da educação pública.

O TRABALHO COM A MULTIMODALIDADE EM TEXTOS POTENCIALMENTE SENSÍVEIS

A multimodalidade é uma abordagem central na educação contemporânea, reconhecendo a complexidade das formas de comunicação na era digital e globalizada. Segundo Kress (2000), ela utiliza diferentes modos de construção de sentido, como escrita, fala, imagem, som e gestos. No ensino de inglês, essa abordagem permite ao professor diversificar suas práticas pedagógicas, levando em conta as diversas formas de expressão que os alunos já utilizam fora da escola. Ao incluir textos multimodais nas aulas, o professor oferece uma experiência de aprendizado que vai além do texto escrito, abrangendo múltiplos sentidos.

Contudo, como argumenta Foucault (2013), o saber não é uma entidade neutra ou objetiva, mas sim um campo de disputa atravessado por relações de poder. No contexto educacional, isso significa que a seleção de conteúdos e práticas pedagógicas não ocorre de forma aleatória, mas está diretamente vinculada a regimes discursivos que determinam quais formas de conhecimento são legitimadas e quais são marginalizadas (Bordin, 2014). Assim, ao optar por uma abordagem multimodal, o professor não apenas amplia as possibilidades de construção de significados, mas também desafia o monopólio da comunicação verbal como única forma legítima de produção de conhecimento. Esse movimento, por sua vez, desestabiliza hierarquias tradicionais e abre espaço para epistemologias plurais.

O livro didático *Voices Plus*, utilizado nas escolas públicas de ensino médio e aprovado no PNLD 2018, exemplifica a aplicação da multimodalidade em sala de aula. A primeira unidade do volume dois,

intitulada *Globalization*, apresenta imagens que estimulam a reflexão crítica dos alunos sobre diferentes aspectos da globalização. A seção inicial, chamada *Contextualization*, introduz e contextualiza o tema, focando no desenvolvimento dos letramentos visual e crítico.

As duas primeiras páginas da unidade apresentam catorze imagens relacionadas ao tema da globalização – nesta discussão, focaremos em oito delas. A seção sugere que os alunos realizem uma tempestade de palavras associadas ao conceito de globalização. Ao apresentar as imagens antes dessa atividade, os autores visam ampliar a compreensão dos alunos sobre globalização, incluindo não apenas questões econômicas, mas também sociais, culturais e científicas (Tílio, 2016 – manual do professor).

Na segunda questão do material, os alunos são convidados a relacionar as imagens a diversos aspectos da globalização, como consumismo, imperialismo cultural, problemas ambientais, moda, aldeia global, saúde, direitos humanos, internet, mercado de trabalho, migração, fábricas exploratórias e tecnologia. Essas imagens funcionam como textos multimodais, servindo como ponto de partida para discussões sobre as implicações sociais, culturais e econômicas da globalização, conectando-se à realidade dos alunos.

Sob a ótica foucaultiana, a análise dessas imagens permite que os alunos percebam a globalização não como um fenômeno neutro, mas como um processo discursivo que legitima certos discursos enquanto silencia outros. Segundo Foucault (2013), o discurso não apenas reflete a realidade, mas a constitui, regulando os modos pelos quais o conhecimento é produzido e disseminado. Assim, ao interrogar criticamente essas representações, os estudantes são incentivados a problematizar as relações de poder que estruturam o mundo globalizado.

Ao introduzir esses textos, os professores podem decolonizar as práticas pedagógicas, desafiando a hegemonia do conhecimento ocidental. Mignolo (2010) destaca que a decolonialidade representa uma desobediência epistêmica que contesta a superioridade do saber ocidental, que ainda domina o imaginário social e o currículo educacional.

Como exemplo, uma das imagens do livro mostra uma mulher em uma fábrica de confecções, refletindo as condições de trabalho precárias e análogas à escravidão ainda presentes em muitos

contextos globais. Essa representação visual permite ao professor abordar o conceito de *sweatshops* — locais de trabalho com condições inaceitáveis e mal remuneradas — e discutir como a globalização, embora promova a integração econômica, também perpetua desigualdades e exploração (Zacchi, 2016).

Essa abordagem se alinha à noção foucaultiana de biopolítica, que descreve como o poder regula corpos e populações, controlando subjetividades por meio de discursos naturalizados (Foucault, 2015). No contexto do trabalho precarizado, discursos que normalizam a exploração laboral são reforçados por narrativas neoliberais que priorizam o crescimento econômico em detrimento dos direitos humanos. Ao explorar essas imagens, o professor encoraja os alunos a não apenas descrever o que veem, mas a questionar as realidades sociais que elas representam, promovendo um letramento crítico que investiga as estruturas de poder subjacentes a esses processos (Foucault, 1987).

Esse exercício dialógico se torna um ato político, pois desafia o que Foucault (2013) chama de “regimes de verdade”, ou seja, as formas institucionalizadas de conhecimento que determinam o que pode ser considerado verdadeiro e legítimo. Assim, a análise da multimodalidade permite que os estudantes reconheçam como certas narrativas globais — como a do progresso econômico — podem mascarar desigualdades estruturais.

Figura 1 – Mulher em uma fábrica de confecções



Fonte: Tílio (2016, p. 8)

A partir das discussões sobre globalização e fábricas exploradoras, a imagem permite inferências relacionadas ao consumismo, uma vez que a indústria têxtil promove o consumo de

moda. Também se relaciona com a migração, ao reconhecer a nacionalidade latina das mulheres retratadas, e com os direitos humanos, devido ao desrespeito a esses direitos universais nas condições de trabalho análogas à escravidão, que incluem jornadas exaustivas que comprometem a vida e a dignidade dos trabalhadores. Isso reflete uma agenda neoliberal que prioriza o lucro, transformando tudo em mercadoria e celebrando o mercado (Teles, 2023).

Reconhecendo que os estímulos multimodais fazem parte da realidade dos alunos, pode-se complementar a discussão com um vídeo em que Wagner Moura, ator brasileiro e Embaixador da Boa Vontade da OIT², entrevista trabalhadores resgatados da escravidão em 2017. No vídeo, ele compartilha sua infância em Rodelas, Bahia, onde testemunhou a normalização de situações de trabalho não remunerado. Os trabalhadores entrevistados descrevem seu resgate, frequentemente acompanhados por resistência devido ao desconhecimento da situação e medo de perder o emprego. O vídeo provoca uma reflexão sobre as noções de certo e errado, tornando essas categorias mais flexíveis.

A depender do rumo do debate com os estudantes a partir das imagens e do vídeo, pode haver relação com situações próximas aos alunos ou até mesmo outros textos multimodais, pois segundo Zacchi (2015), o conhecimento é construído de forma dinâmica e cotidiana, a partir de diversas fontes e métodos. Essa perspectiva difere da visão de que o professor transmite um conhecimento fixo aos alunos, que o assimilam por meio do desenvolvimento de habilidades. Reconhecer a construção do conhecimento implica considerar as experiências e saberes prévios dos alunos, em vez de focar apenas no conteúdo a ser ensinado.

Essas escolhas ressaltam a importância do papel do professor em preparar os alunos para situações novas e incertas (Brasil, 2006). Em uma reportagem da OIT relacionada ao vídeo de 2017, observa-se que um dos entrevistados estava cursando engenharia civil, enquanto outro, após ser recolocado no mercado de trabalho, não apresentava mais dores nas costas devido ao trabalho braçal e havia feito um curso de mecanização agrícola.

² A OIT, ou Organização Internacional do Trabalho, é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao final do vídeo, Wagner Moura enfatiza a importância de acompanhar as votações que envolvem o Poder Legislativo brasileiro, mencionando a campanha *50 For Freedom*, que visa a ratificação do Protocolo da OIT sobre Trabalho Forçado por pelo menos 50 países, garantindo a proteção e reabilitação de trabalhadores resgatados da escravidão. Isso permite ao professor apresentar notícias relacionadas ao tema, como uma do portal *The Guardian* (Figura 2), de 12 de fevereiro de 2021, sobre marcas populares como Mars, Nestlé e Hershey enfrentando um processo por escravidão infantil nos EUA.

Figura 2 – Notícia do portal *The Guardian*



Fonte: <https://www.theguardian.com/global-development/2021/feb/12/mars-nestle-and-hershey-to-face-landmark-child-slavery-lawsuit-in-us>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

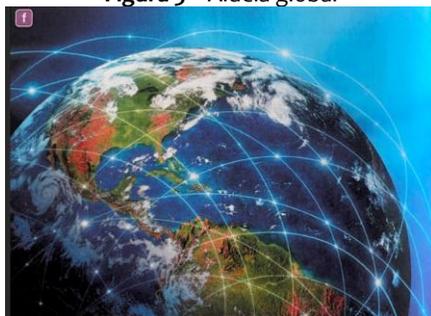
A reportagem do *The Guardian* sobre o uso de mão de obra infantil em grandes empresas oferece oportunidades para uma análise crítica. A notícia inclui um texto visual que permite explorar coletivamente a construção de sentido, como ao identificar a árvore de cacau e, de forma desfocada, as pernas de uma criança usando uma bota, sugerindo sua associação com atividades laborais.

O conhecimento sobre direitos e o exercício da cidadania são papéis sociais tanto do professor quanto do aluno, tornando essa discussão relevante, especialmente à luz da extinção do Ministério do Trabalho pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019. Esse ministério, criado em 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, tinha como uma de suas funções a fiscalização das relações trabalhistas, incluindo investigações sobre trabalho escravo e infantil.

O debate sobre o encerramento do Ministério do Trabalho, restituído em 28 de julho de 2021³, como Ministério do Trabalho e Previdência, e posteriormente renomeado como Ministério do Trabalho e Emprego em 1 de janeiro de 2023⁴, ressalta a necessidade da agência do professor na educação básica (Gallo, 2002). Essa agência é vista como um ato de resistência dentro de um contexto micropolítico, permitindo que os professores escolham ferramentas pedagógicas que atendam às necessidades e experiências dos alunos, rompendo silêncios e promovendo a transformação social.

Uma das imagens do material didático representa a aldeia global – *global village* –, sugerindo como a tecnologia e a internet conectam pessoas ao redor do mundo. No entanto, essa conectividade não é sempre inclusiva. O professor pode usar a imagem para discutir o acesso desigual à tecnologia, algo que muitos alunos podem vivenciar devido à falta de dispositivos ou internet. Essa discussão sobre tecnologia e globalização desafia os alunos a refletirem sobre os impactos desiguais da globalização em diferentes grupos, destacando as contradições entre inclusão e exclusão no mundo digital (Monte Mór, 2017).

Figura 3 – Aldeia global



Fonte: Tílio (2016, p. 8)

³ Importa contextualizar historicamente o leitor quanto à decisão da recriação do Ministério pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid19, momento em que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid vinha causando desgastes ao governo. Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/28/bolsonaro-recria-o-ministerio-do-trabalho-e-nomeia-onyx-lorenzoni-titular-da-pasta.ghtml>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

⁴ O momento tinha o presidente Luís Inácio Lula da Silva como Chefe de Estado.

A multimodalidade vai além de ser apenas uma ferramenta didática; ela permite ao professor transformar suas aulas em espaços de crítica e reflexão social. A seleção de imagens, vídeos e textos multimodais pode atuar como um dispositivo de resistência, rompendo com a lógica tradicional da escola como espaço de reprodução de saberes normativos (Bordin, 2014). Como argumenta Foucault (2010), o poder circula de maneira difusa, sendo reproduzido e contestado em diversas instâncias, inclusive na prática pedagógica. Dessa forma, ao adotar uma postura crítica em relação às representações multimodais, o professor não apenas ensina inglês, mas também instrumentaliza os alunos para desafiar discursos dominantes.

Ao adotar uma postura crítica em relação às representações multimodais, o docente exerce sua agência ao *identificar, interrogar e interromper* discursos dominantes que perpetuam desigualdades sociais (Menezes de Souza et al., 2019). Assim, o professor não só ensina inglês, mas também ajuda os alunos a desenvolver uma compreensão mais crítica de suas realidades.

Trabalhar com multimodalidade no ensino de inglês também possibilita que os alunos explorem suas identidades e experiências em relação aos temas discutidos. Ao explorar imagens que abordam aspectos da globalização, como migração, direitos humanos e problemas ambientais, o professor cria oportunidades para que os alunos conectem o conteúdo às suas vivências pessoais.

Segundo Foucault (2015), a constituição do sujeito ocorre dentro de dispositivos discursivos que regulam identidades e formas de existência. Ao permitir que os alunos relacionem os temas discutidos com suas próprias realidades, o ensino multimodal se torna um espaço de subjetivação, no qual os estudantes podem se posicionar criticamente frente às narrativas globais que afetam suas vidas. Isso reforça a ideia de que o ensino de inglês deve estar ligado às realidades sociais e culturais dos alunos, promovendo discussões que ampliem suas perspectivas sobre o mundo e sua posição nele (Canagarajah, 2013).

Além das imagens já mencionadas, o livro *Voices Plus* apresenta outros exemplos que incentivam discussões críticas sobre temas sociais. Uma outra imagem do livro mostra um globo terrestre coberto pela bandeira dos Estados Unidos – EUA (Figura 4), simbolizando o

impacto do imperialismo cultural e a americanização. Essa representação visual permite ao professor promover debates sobre a hegemonia cultural americana na globalização, questionando como a predominância de uma única cultura pode marginalizar outras identidades. A imagem pode ser utilizada para discutir os impactos culturais, econômicos e políticos dessa influência, levando os alunos a refletirem sobre como práticas globais frequentemente beneficiam certas nações em detrimento de outras (Canagarajah, 2013).

Figura 4 – Globo terrestre coberto pela bandeira dos EUA



Fonte: Tílio (2016, p. 8)

Além da representação visual, é importante analisar como a americanização afeta a vida cotidiana em várias sociedades, muitas vezes prejudicando suas culturas locais. A difusão de produtos culturais, como filmes, músicas e modas americanas, não só molda preferências e comportamentos, mas também impõe uma narrativa que minimiza outras tradições e práticas culturais. Essa imposição cultural gera uma homogeneização que desvaloriza identidades locais (Hall, 2006) e pode levar à erosão de valores e costumes que sustentam a diversidade cultural.

A multimodalidade pode ser utilizada no ensino por meio de filmes e desenhos animados, criando um ambiente crítico em que os alunos analisam como símbolos culturais moldam identidades e perpetuam discursos hegemônicos. O filme “Capitão América” e o desenho animado “Pica-Pau” são exemplos de como a americanização e o imperialismo cultural promovem valores como liberdade e individualismo, utilizando as cores da bandeira dos EUA.

Ambos personagens, vestidos com cores patrióticas, servem como propaganda sutil do “sonho americano”. O “Capitão América” simboliza a defesa dos EUA como líderes do mundo livre, enquanto

“Pica-Pau” reflete o individualismo e a superioridade cultural. Esses produtos midiáticos podem ser usados para promover uma discussão crítica sobre como a cultura americana é disseminada globalmente e como essas representações reforçam a hegemonia cultural.

A análise desses dois gêneros, tanto o filme quanto o desenho animado, oferece uma reflexão sobre o poder das mídias visuais na propagação de ideologias e como essas narrativas influenciam percepções de identidade e cultura globalmente. A discussão sobre o imperialismo cultural deve incluir uma crítica às narrativas americanas, frequentemente apresentadas como universais, que justificam intervenções políticas e econômicas, perpetuando um ciclo de dependência e submissão. Essa abordagem pode estimular os estudantes a refletirem sobre o impacto dessa influência em suas identidades e no mundo, questionando se a aceitação dessas normas culturais é um avanço ou uma forma disfarçada de dominação – ou uma outra opção não cogitada até então.

Em sequência, o livro traz uma imagem significativa que retrata uma mulher negra vestindo roupas tradicionais orientais e um turbante (Figura 5), promovendo reflexões sobre a interseccionalidade (Akotirene, 2019) entre raça, cultura e identidade. Essa representação possibilita discussões sobre a pluralidade cultural em diferentes regiões do mundo e como as identidades se entrelaçam e se constroem em diversos contextos sociais. Ao trabalhar com essa imagem, o professor pode estimular os alunos a questionar estereótipos e preconceitos associados à identidade racial e cultural, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva das diferenças.

Figura 5 – Mulher negra usando vestimentas tradicionais orientais e um turbante



Fonte: Tílio (2016, p. 9)

Os binarismos das categorias ocidentais, como homem/mulher e branco/negro, são apresentados como naturais, justificando violências associadas a raça e gênero (Akotirene, 2019). A interseccionalidade, segundo Crenshaw (2004), oferece uma abordagem para incluir debates de raça nas questões de gênero e vice-versa, identificando discriminações nas identidades expostas. A figura 5 permite uma análise sobre a apropriação cultural e suas implicações sociais, desafiando a noção de autenticidade e questionando quem tem o direito de representar identidades diversas.

Enquanto a interseccionalidade revela a complexidade das experiências individuais, também enfatiza a importância de discutir resistência cultural e a agência de grupos marginalizados. Através dessa imagem, os alunos podem explorar como estereótipos na mídia distorcem as realidades desses grupos, levando à hipersexualização e/ou exotização. Essa reflexão promove uma discussão sobre a necessidade de representações justas e precisas nas narrativas culturais contemporâneas, reconhecendo a riqueza das experiências interligadas.

No entanto, um dos desafios da interseccionalidade é que ela revela diferenças dentro da diferença, abordando questões de direitos (ou a falta deles). Ao apresentar uma imagem de uma manifestação onde jovens seguram uma faixa com a frase “*Love is a human right*” (Figura 6), o livro permite discussões sobre direitos humanos e as diversas formas de ativismo social contemporâneo. O professor pode usar essa imagem para explorar as lutas por igualdade e os movimentos sociais que buscam justiça e equidade para grupos historicamente marginalizados. Assim, a multimodalidade não apenas representa realidades visuais, mas também instiga os alunos a refletirem criticamente sobre a importância dos direitos civis e das lutas sociais em um mundo globalizado.

A figura 6 serve como um ponto de partida para discutir a universalidade dos direitos humanos e os diferentes contextos das lutas por igualdade. Essa representação destaca a urgência das demandas por equidade e questiona como os direitos humanos são frequentemente negociados e reinterpretados em várias partes do mundo. Ao abordar essa imagem, os alunos podem investigar como políticas locais e globais moldam as realidades de grupos marginalizados, promovendo discussões sobre o papel das alianças

internacionais e do ativismo digital nas mudanças sociais, em relação à ideia de tecnologia proposta pelo livro.

Figura 6 – Faixa com os dizeres “Love is a human right”

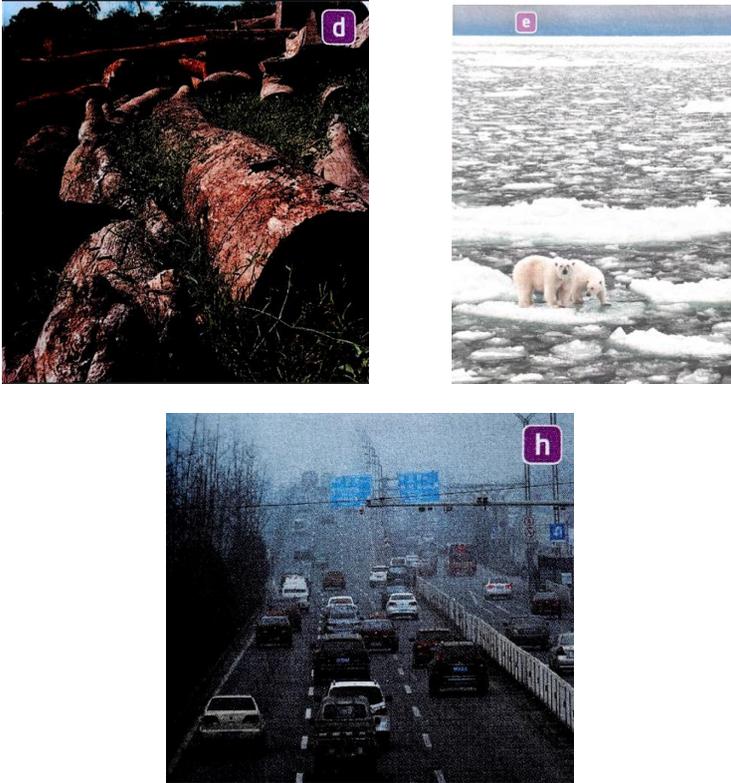


Fonte: Tílio (2016, p. 8)

Além disso, é importante considerar a interseção entre direitos humanos e movimentos ambientais, que se entrelaçam na luta contra exploração e injustiça. Assim, a imagem não é apenas um símbolo de resistência, mas também um convite à reflexão sobre a responsabilidade coletiva de garantir que os direitos fundamentais sejam acessíveis a todos, independentemente de suas origens culturais ou sociais.

A Figura 7 reúne três imagens com problemas ambientais, como desmatamento, derretimento de geleiras e poluição urbana, criando uma narrativa crítica sobre o impacto das atividades humanas no meio ambiente. Esta figura destaca a interconexão dos ecossistemas globais, mostrando como o desmatamento contribui para o aquecimento global e as geleiras derretendo aumentam o nível do mar, desestabilizando comunidades costeiras. A combinação dessas cenas promove uma reflexão sobre a interdependência desses fenômenos, que fazem parte de uma cadeia contínua de destruição ambiental.

Figura 7 – Problemas ambientais



Fonte: Tílio (2016, p. 8-9)

Essa representação visual possibilita uma análise multimodal em sala de aula, permitindo que os alunos explorem as múltiplas camadas de significado associadas a cada elemento da imagem e suas implicações globais. O centro urbano poluído, por exemplo, ilustra como o crescimento descontrolado das cidades e a falta de políticas ambientais eficazes agravam os problemas ecológicos, como a poluição do ar, água e solo, resultantes de um modelo econômico que prioriza o desenvolvimento sem considerar a sustentabilidade a longo prazo.

Essa análise pode levar os alunos a refletir sobre a responsabilidade compartilhada entre indivíduos, empresas e governos na degradação ambiental, incentivando a busca por alternativas mais sustentáveis. Além disso, a reunião das cenas na Figura 7 ressalta a dimensão global dos problemas ambientais,

evidenciando que ações locais têm repercussões além de suas fronteiras, afetando ecossistemas em todo o planeta.

As imagens do livro *Voices Plus* possibilitam ao professor discutir temas sociais complexos de forma reflexiva, conectando o ensino de inglês às realidades dos alunos e aprimorando sua leitura a partir dos letramentos críticos e visuais. A multimodalidade, ao integrar diferentes modos de comunicação, é uma ferramenta poderosa para promover uma educação linguística crítica e inclusiva. Ao trabalhar com textos multimodais sobre assuntos como globalização, o docente não apenas diversifica a interação dos alunos com o conteúdo, mas também estimula uma análise crítica do mundo, fundamental para formar cidadãos socialmente engajados.

Ao reconhecer que a educação não é um espaço neutro, mas um território de disputas discursivas, o ensino de inglês pode se tornar uma ferramenta para questionar hegemonias e promover a justiça social (Bordin, 2014). Dessa forma, a multimodalidade emerge não apenas como uma estratégia metodológica, mas como um instrumento de contestação política e epistemológica.

Nesse contexto, a prática docente pode adotar uma postura decolonial, reconhecendo que o ensino de inglês ligado a culturas dominantes (como as do Norte Global) perpetua desigualdades epistêmicas. Conforme Spivak (2018), isso silencia vozes subalternas, exigindo que o professor atue como agente de mudança, questionando vozes e culturas privilegiadas no ensino de línguas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo enfatiza a importância da multimodalidade no ensino de inglês em escolas públicas, mostrando como essa abordagem pode ser uma ferramenta eficaz para abordar a diversidade social. Ao adotar uma perspectiva crítica e reflexiva, evidenciamos a agência do professor como mediador que constroi sentidos a partir de textos diversos. Com base no conceito de multimodalidade de Kress (2003) e nos parâmetros de identificar, interrogar e interromper, de Menezes de Souza *et al.* (2019), reforça-se o papel transformador do ensino de inglês ao utilizar diferentes modos de representação. Os resultados preliminares indicam que a integração de textos multimodais no planejamento das aulas pode desafiar verdades naturalizadas e

promover uma leitura crítica do mundo, o que é especialmente relevante em contextos públicos, onde a diversidade social é constante e o ensino deve dialogar com as realidades dos alunos.

No entanto, como argumenta Foucault (2013), toda prática pedagógica é também uma prática discursiva, o que significa que a própria ideia de “transformação educacional” deve ser analisada criticamente. O ensino de inglês, tradicionalmente associado à lógica do colonialismo linguístico e à hegemonia cultural do Norte Global (Pennycook, 1998), não pode ser compreendido de forma ingênua como um espaço neutro de inclusão. Pelo contrário, é um campo de disputa no qual diferentes formas de saber e ser são legitimadas ou silenciadas (Bordin, 2014). Assim, a introdução da multimodalidade não deve ser vista apenas como uma inovação metodológica, mas como um movimento de resistência que questiona os regimes de verdade impostos pelo currículo oficial e pelas ideologias dominantes no ensino de línguas.

A integração da multimodalidade na educação linguística crítica pode não apenas desenvolver habilidades comunicativas, mas também fomentar uma reflexão sobre questões de poder e desigualdade na sala de aula. Ao permitir que diferentes linguagens e representações sejam valorizadas no ensino, a multimodalidade se insere no que Foucault (2015) chama de “micropoderes” – dinâmicas que operam nos espaços cotidianos da escola e influenciam as subjetividades dos alunos. Essa perspectiva evidencia que as práticas pedagógicas não apenas transmitem conteúdos, mas moldam formas de pensar e agir, reforçando ou desestabilizando normas sociais e hierarquias discursivas.

Para a eficácia dessas práticas, é essencial fortalecer a formação continuada dos docentes em colaboração com instituições de ensino superior, visando transformar a educação pública e promover justiça social e inclusão. Nesse sentido, a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo de autoconstrução identitária e questionamento crítico das estruturas educacionais, em vez de uma simples capacitação técnica. Como pontua Bordin (2014), para Foucault, o conhecimento não é apenas um conjunto de informações organizadas, mas um instrumento que disciplina corpos e mentes, delimitando o que pode ser pensado e ensinado. Assim, o investimento na formação dos professores não deve se restringir ao

desenvolvimento de novas metodologias, mas incluir também uma análise crítica dos mecanismos de poder que sustentam determinadas práticas e excluem outras.

Adotar uma perspectiva decolonial no ensino de inglês, longe de ser uma fórmula ou receita de sucesso, envolve reconhecer e reestruturar as hierarquias de poder que dominam o conhecimento, favorecendo práticas pedagógicas que respeitem diversas variações e culturas (Kumaravadivelu, 2016). O rompimento com a colonialidade da linguagem (Veronelli, 2015) é fundamental para uma educação linguística crítica que priorize inclusão e justiça social. Isso significa que o ensino de inglês deve ser problematizado como um espaço de reprodução de discursos que historicamente impuseram epistemologias eurocêntricas como universais (Spivak, 2018). Dessa forma, a multimodalidade pode ser uma ferramenta para desafiar esses discursos e abrir caminho para epistemologias plurais que reconheçam saberes historicamente marginalizados.

Além disso, a implementação da multimodalidade no ensino de inglês deve ser parte de um movimento maior em direção a uma educação inclusiva. Criar planos de aula que reflitam a diversidade das experiências dos alunos enriquece o aprendizado e valida suas identidades. No entanto, como aponta Foucault (2013), a diversidade, quando instrumentalizada sem reflexão crítica, pode ser cooptada como uma nova forma de regulação e controle. Por isso, é necessário garantir que a introdução de práticas pedagógicas mais inclusivas não se torne apenas um discurso normativo, mas um processo real de redistribuição do poder na sala de aula.

É fundamental promover um ambiente colaborativo entre educadores, alunos e a comunidade escolar, permitindo que todos contribuam com suas perspectivas. Essa colaboração pode ser estimulada por projetos interdisciplinares que conectem a língua inglesa a temas sociais, como justiça racial, igualdade de gênero e sustentabilidade. A interseção entre multimodalidade e justiça social, portanto, não deve ser apenas um objetivo pedagógico, mas uma estratégia política que reconhece o potencial do ensino de inglês como um campo de disputa simbólica e material. Ao desafiar narrativas hegemônicas e promover vozes historicamente silenciadas, a multimodalidade não apenas amplia as possibilidades discursivas dos

alunos, mas também os instrumentaliza para atuar criticamente em suas realidades.

Assim, a multimodalidade não é apenas uma abordagem pedagógica, mas também um catalisador para promover diálogo e empoderamento, essenciais para formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Ao assumir essa perspectiva, o ensino de inglês deixa de ser um espaço meramente técnico de aquisição linguística e passa a ser compreendido como um território onde se negociam identidades, culturas e poderes. Como argumenta Bordin (2014), a produção do saber é sempre um ato político, e cabe aos educadores decidir se desejam reforçar ou contestar as estruturas que definem o que pode ser conhecido e ensinado.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BORDIN, T. M. O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. *Saberes*, Natal, RN, v. 1, n. 10, p. 225-235, nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio*; volume 1 - Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, SEB, 2006.
- CANAGARAJAH, S. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. London and New York: Taylor & Francis Group, 2013.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. (eds.) *A Pedagogy of Multiliteracies: learning by design*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.
- CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.
- FERRAZ, D. M. Educação linguística e transdisciplinaridade. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. *Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, p. 105-119, 2018.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*, tradução Luiz Felipe Baeta Neves, 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 407-431, 2015.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 36ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo, Paz e Terra, 2014.

GALLO, S. Em torno de uma Educação Menor. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em: 15 out. 2024.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRESS, G. Multimodality. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (eds.) *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. Nova York: Routledge, 2000.

KUMARAVADIVELU, B. The decolonial option in English teaching: can the subaltern act? *TESOL Quartely*, v. 50, n. 1: p. 66-85, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/tesq.202>. Acesso em: 16 out. 2024.

KUMARAVADIVELU, B. *Understanding language teaching: from method to postmethod*. New Jersey/London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2006.

LANDULFO, C. M. C. L. S. Reinventando Materiais Didáticos de Italiano: Relatos de atividades em sala de aula. In: SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. (Org.). *Nas Trilhas da Interculturalidade: Relatos de Prática e Pesquisa*. 1ed.SALVADOR: Nupel, v. 01, p. 13-317, 2016.

MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. Ser crítica: uma história (sempre) incompleta. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. *Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, p. 149-162, 2018.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; MARTINEZ, J. Z.; DINIZ DE FIGUEIREDO, E. H. “Eu só posso me responsabilizar pelas minhas leituras, não pelas teorias que eu cito”: entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de

Souza (USP). Dossiê Especial FICLLA, *Revista X*, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 05-21, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/69230>. Acesso em: 09 out. 2024.

MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience and the decolonial option. *Transmodernity*, p. 44-66, Fall, 2011.

MIGNOLO, W. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. In: MIGNOLO, W.; ESCOBAR, A. (Eds.). *Globalization and the decolonial option*. New York, Routledge, p. 303-368, 2010.

MONTE MOR, W. Sociedade da Escrita e Sociedade Digital: Línguas e Linguagens em Revisão. In: TAKAKI, N. H.; MONTE MÓR, W. (Orgs) *Construções de Sentido e Letramento Digital Crítico na Área de Línguas/Linguagens*. Campinas: Ed. Pontes, 2017, p. 267-286.

NASCIMENTO, A. K. O.; FAÇANHA, M. A. V. Professores-aprendizes e aprendizes-professores: materiais didáticos na formação continuada de professores de inglês. In: NASCIMENTO, A. K. O.; ZACCHI, V. J. (org.) *Formação docente em língua inglesa: diferentes perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 95-113, 2019.

NERI-SANTOS, G. C. Textos imagéticos em discussão: multimodalidade de letramento crítico em sala de aula de língua inglesa. In: NASCIMENTO, A. K. O.; ZACCHI, V. J. (org.) *Formação docente em língua inglesa: diferentes perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 39-53, 2019.

PENNYCOOK, A. *English and the discourses of colonialism*. London: Routledge, 1998.

SMYTH, J. Teachers' work and the politics of reflection. *American Educational Research Journal*, v. 29, n. 2, p. 267-300, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00028312029002268>. Acesso em: 17 set. 2024.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

TELES, G. C. N. S. *As identidades do professor de inglês no ensino médio integral em escolas públicas do Estado de Sergipe em tempos neoliberais*. 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2023.

TÍLIO, R. (Org.). *Voices Plus*. 1. ed. São Paulo: Richmond, 2016.

VERONELLI, G. A. Sobre la colonialidad del lenguaje. *Revista Universitas Humanística*. Bogotá, n. 81, p. 33-58, 2015. DOI: 10.11144/Javeriana.

uh81.scdl. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/791/79143218015.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

ZACCHI, V. J. Neoliberalismo, ensino de língua inglesa e o livro didático. In: JORDÃO, C. M. (Org.) *A Linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 417-443, 2016.

ZACCHI, V. J. O terreno movediço da educação linguística crítica. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. *Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, p. 241-251, 2018.

ZACCHI, V.J. Esperando o inesperado: formação de professores numa era de incertezas. In: MOTA, M. B. et al. (Orgs.). *Língua e literatura na época da tecnologia*. Florianópolis: EdUFSC, p. 261-278, 2015.

SOBRE AS AUTORAS

ANA CAROLINA BERNARDINO

Possui graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas e Clássicas pela Universidade Estadual de Londrina (2016), Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina (2017), Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2019) e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2023). Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa intitulado “GPAD – Grupo de Pesquisas em Análise de Discurso: a construção dos efeitos de sentido com base nos estudos discursivos foucaultianos” na Universidade Estadual de Londrina.

CARLA WATANABE

Doutoranda e mestra em direito constitucional pelo PPGD do IDP, onde foi laureada por ter escrito a melhor dissertação do biênio 2021/2022; Especialista em Administração Pública pelo TCU; Especialista em direito tributário pela ESAF; Graduada em direito pela UnB; Graduada em engenharia de mecânica-aeronáutica pelo ITA, onde foi laureada por ter sido a primeira colocada da turma; e Titular do 28. Tabelião de Notas de São Paulo.

GILDETE CECILIA NERI SANTOS TELES

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2023, com mobilidade acadêmica entre UFS e UFMG. Mestra em Letras pela UFS (2015), com bolsa CAPES, e especialista em Liderança e Gestão Educacional pela Mary Immaculate College (2024) e Língua Portuguesa e Diversidade Linguística pela Faculdade São Luís de França (2014). Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela UFS (2011) e formação técnica em Saúde e Segurança no Trabalho pelo Instituto Federal de Sergipe (2009). Entre 2016 e 2018, atuou como professora substituta de Língua Inglesa na Universidade Federal de Sergipe e professora da graduação a distância pelo CESAD/UFS. Foi preceptora no programa Residência Pedagógica, no núcleo de Letras Inglês, de outubro de 2020 a junho de 2023, e supervisora no núcleo de língua inglesa do PIBID entre 2024 e 2025, desenvolvendo atividades

no Centro de Excelência Professor Gonçalo Rollemberg Leite. Participou como intercambista no Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica na Irlanda, representando o estado de Sergipe, com bolsa CAPES, durante 10 meses (2023-2024). Atualmente, é professora efetiva de Língua Inglesa no Instituto Federal de Sergipe, atuando no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Também é membro do Grupo de Estudos Língua, Literatura e Cultura (Linc) e tem interesse nos seguintes temas de pesquisa: letramentos críticos, neoliberalismo pedagógico, formação de professores e decolonialidade.

ISABEL CRISTINA CORDEIRO

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1994), com especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina (1997), mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2001) e doutorado em Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Londrina - dez/2007). É docente associada da Universidade Estadual de Londrina e desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de Linguística Textual/Discursiva e Linguística Cognitiva. Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa Labeste (Laboratório de estudos do Texto); é colaboradora do projeto de extensão Disque Gramática e orientadora no projeto de ensino PFEE/UEL. Também é colaboradora no LESFEM - UEL (Laboratório de Estudos do Feminicídio), cadastrado no CNPq. É docente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/UEL). Coordenadora da Especialização em Língua Portuguesa da UEL. Membro do GT - Linguística do Texto e Análise da Conversação da ANPOLL.

JOSYELLE BONFANTE CURTI

Graduada em Letras Vernáculas, licenciatura, pela Universidade Estadual de Londrina. Doutora e mestra em Estudos do Texto/Discurso pelo programa de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Atua com pesquisas relacionadas à violência de gênero, ao feminicídio e ao homicídio, bem como à literatura erótica e pornográfica, sempre pautada pelo viés da linguagem como observatório.

MARCELA AIANNE REBOUÇAS

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bolsista CAPES. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. É membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório do Discurso (UFPB) e do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). E-mail: marcelaareboucas@gmail.com.

MAYARA CRISTINA SANTOS

Mayara Cristina Aparecido Santos é doutoranda em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2020, com especialização em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Mestre em Estudos da Linguagem pela UEL em 2023, desenvolve pesquisas no campo dos Estudos do Texto e do Discurso, com enfoque atual na Semiótica Greimasiana. Atua como professora efetiva de Língua Portuguesa no ensino fundamental da prefeitura do município de São Paulo, com interesse especial na aplicação de metodologias voltadas para a diversidade e práticas inclusivas em sala de aula.

NICAELE JESUS

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), mestre em Estudos Linguísticos (2016), atuou como professora substituta na Universidade Federal de Sergipe (Campus Itabaiana-Se), ministrando as disciplinas de Laboratório para o Ensino de Língua Portuguesa, Produção e Recepção de Texto e Introdução às Teorias do Discurso. Membro do grupo de pesquisa Grupo de Estudos em Linguagem e Ensino - GELINE, da Universidade Federal de Sergipe. É Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe desde 2016. A área de estudo e pesquisa é a Análise do Discurso Foucaultiana, com trabalhos voltados para a análise fílmica. E-mail: nicaelleviturino@yahoo.com.br

PRISCILA CÉSPEDE CUPELLO

Historiadora, filósofa e criadora do canal de YouTube Parresiando. Pesquisadora em Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica (PPGLM/UFRJ) com bolsa FAPERJ Nota-10 com a pesquisa intitulada A governamentalidade algorítmica, a plataformização e a dataficação da educação brasileira. Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica (PPGLM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde (PPGHCS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Graduada e licenciada em História e Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia e Teoria Política do PPGLM/UFRJ (CNPq) e Grupo de Pesquisa em Filosofia, Inteligência Artificial e Tecnologia (FIAT) do PPGLM/UFRJ (CNPq). Membro da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação. Organizadora de 6 livros, dentre eles, "Mulheres debatem Michel Foucault" Vol. I(2023), Vol. II (2024) e Vol. III (2025). Atua como pesquisadora nas áreas de educação, ética, gênero, filosofia política contemporânea e teoria da história. Possui experiência no magistério no ensino básico e superior.

RAFAELA CLÁUDIA DOS SANTOS

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É bolsista CAPES. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É membro dos Grupos de Pesquisa: Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI/UFPB) e do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). E-mail: rafaelaclaudiasan@gmail.com.

ROSÂNGELA CARVALHO

Graduada em Psicologia, mestra em Sociologia, doutora em Ciências da Educação com Pós-doutorado no Centro Studi e Ricerche Donne e Differenze di Genere, Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali dell'Università degli Studi di Milano-Itália. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco, departamento de ensino e currículo, atua nos cursos de graduação em Pedagogia e pós-graduação em Educação. Seus artigos e pesquisas privilegiam temáticas e reflexões sobre subjetividades multidimensionais no campo da educação a partir de uma produtiva convergência entre a arqueogenealogia de Michel Foucault e os Estudos Culturais. É membro dos grupos: Educação e Sociedade (CNPq), Mulheres Debatem Foucault, Núcleo de Educação de Adultos e Educação Popular (NUPEP) e da Rede de Estudos Culturais em Educação do Nordeste (RECENE).

ROSEMERI PASSOS BALTAZAR MACHADO

Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1993), Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (1999) e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Atualmente, é vice-coordenadora do Curso de Especialização em Língua Portuguesa; Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina e coordenadora do Projeto de Pesquisa intitulado PAD III – Pesquisas em Análise de Discurso: genealogia/des(construção) do corpo feminino e as dissimetrias de poder nas práticas sociais, na mesma instituição. É coordenadora do Grupo de Pesquisa GPAD - Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso e desenvolve estudos na área do texto e do discurso tomando como aportes teóricos a Análise de Discurso e os estudos discursivos foucaultianos. Foi integrante da diretoria da Anpoll (2018-2021), no cargo de secretária. Atualmente é membro suplente do Conselho Deliberativo da Anpoll (2021 - 2025). É membro do LABEDISCO/CNPq - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo; do GESTELD – Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos, da UNESP; na Linha de Pesquisa Educação, Diversidade, Subjetividades e Discursos e Pós-Doutoranda no Programa em Estudo de Linguagens - PPGEL, da Universidade Estadual da Bahia, campus I – Salvador.

A teoria de Michel Foucault permite-nos questionar as estruturas patriarcais que subalternizam a mulher. Sua genealogia defende que essa inferioridade é uma construção cultural contingente. Nessa perspectiva, o movimento feminista ganha a dimensão de luta pela igualdade, de uma resistência fundada na crítica social das hierarquias e desigualdades dos papéis de gênero.

Carla Watanabe